

Sociedade
Brasileira de
Psicologia Política

Jul. / Dez. . VOL.5 . nº 10 . ISSN 1518-549X

Psicologia Política

2005

Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Presidente

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/Unicamp-Brasil)

Vice-Presidentes

Centro Oeste - Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Sudeste - Cornelis van Stralen (UFMG-Brasil)

Norte - Enock Pessôa (UFAC-Brasil)

Nordeste - Leoncio Camino (UFPb-Brasil)

Sul - Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

Secretário Geral

Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG-Brasil)

Conselho Fiscal

Karin von Smigay (UFMG-Brasil)

Maria Palmira da Silva (ESP-Brasil)

Cícero Pereira (UCG-Brasil)

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

Comitê Editorial da RPP

Editores

Marco Aurélio M. Prado (UFMG-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/UNICAMP-Brasil)

Comissão de Apoio

Bruno da Graça Leite Padilha (PUCSP-Brasil)

Frederico Viana Machado (UFMG-Brasil)

Nadir Lara Junior (UNIMARCO-Brasil)

Soraia Ansara (PUCSP-Brasil)

Conselho Editorial

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria da Graça Correa Jacques

(UFRGS), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

Endereço para correspondência

Núcleo de Psicologia Política - Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências humanas
Av. Antônio Carlos, 6.627 - FAFICH - sala 4020 - Pampulha
Cep: 31.275-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
Revista disponível integralmente no site:
www.fafich.ufmg.br/~psicopol

Revisão técnica de língua inglesa

Salvador Sandoval - PUC/SP
Cornelis van Stralen - UFMG

Preparação para formato eletrônico

Frederico Viana Machado

Diagramação e Produção Editorial

Ana Paula Trindade
Fone: (31) 3225-5309 || (31) 9968-5309

Tiragem

500 exemplares/Impresso em 2006

Banco de dados em Index

INDEX PSI (Conselho Federal de Psicologia)
Geodados (Universidade Estadual de Maringá)
PSER INFO

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia
Política – vol.5, nº10 - (Jul./Dez. 2005). – São Paulo: SBPP,
2001

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos 2. Psicologia social – Periódicos
3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Biblioteca: Rosângela Ap. Marciale CRB 8/5846

vol. 5 - número 10 - julho / dezembro 2005

Linha editorial	153
Mensagem da Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia Política - SSBP	155
Editorial	157
Psicologia, tecnologia e educação: apontamentos sobre Oliveira Vianna e Lourenço Filho - Odair Sas (PUC-SP)	161
Notas sobre movimentos sociais e participação política - Stella Narita (IP-USP).....	183
Povos indígenas e o sistema colonizador na Amazônia sul-ocidental - Enock da Silva Pessoa	211
Prática do sistema albergal: subversões, submissões e possibilidades de sublevações - Ricardo Mendes Mattos (UNIMARCO), Mauro Kenji Yamaguchi (UNIMARCO), Adriana Rodrigues Domingues (UNIMARCO)	239
Esporte e sociedade: entre civilização e barbarie - José Newton Garcia de Araújo (PUC - MG)	273
Psicologia do Trabalho ou do Capital? Eis a questão... - José Roberto Montes Heloani (FGV-SP - UNICAMP - UNIMARCO - CRP-SP)	297
Publicando na RPP	313

SUMÁRIO

vol. 5 - number 10 - july / december 2005

Editorial Line1	153
Message from Brazilian Society of Political Psychology	155
Editorial	157
Psychology, technology and education:notes of Oliveira Vianna and Lourenço Filho - Odair Sas (PUC-SP)	161
Notes about social movements and political participation - Stella Narita (IP-USP)	183
Indians peoples and the colonizer system in south-west Amazonia - Enock da Silva Pessoa	211
For the criticism of the homeless shelter system: subversion, submission and sublevation possibilities- Ricardo Mendes Mattos (UNIMARCO), Mauro Kenji Yamaguchi (UNIMARCO), Adriana Rodrigues Domingues (UNIMARCO)	239
Sport and society: between civilization and barbarism - José Newton Garcia de Araújo (PUC - MG)	273
Psychology of work or psychology of capital? This is the question... - José Roberto Montes Heloani (FGV-SP - UNICAMP - UNIMARCO - CRP-SP)	297
Submission guidelines	313

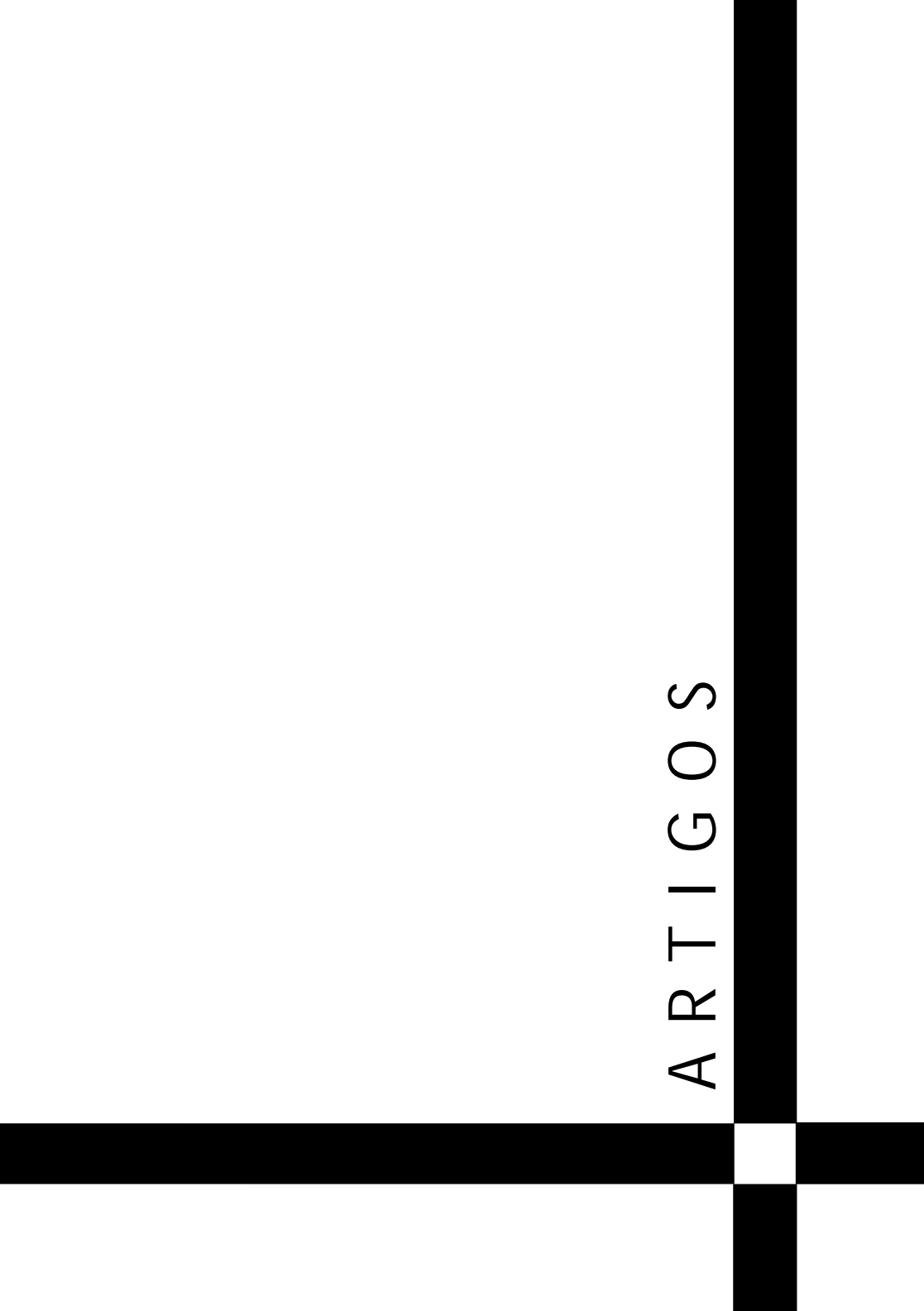
CONTENTS

A *Revista Psicologia Política* é um periódico semestral vinculado a Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP). A *Revista* é uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política. Constitui-se, portanto, em um periódico de estudos das problemáticas no campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas. O ponto de intersecção entre estas duas áreas científicas - Psicologia e Política - tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate no qual nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como codeterminantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. A Revista preocupa-se com o desenvolvimento deste campo interdisciplinar de reflexão e prática investigativa, no qual os principais debates têm sido reunidos em torno de questões como o preconceito social, diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, bem como os estudos sobre opinião pública e meios de comunicação de massa. Reunem-se, ainda, nestas preocupações, os estudos sobre análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. As questões referentes aos debates teóricos e metodológicos neste campo são bem recebidas por este conselho editorial que tem a preocupação de debater cientificamente o aprofundamento das temáticas constituintes da interface entre os aspectos políticos e os psicológicos.

Mensagem da Sociedade Brasileira
de Psicologia Política

S B P P

EDITORIAL



ARTIGOS

Psicologia, tecnologia e educação: apontamentos sobre Oliveira Vianna e Lourenço Filho

Odair Sass

Mestre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Resumo

O presente artigo examina a presença da Psicologia nos campos da Educação e da Política, destacando que, no Brasil, o recurso a essa disciplina se dá mais precisamente como ciência aplicada ao exercício do controle social e como tecnologia do que uma ciência da vida psíquica, voltada para o bem estar dos indivíduos. São apresentados dois casos desse tipo de recurso: a) os escritos de Oliveira Vianna, publicados em 1923 e 1949, relativos ao papel da Educação na formação social e política brasileira e b) o estudo sobre a Escola Nova, realizado por Lourenço Filho, publicado em 1930, com vistas à organização da escola brasileira.

Palavras-chave

Educação—controle social—psicologia social—psicologia política—tecnologia

Psychology, technology and education: notes of Oliveira Vianna and Lourenço Filho

Abstract

The present article examines the presence of Psychology in the Educational and Political fields highlighting that, in Brazil, the call for those disciplines is rather carried through as science applied to the exercise of the social control and as technology than as science of psychical life related to well-being of the individuals. Two cases of this kind of calling are presented: the writings of Oliveira Vianna, published in 1923 and 1949, relative to the role of Education in the Brazilian social and political shape and b) the study on the New School by Lourenço Filho published in 1930 seeking an Brazilian school arrangement.

Key word

Education – Social Control – Social Psychology – Political Psychology –
Technology

O reconhecimento de que o comportamento humano recebe influências do meio sócio-cultural por intermédio da convivência social remonta aos primórdios da formalização da psicologia como disciplina científica, realizada desde o último quartel do século XIX. Tome-se, por exemplo, a *Psicologia dos povos (Völkerpsychologie)*, de Wilhelm Wundt, publicado em 1900, e *Princípios de psicologia (The Principles of Psychology)*, de William James, publicado em 1890. Os dois autores contribuíram distintivamente para a refutação da consciência como substância propugnando que tal conceito deveria ser entendido mais apropriadamente como uma função psicológica e repousando suas convicções na psicologia fisiológica. Contudo, enquanto Wundt procura distinguir a porção das funções mentais que não dependem da convivência com os outros daquela porção das funções étnicas dependentes da vida coletiva, James propõe a noção de self—constituído pelo eu(I) e o mim(Me)—como função psicológica desenvolvida pelo indivíduo a partir de suas experiências com os outros e que ele as declara como suas. O self, segundo James, contrapõe-se tanto a noção de eu empírico do associacionismo quanto ao ego transcendental, que, admitido como um a priori não modificável, é incompatível com as evidências da evolução do indivíduo, realizada no decorrer de sua história de vida.

Desde esses primórdios desdobram-se, em consonância com as mudanças das relações sociais promovidas pela sociedade capitalista, de um lado, intensos debates acerca das funções mentais do indivíduo na evolução da sociedade e, de outro, em preocupações com o comportamento coletivo ou das massas antes do que os atos individuais isolados. Mencione-se, a título de registro, a conhecida polêmica travada entre Gabriel Tarde, que sustentava ser a imitação um mecanismo psíquico essencial para explicar o comportamento social do indivíduo, enquanto Émile Durkheim reivindicava ser a pressão social (la contrainte) o elemento decisivo para explicar os atos e pensamentos individuais como fato sociológico (Germani, 1971). Acrescente-se a essa polêmica uma outra, tão intensa quanto relevante, que incide sobre a função do indivíduo em comportamentos coletivos e que reverbera até a atualidade. São exemplares, além de Wundt, Durkheim, James e Tarde, autores franceses, tais como Charles Blondel e Gustave Le Bon—importantes elaboradores da psicologia coletiva, psicologia dos povos e das multidões—e estadunidenses, tais como John Dewey e George Herbert Mead—propositores da psicologia social—, sem esquecer, é óbvio, os nomes de William McDougall e Sigmund Freud.¹

Neste ensaio explora-se dois modos com que a psicologia social é inserida nas ciências sociais e na educação brasileira; em particular, pretende-se evidenciar como a psicologia é introduzida, no Brasil, como tecnologia, isto é, como componente relevante para o exercício do controle social sobre o indivíduo. O primeiro modo trata da conversão da psicologia social em psicologia política tal como se depreende dos escritos de José Francisco de Oliveira Vianna [1883—1951]; diga-se, o primeiro autor brasileiro, do ponto de vista cronológico, a adotar a psicologia social como um modo de interpretar, sob a óptica da psicologia social, o homem brasileiro em relação ao meio sócio-cultural (Oliveira Vianna, 1923) bem como a organização política brasileira (Oliveira Vianna, 1987). Antecipe-se que o significado atribuído por Oliveira Vianna à Psicologia Social aproxima-se bastante daquele assumido pela tendência francesa de tradição durkheimiana, com uma aplicação singular à época em que escreveu, pois, inscreve a psicologia social como psicologia política, especificamente, como elemento central de sua análise sobre as carências da vida política brasileira e básico para aquilo que ele denomina de “tecnologia das reformas sociais” (Oliveira Vianna, 1987.); por sua vez, a educação é entendida pelo autor como educação política do povo para superar a inércia social fundada na tradição e nos costumes bem como a coação imposta por transformações exógenas conduzidas pelo Estado, na mesma proporção que rejeita a educação reduzida, pelos reformadores, à alfabetização.

O segundo modo é exemplificado pelo conhecido estudo da Escola Nova levado a cabo por Manuel Bergström Lourenço Filho [1897—1970], publicado em 1930, no qual o autor adere à psicologia funcional ou da inteligência e fundamenta as bases para o desenvolvimento da psicometria e da mensuração pedagógica, no Brasil.

I - Da psicologia do povo massa à psicologia política: Oliveira Vianna

Em *Instituições políticas brasileiras*, publicado pela primeira vez em 1949, Oliveira Vianna faz referência à sua obra anterior em que tratou da cultura (da elite e do povo-massa dos sertões, matas, planaltos, pampas) bem como das relações entre o direito público elaborado (constitucional e

administrativo) e o direito público costumeiro, enraizado nas tradições e nos costumes do povo-massa, nos seguintes termos:

(...)“antes de me lançar nos estudos do direito trabalhista, de 1932 até 1940 (o que me levou, por imposições das minhas próprias funções consultivas, ao setor de nossas tradições e costumes esportivos), eu já havia me deparado, desde 1920, com uma outra camada de nosso direito costumeiro, também inexplorada e cuja sondagem fui, no Brasil, o primeiro a realizar: a camada do nosso direito público, constitucional e administrativo, elaborado—como o direito social dos marítimos e portuários e o direito esportivo do remo e do atletismo—também pela atividade e espontaneidade criadora do nosso povo-massa. Do nosso povo-massa, já agora não mais dos centros urbanos da costa e do planalto; mas, do povo-massa das regiões rurais do país, habitante de sua amplíssima hinterlândia, fora da área metropolitana das capitais estaduais e da capital fluminense”. (Oliveira Vianna, 1987:20)

Como se depreende, Oliveira Vianna, ao arrolar os temas de seu interesse, que incidem em especial sobre os costumes e os direitos do povo-massa antes do que aqueles da elite, estabelece o vínculo de sua obra produzida nos anos de 1920 com aquela produzida nos anos de 1940. Cabe, então, indagar quais são os elementos permanentes ou descontínuos dos dois momentos referidos pelo autor, focalizando especificamente a função que ele atribui à psicologia social.

Integra a sua obra precedente o ensaio intitulado *Pequenos estudos de Psicologia social* (1923); um dos primeiros textos integrais publicados no Brasil que registram em seus títulos a denominação: psicologia social. Organizado em quatro partes—o meio social, o meio político, o meio sertanejo, o homem e a raça—o autor insiste que esse livro bem como outros de sua lavra,

“ inspiram-se num pensamento contrário a essa xenophilia exagerada de nossas elites políticas e mentaes: o seu ponto de partida é a nossa gente, o nosso homem, a nossa terra, isto é, o quadro das realidades sociais e naturaes, que nos cerca e em que

vivemos” (Oliveira Vianna, 1923:iv).

A essa simpatia exagerada pelas pessoas e coisas estrangeiras o autor se contrapõe argumentando que o seu

“...é o único ponto de partida sério de qualquer movimento nacionalista...” e que *“o primeiro dever de um verdadeiro nacionalista é nacionalizar suas idéias—e o melhor caminho para fazê-lo é identificar-se, pela inteligência, com o seu meio e a sua gente”* (Oliveira Vianna, 1923:iv).

O nosso nacionalista tece as suas considerações acerca do meio social afirmando a existência de uma identidade moral do brasileiro, cuja permanência no subconsciente da raça não decorre de uma degeneração do caráter nacional, como querem muitos, mas, porque,

“o que está dando á nossa sociedade esta apparencia de corrupção e degeneração e (...) de desalento e egoísmo, pôde-se compendiar nesta formula synthetica: tendencia de origem recente, das classes superiores e dirigentes do paiz a se concentrarem nas capitaes; dahi, como consequencia, uma crise intensa e extensa nos seus meios profissionaes de subsistência.”(Oliveira Vianna, 1923:22-23).

Oliveira Vianna, marcado pela transição do Império para a República, que ele reputa como uma realização de improviso, toma como fio condutor de suas considerações as múltiplas dualidades (urbano-rural; povo-elite; passividade –atividade, nacional-estrangeiro, rústico/sertanejo-intrépido/cidadino) para daí constatar:

1) a ruína da aristocracia rural brasileira que dominou a política brasileira até o final do segundo reinado, quando foi fulminada por *“uma espécie de sideração econômica”*, causada pela *“lei da abolição inopinada e inepta”*(Oliveira Vianna, 1923:79-80);

2) a carência de uma cultura política e de uma experiência democrática do povo brasileiro (antes do que um traço incorrigível do caráter nacional), condições necessárias para dirigir a conduta racional e democrática, assim como ocorre na América e na Inglaterra onde *“ha uma democracia real, vivaz, actuante, culta, tradicionalmente versada no trato dos negocios publicos”*; enquanto,

“aqui, o que existe é a negação de tudo isto, é uma democracia inconsciente de si mesma, absenteísta, indiferente, completamente alheia á vida administrativa e politica do paiz. Lá,... o silencio dos grandes homens do campo dos debates políticos seria suprido pelo proprio civismo dos cidadãos, pelo instincto politico das massas, pelos habitos millenarios de self-government e democracia. Aqui,... só a presença constante, assídua, insistente, dos dirigentes nos comícios, na imprensa, nas assembléas... é que poderia dar ao povo, aos cidadãos em geral, o conhecimento mais ou menos exacto dos negocios publicos, um criterio seguro de conducta eleitoral—enfim, um pouco de aptidão democratica” (Oliveira Vianna, 1923:62);

3) o mal posicionamento do conjunto de problemas que dá consistência à chamada “questão nacional” porque,

“neste caso, como em todos os outros, e em todos os tempos, sempre procedemos segundo a nossa velha maneira, isto é, partimos sempre dos systemas, das theorias, das doutrinas, das idéas feitas, em summa, da ‘opinião dos autores’, e baseamos todos os nossos raciocínios sobre esses materiaes theoricos, sem nos preocupar em mesclal-os com a menor porção, o traço mais insignificante das nossas realidades, dos factos concretos do nosso meio e da nossa vida” (Oliveira Vianna, 1923:89).

A essa reivindicação de que a questão nacional seja equacionada pelo potencial nacional de resolução, o autor acrescenta que o apelo e o apego ao que é estrangeiro faz com que no Brasil *“cultura significa expatriação intelectual”*; associação de que se utiliza para encetar

despautérios sobre o socialismo e o comunismo (Oliveira Vianna, 1923), como se “a questão nacional” fosse produzida e sua resolução fosse impedida pelo pensamento de esquerda, em vez de atribuir os problemas nacionais, com os dados que dispõe, à uma aristocracia arruinada, à uma burocracia açodada ou à uma elite débil e desorientada para realizar o necessário ajustamento entre a esfera social e a esfera política, ainda que dessa elite façam parte os doutores, os políticos e os burocratas

De pequenos estudos vale ainda observar que o autor(a) conclui as suas análises sobre os obstáculos ao desenvolvimento social e político brasileiro discorrendo sobre dois personagens importantes na transição brasileira do regime monárquico para o regime republicano: Diogo Feijó (Regente Feijó) e Joaquim Nabuco. Essa observação importa porque exemplifica o modo sociológico de operar, que o autor aplica ao tomar indivíduos como tipos sociais para daí encetar suas considerações acerca do caráter nacional e a ordem política brasileira; b) em sua obra posterior considera esse ensaio como uma das sondagens que realizou a propósito da distinção entre a cultura de elite e do povo-massa que habita os sertões, as matas, os planaltos, os pampas, conferindo-lhe assim um papel, junto com seus outros escritos, de fio condutor que se desdobra em suas investigações de sociologia das instituições políticas do povo brasileiro (Oliveira Vianna, 1987).

A sociologia das instituições brasileiras trata, no primeiro volume, da relação entre o direito, a cultura e o comportamento social, acompanhada por uma análise da culturologia do Estado, e finalizada, como a quarta parte do livro, pela psicologia política, isto é, o esforço para tornar compreensível a razão real da falta de habilitações para a prática democrática inexistentes desde o período colonial em decorrência da ausência de uma escola propriamente brasileira, pois,

“das instituições democráticas e do interesse coletivo o que havia—nas elites políticas de primeiro, segundo e terceiro graus—eram apenas idéias gerais, pré-noções, como se diz em psicologia do conhecimento, aprendidas nos livros—nas Universidades; mas, estas idéias aprendidas nos livros—e não nos costumes e nas tradições—careciam por isso mesmo de força afetiva, desse coeficiente emocional, que só os ‘complexos culturais’—nascidos da educação social e vindos dos costumes—possuem...” (Oliveira

Vianna, 1987:256-257).

Essas idéias aprendidas nos livros, destituídas de uma psicologia do conhecimento enraizada nos costumes e nas tradições do povo, andam de par com a falta de uma escola própria que promova a educação social ou a educação política do povo, para a qual “*só há uma escola eficiente—a escola dos seus costumes, das suas tradições, dos seus usos, das suas instituições sociais, do seu direito público costumeiro, em suma.*” (Oliveira Vianna, 1987:257).

Vê-se aqui, com clareza, um liame que prende a perspectiva dos escritos do autor: a psicologia como um elemento explicativo de uma história de quatro séculos de colonização e de imitação do que é estrangeiro, marcada pela discrepância entre o que é idealizado pelas elites e o que de fato é praticado pelo direito costumeiro do povo-massa; discrepância separadora da cultura das elites e das massas, prolongada até mesmo com o novo regime. Além disso, se, as sondagens parciais realizadas pelo autor desde os anos de 1920 “*deram a revelação de um conflito patente entre esta cultura das elites metropolitanas e a cultura de nossa enorme massa rural, que é quase toda a nação*”, na sociologia das instituições o objetivo é o de “*estudar o nosso direito público e constitucional exclusivamente à luz dos modernos critérios da ciência jurídica e da ciência política: isto é, como um fato de comportamento humano*”, do que decorre concluir que os problemas de *reformas de regime*, convertem-se em *problemas de mudança de comportamento coletivo*, imposto ao povo-massa; portanto em *problemas de cultura* e de *culturologia aplicada*.” (Oliveira Vianna, 1987:20-21). Antes, os hábitos mentais ausentes, a inconsciência da elite, dos políticos e dos intelectuais do novo regime, agora, de posse do conceito de cultura (Oliveira Vianna, 1987), a constituição do Estado nacional, investigado sob a óptica do comportamento social e político.

Assim, no que concerne à psicologia no Brasil, é de todo relevante registrar: se a psicologia social é um componente decisivo para a interpretação do autor acerca da cultura e da formação social e política do brasileiro, ao longo de sua obra, não é menos procedente afirmar que ela deixa de ser uma psicologia dos povos e das massas, marcada pelo ensaísmo de *Pequenos estudos...*, para se converter em instrumento fundamental da metodologia do direito público e da tecnologia das reformas sociais², ou seja, a psicologia social converte-se em psicologia política. Nos termos do

autor, a persistência do domínio senhorial, dos clãs eleitorais ou partidos políticos, que continuam a ser fatores preponderantes para explicar a fragilidade das estruturas democráticas (local, provincial e nacional), impõe a necessidade de se criar organizações “*para fins de interesses coletivos*”, do que decorre que a psicologia política deve expressar “*o conteúdo psicológico da atividade política brasileira e a carência de motivações coletivas nos comportamentos partidários.*” (Oliveira Vianna, 1987:254).

A função exercida pela psicologia na análise política conduzida pelo autor é retomada, no segundo volume, para balizar a crítica encetada contra o que ele denomina de tecnologia das reformas sociais, ou seja, as transformações realizadas pelas sociedades modernas em decorrência das invenções, das instituições e hábitos mentais correspondentes, do direito aplicado e do conhecimento desenvolvido pelas ciências sociais.

Ao constatar que “*a nossa sociedade se tem transformado, e melhorado, e progredido: os seus antigos ‘complexos culturais’ se estão desintegrando e evoluindo*”, arremata o nacionalista que o “*nosso mal, a causa de todos os nossos erros, e também dos nossos desesperos, é a incapacidade de compreender isto, de aceitarmos ou nos conformarmos com esta fatalidade da história, que é—a lentidão da evolução das realidades sociais. Queremos atingir logo—a golpes de leis e de programas políticos—um estágio cultural, que os povos europeus mais civilizados levaram séculos, e mesmo milênios, para atingir.*” (Oliveira Vianna, 1987:94). Por isso, reitera que sua dúvida

“está em outra espécie de transformações:—as que vêm de fora, as que são preparadas pelo Estado ou forçadas por ele, usando da coação, através da lei ou através dos golpes de força. Destas eu duvido e dos seus resultados... Com estas eu conto pouco—e rio-me, às vezes, delas e de seus promotores.” (Oliveira Vianna, 1987:96).

A rigor, a leitura do texto indica, que o autor não tem efetivamente muitas dúvidas quanto às reformas sociais impostas, seja pelo que denomina de técnica autoritária, seja pelo que denomina de técnica liberal, ambas fadadas ao fracasso, pois, tanto em regimes democráticos quanto em regi-

mes autoritários, é preciso admitir que

“...no planejamento de qualquer reforma política ou de qualquer reforma social, que importe uma mudança de conduta ou de alteração do comportamento habitual do povo—o primeiro ponto a esclarecer, a conhecer ou a atender há de ser o exame das condições culturais do povo, a análise de suas tradições vivas, dos seus usos e costumes:—disto dependerá o êxito ou o fracasso da reforma em causa.”(Oliveira Vianna, 1987:101).

Também por isso, o sociologista brasileiro, descrê das iniciativas que visam implementar a ação educativa do Estado, posto que, indica-nos a história, não há correlação entre analfabetismo e capacidade política de um povo bem como é

“grande a confusão que os nossos teóricos políticos fazem entre a capacidade democrática e alfabetização—o que tem levado os nossos governos a gastar rios de dinheiro, não para dar educação profissional ao povo—que é o que ele precisa substancialmente; mas, prepará-lo civicamente ‘para a democracia’, para o exercício do ‘sagrado direito do voto’—preocupação ingênua que se reflete claramente nos programas escolares e nos métodos de ensino.(Oliveira Vianna,1987:142). Ou, em termos mais contundentes: “Estamos ainda no lirismo do mote antigo—‘onde se abre uma escola se fecha uma cadeia e prepara-se um cidadão’, que as ciências sociais modernas desmentem e desautorizam completamente”(Oliveira Vianna,1987:142).

É suficiente para os nossos propósitos o que se expôs acerca do entendimento de Oliveira Vianna relativo à psicologia como psicologia política e as indicações arroladas quanto à educação, ainda que, sem dúvida, a obra do autor constitua uma peça importante para se investigar a história da formação social brasileira, a história da psicologia e da educação no Brasil.

De modo bastante distinto, acompanhe-se, a seguir, uma perspectiva favorável ao recurso da psicologia na organização da educação escolar no Brasil, adotando como referência um texto importante de Lourenço Filho,

admitido, aqui, como um exemplar da difusão da psicologia como ciência aplicada para o controle social do indivíduo, ou seja, como tecnologia.

II - Introdução ao estudo da Escola Nova: Lourenço Filho

A obra de Lourenço Filho sobre a Escola Nova obteve entre 1930 e o final dos anos de 1970 uma dúzia de edições, sofrendo entre as várias edições significativas reformulações; nas primeiras edições o autor manteve a exposição sob a forma de lições—precisamente cinco lições como eram denominados os cinco capítulos que compunham o livro—e nas últimas o texto é apresentado em 12 capítulos distribuídos em três partes. Aqui, as referências foram extraídas da 6ª edição, publicada em 1948, ainda apresentada sob a forma de lições.

Vale salientar que não se trata aqui de investigar o papel que a psicologia desempenha na produção intelectual do autor, pretende-se apenas ressaltar a apropriação que ele realiza no livro mencionado com destaque para a psicologia e a psicologia social, de modo a cotejar tal apropriação com as perspectivas da psicologia social que lhe eram disponíveis.

Nesses termos, a principal conclusão que se pôde extrair é a seguinte: o estudo da escola nova realizado por Lourenço Filho exprime a ambigüidade das psicologias que lhe são contemporâneas, ou, em outras palavras, a apropriação do autor oscila entre a psicologia associacionista e intelectualista—criticada por John Dewey, um dos mais conhecidos autores da Escola Nova e sistematicamente referido nas obras do educador brasileiro—e a psicologia social, cultural ou interpsicologia, como prefere, por vezes, o autor denominar as tendências da época. Em especial, procedida a análise de conteúdo, conclui-se que o autor inclina-se 1] para a promoção da psicologia da inteligência em detrimento da psicologia social—tendência que lhe era acessível, como registra o livro em pauta e 2] como desdobramento dessa inclinação para a psicologia das diferenças das capacidades individuais, contribui para difundir um vínculo indevido entre a psicometria e a educação progressiva postulada por Dewey; vínculo que, note-se, orienta certas interpretações acerca do papel desempenhado pela psicologia na educação brasileira³.

A psicologia é referida ao longo de toda a exposição, obviamente, com modulações variadas e com base em um repertório diversificado de fontes teóricas e de autores. De todo modo dois aspectos se sobressaem. O primeiro é que a psicologia, em termos concisos, é inserida, por meio das principais tendências teóricas da época, na lição inicial, diga-se a mais extensa das cinco, dedicada a estabelecer as bases da educação. A classificação em tendências *biológica*, na qual o autor inclui a psicologia genética e a psicologia comparada, *interpretativa*, exemplificada pela ciência do comportamento (behaviorismo) e *estruturalista*, indicada pela psicologia da forma (Gestalt), antes de ser criticada pela fragilidade dos critérios de classificação ou pelas omissões visíveis de autores e de tendências, deve, para fazer justiça ao autor e ao objetivo da *Introdução...*, ser admitida como um procedimento compatível com a noção de psicologia que se pretendia difundir em consonância com as renovações dos fins e dos meios da educação de que a Escola Nova se dizia portadora.

Esclareça-se que a escola nova é para o autor um conceito social que abrange tanto uma visão geral da educação quanto uma renovação de seus fins e meios realizados nas instituições escolares, não sendo passível, por isso, de ser reduzida a um conceito didático. Tal renovação, diga-se, inicia-se com uma *atitude técnica* da ação educativa, fortemente apoiada nos estudos sistemáticos de natureza biológica que incidiam sobre a criança, sofreu um impulso decisivo, com o desenvolvimento das ciências psicológicas de base experimental, para a implantação de uma *atitude operacional* da ação educativa, para usar a expressão do autor.

Para o educador, as conseqüências pedagógicas dos avanços das novas teorias psicológicas,

...deveriam influir, como é óbvio, sobre as técnicas educacionais. Mesmo que outras causas de renovação educativa não tivessem aparecido, a reação de crítica psicológica teria concorrido, por si só, para transformar o espírito do ensino. A crítica sociológica mudou essencialmente os fins da educação; a crítica psicológica os meios. Esta mudança de meios pode ser considerada, por um lado, por suas influências sobre a organização estática das escolas (organização de classes, diagnóstico de aptidões, programas e horários...); de outro, sobre a arte de ensinar, propriamente dita, pois que alterou, sensivelmente, a compreensão dos fatos da

aprendizagem.” (Lourenço Filho, 1948:57-58)).

Desnecessário é chamar a atenção para o elevado estatuto que o educador brasileiro confere à psicologia na organização escolar; estatuto que talvez nem os psicólogos mais corporativistas ousassem sustentar. De toda maneira, vale a pena ainda indagar: se a psicologia deve inscrever-se na organização estática e dinâmica da escola, ou para atualizar os termos, no currículo e na didática, então, qual é a acepção teórica, ou nos termos do autor, qual é a tendência por ele privilegiada?

As passagens subseqüentes evidenciam que, para o pioneiro da educação brasileira, 1] a psicologia é irremediavelmente derivada da ciência biológica antes do que um desdobramento histórico das ciências sociais e 2] a tendência por ele propugnada é marcadamente a psicologia da inteligência, em que pese sua concordância com a crítica dos pragmatistas à psicologia intelectualista de cepa herbartiana, com recorrência adjacentes especialmente à psicologia social européia, a interpsicologia e a psicologia coletiva.

A correspondência necessária entre os fins e os meios da educação renovada implica em reconhecer que os meios mais apropriados são aqueles “que adaptem e ajustem o comportamento dos educandos aos fins visados bem como admitir que:

No mais largo sentido, esses meios são de natureza biológica, pois que as modificações e a sistematização da conduta só se podem fazer por meios biológicos: “a educação é vida”. Pouco importa que muitos deles, a maioria, depois de certa idade do educando, assumam a forma de meios interpsicológicos, ou, na técnica corrente, sociológicos, porque realizados de indivíduo a indivíduo ou por influência do grupo sobre o indivíduo. Em sua estrutura íntima, porém, os meios de educação são sempre biológicos, isto é, próprios da experiência vital de cada educando. (Lourenço Filho, 1948:26-27)

Essa compreensão repousa no reconhecimento de que foi “inegavelmente o progresso das ciências biológicas e, em particular, o da psico-

logia, nos últimos cinqüenta anos, que veio permitir o extenso movimento de renovação da pedagogia”; tal reconhecimento, registre-se, está longe de afirmar “que as *ciências biológicas, a psicologia inclusive*, tenham dado de si tudo quanto possam dar.” (Lourenço Filho, 1948:17)

A educação definida objetivamente como a socialização do educando, assentada nos princípios da adaptação e do ajustamento, deve se ocupar tanto dos cuidados físicos da criança quanto com o fato de que educar não é só viver, é também conviver, é ajustar a criança à vida social. Ora, conviver é ato social e, portanto, a convivência, como ato deliberado e refletido, remete às noções de consciência e de razão que “*influenciadas, como são, por impulsos biológicos, modelados, por sua vez, pelas condições da vida cultural*” (Lourenço Filho, 1948: 56) é o elo que leva o autor a recorrer à psicologia social ou como ele prefere denominar à interpsicologia, salientada pelo teor social ou mais claramente social de suas explicações, pois, “*a psicologia humana é tóda ela uma interpsicologia, e só se pode explicar pela influência social.*” (Lourenço Filho, 1948:57).

A interpsicologia, referida explicita à acepção de Gabriel Tarde, é associada à psicologia coletiva de Charles Blondel à medida que

“só o estudo da psicologia coletiva pode permitir determinar com precisão o que, na atividade mental, é independente da ação do grupo, e se aplica, por conseguinte, aos caracteres da espécie ou às particularidades individuais. Longe de ser simples complemento—um anexo da psicologia—diz Blondel, a psicologia social, assim concebida, tornar-se-á para logo o centro e a base de tóda explicação psicológica.” (Lourenço Filho, 1948:57).

Supor o indivíduo, que em suas bases é biológico, e encontrar uma psicologia coletiva que se dispõe a separar o que é da espécie daquilo que é do espécime, fornecem um dos argumentos teóricos para que Lourenço Filho articule a psicologia das diferenças individuais com a psicologia coletiva, sem sujeito, fundamentada nas representações sociais e na consciência coletiva, desenvolvida em especial por intelectuais franceses do final do século XIX e primeiras décadas do XX, ao mesmo tempo que lhe permite desembaraçar-se da psicologia social norte-americana, tal como foi

desenvolvida pelos pragmatistas norte-americanos, incluindo John Dewey. O outro argumento que serve de arremate para desembaraçar-se daquela tendência da psicologia social ao mesmo tempo que propicia ao autor estabelecer o vínculo com a psicométrie aparece, a propósito de esclarecer a sua adesão à psicologia das diferenças individuais, isto é, “*psicologia ‘individual’, como a chamou um de seus criadores W. Stern, ou ‘diferencial’ porque reveladora de diferenças individuais, como a denominam os autores atuais*” (Filho, 1948:30), bem como, após distinguir a Escola Nova da Escola Ativa, conclui, em uma passagem extensa, mas esclarecedora:

A primeira expressão inclui mais, em si, a revisão dos fins sociais, uma nova filosofia da educação in extenso, uma nova compreensão da vida, na fase de evidente transformação social que atravessamos. Do ponto de vista moral, ninguém parece ter fixado melhor os problemas dessa educação para um mundo que se transforma que KILPATRICK, em seu famoso livro “Education for a Changing Civilization”; e do ponto de vista político-social, DEWEY, no seu livro “Democracy and Education”. E não é só. A escola nova proclama a necessidade da verificação objetiva dos elementos da educação e de cada passo do aprendizado. Aproveita, assim, os modernos estudos da psicologia das diferenças individuais. Ao invés da apreciação subjetiva das condições devida do aluno e de seu trabalho, por parte do mestre, ela pretende larga introdução de processos de verificação objetiva, ou seja, da medida. É o ideal da pedagogia que se veio a chamar de experimental, conjunto de processos tendentes a essa verificação, sob base estatística. Em sua forma prática é a questão dos testes. A escola ativa pode ser feita sem aquela filosofia, com sem[sic] êstes processos de apreciação objetiva. Não pode ser confundida, pois, com a idéia de escola nova, mais ampla e mais profunda, e por isso mesmo, mais fecunda à luz da reflexão pedagógica. (Lourenço Filho, 1948:62)

Dois comentários adicionais. Primeiro, a Escola Nova e a Escola Ativa não são cambiáveis, uma é referida à filosofia da nova vida e à esfera político-social da educação “*para esse mundo que se transforma*”, a outra, é referida especificamente como uma concepção da ação de educativa: a educação ativa ou funcional, na acepção desenvolvida por Edouard Claparède (cf. Lourenço Filho, 1948:31,55,62). Segundo, como a escola ati-

va pode ser feita sem a nova filosofia da educação, o que equivale a tornar uma independente da outra, o reformador brasileiro não tem dificuldade alguma em aceitar os princípios filosóficos e políticos-sociais da escola nova e os princípios científicos e metodológicos da educação funcional que reivindica a verificação objetiva e a mensuração da ação educativa. Em uma palavra, o autor consagra o que chamou de necessária atitude operacional: os testes padronizados⁴. Acresça-se, apenas, que a “*a larga introdução de processos de verificação objetiva*”, ou seja, a classificação do indivíduo pelo critério de capacidades ou habilidades pessoais, levando em conta a idade de cada um e a comparação com outros indivíduos do grupo a que pertence, facilmente obtida por meio dos testes, é estendida não só para a organização racional de classes homogêneas, ao ensino “sob medida”, mas à classificação científica dos deficitários da inteligência, aos bem-dotados, aos supernormais e à orientação e seleção profissional(Lourenço filho, 1948).

Em resumo, nos estudos de Lourenço Filho acerca da Escola Nova, a psicologia social ocupa um lugar ou adjacente ou complementar da ação educativa, por mais que ele insista que tal psicologia, marcadamente a psicologia coletiva ou psicossociologia francesa, proporcione uma explicação central para aquela ação. Mais ainda, ao propugnar tal tendência da psicologia social, que ressalta a influência do grupo e da cultura sobre o indivíduo, não entra, de fato, em conflito com a psicologia funcional de Claparède, entre outros, e a psicologia das diferenças individuais, mas, colide, sim, com uma tendência da psicologia social que estava sendo delineada desde os primórdios do século XX e defendida por John Dewey, George Herbert Mead, Sigmund Freud, Henri Wallon e por uma parcela significativa de psicólogos soviéticos (só recentemente difundidos nas Américas), para a qual o psiquismo é social e historicamente constituído; não se trata tão somente de influência de um grupo, uma sociedade ou uma cultura, sobre o indivíduo. E não se diga que tal tendência não estava à mão ou era desconhecida do nosso reformador.

De todo modo preciso é fazer justiça a um ponto que vale reiterar: se o entendimento aqui apresentado com brevidade acerca da função que a psicologia e a psicologia social desempenharam na elaboração teórica do autor, forçoso é concluir que a introdução da psicometria na educação brasileira pode ser debitada apenas genericamente à Escola Nova, ou, mais especificamente, ao nexos que o autor estabelece entre escola nova, escola e educação ativa e psicologia diferencial, não é procedente, com base nos

dados apresentados, atribuir a introdução da psicometria na educação brasileira ao escolanovismo deweyano. Na obra de Dewey são raras as menções às provas padronizadas, ainda que amplamente confeccionadas nos Estados Unidos, talvez, não porque o filósofo e educador estadunidense deixasse de apreciar o controle social e padronização da conduta do indivíduo, mas porque a sua idéia de ação inteligente implicaria em padronizar o método de agir dos homens, dimensão que as provas padronizadas de inteligência apenas conseguem tangenciar. Em todo caso, para a elaboração de uma história crítica da educação brasileira o que aqui se expôs reivindica a necessidade de uma espécie de sisifismo, isto é, ler e reler o que nos foi legado.

Notas

¹ É imprescindível neste ponto observar que psicologia social e psicologia coletiva, psicossociologia, psicologia das multidões, não são sinônimos ou equivalentes; antes são termos por vezes antagônicos, pois, enquanto o termo psicologia social destaca a ação do indivíduo, a psicologia coletiva, seguindo a linha de pensamento de Le Bon e de Durkheim, privilegiam o caráter e as representações coletivas. Esses entendimentos distintos perduram até hoje, ainda que, com conteúdos diferentes nos debates sobre psicologia social e psicologia política (coteje-se, por exemplo: Camino, 2001; Crochík, 1995)

² Sobre o conceito de tecnologia, em sentido aproximado àquele aplicado pelo autor, consulte-se Mumford(s/d); Marcuse(1999); Warde(2003).

³ Apenas para registro, mencione-se que esse vínculo é reafirmado por Nagle(1976:247-248) e por Patto (1996:61 e segs.). Não se trata de elidir a função que a Escola Nova, um termo que ao fim e ao cabo abriga concepções teóricas tão distintas umas das outras, exerceu sobre o desenvolvimento da mensuração psicológica e das provas psicológicas padronizadas mais conhecidas no Brasil como testes psicológicos; trata-se apenas de associar de modo pouco plausível, isto é, sem sustentação suficiente, a psicometria ao instrumentalismo de John Dewey.

⁴ Ressalte-se que os testes cumprem funções bastante específicas e são inseridos de modo bastante claro para o autor, na vida escolar. Escreve ele, a esse propósito, que os "mesmos processos científicos de organização dos *testes psicológicos* (base estatística e técnica de aplicação) vieram fornecer elementos para a organização da medida objetiva de todo o trabalho do mestre. Ao lado dos testes psicológicos, lança mão a pedagogia moderna dos *testes pedagógicos ou de escolaridade*...Se os testes psicológicos intervêm, como dissemos, antes do ensino, podemos dizer agora que os testes pedagógicos se empregam depois dele."(Lourenço Filho, 1948: 31-32, grifos no original)

Referências bibliográficas

- CAMINO, L. (2001). Uma nova interlocutora no campo da Psicologia no Brasil: A Sociedade Brasileira de Psicologia Política, São Paulo, *Revista Psicologia Política*, 1 (1), 4-6.
- CROCHÍK, J. L. (1995) A (im)possibilidade da Psicologia Política. In: AZEVEDO, M. A. e MENIN, M. S. (Org). *Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. (pp.13-56) São Paulo: Cortez: FAPESP
- GERMANI, G. (1971) *Estudios sobre sociología y psicología social*. Buenos Aires: Paidós.
- LOURENÇO FILHO, M. B. (1948) *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos.
- MARCUSE, H. (1999). Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELNER (1999) *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp.71-104.
- MUMFORD, L. (s/d). *Técnica y civilización*. Buenos Aires: Emece Editores
- NAGLE, J. (1976). *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU: Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.
- OLIVEIRA VIANNA, J. F. (1923) *Pequenos estudos de Psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia.
- _____ (1987). *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- PATTO, M. H. S. (1996) *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paul: T.A. Queiroz Editor.
- WARDE, M.J. (2003). “Internacionalização-nacionalização dos padrões escolares e pedagógicos”. Projeto de pesquisa vinculado ao Programa EHPS/PUCSP e ao CNPq.

Odair Sass
e-mail: odairsass@terra.com.br

. *recebido em agosto de 2005.*
. *aprovado em outubro de 2005.*

Notas sobre movimentos sociais e participação política

Stella Narita

Psicóloga e Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Especialista em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde da Secretaria do Estado da Saúde (IS-SSES/SP) de São Paulo, Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).

Resumo

O presente estudo realiza uma revisão teórico-conceitual sobre *Movimentos Sociais e Participação Política*, temas bastante caros às Ciências Sociais (sobretudo Sociologia e Política), e mais recentemente, à Psicologia Social no Brasil. Ao discutir a *participação em movimentos sociais*, sob uma perspectiva psicossocial, levanta importantes questões teórico-metodológicas e salienta a relevância da pesquisa de campo para aprofundar as investigações nessa área.

Palavras-chaves

1. Movimentos Sociais; 2. Participação Política; 3. Ciências Sociais; 4. Psicologia Social; 5. Teoria.

Notes about social movements and political participation

Abstract

A theoretical-conceptual revision on Social Movements and Political Participation is presented. These approaches are considered very relevant to the Social Sciences, particularly Sociology and Politics, and more recently, to Social Psychology in Brazil. On discussing the participation in social movements under a psychosocial perspective, important theoretic-methodological questions are raised and the relevance of the field research to profound the investigation on this area is emphasized.

Key-words

Social Movements; 2, Participation; 3, Social Sciences; 4. Social Psychology; 5.Theory.

Consideraciones sobre movimientos sociales y participación política

Resumen

El presente trabajo realiza una revisión teórico-conceptual con respecto a *Movimientos Sociales* y *Participación Política*, asuntos bastante caros a las Ciencias Sociales (Sociología y Política, sobremanera), y más recientemente a la Psicología Social en Brasil. En este trayecto, al problematizar sobre participación en movimientos sociales, bajo una perspectiva psicológico-social, contribuí con importantes cuestiones relacionadas a las pesquisas de campo en esta área.

Palabras-llave

1. Movimientos Sociales; 2. Participación Política; 3. Ciencias Sociales; 4. Psicología Social; 5. Teoría

Os *Movimentos sociais* e a *Participação política* têm sido objetos de ampla discussão na literatura brasileira nas últimas cinco décadas. Nas Ciências Sociais e Humanas o tema ganha relevância quando as *ações coletivas* passam a ser organizadas e entendidas através da categoria *movimentos sociais*. Isso ocorre quando os movimentos sociais ganham força e visibilidade, especialmente nas áreas urbanas, como conseqüência do processo de industrialização e urbanização, e dos seus efeitos nas cidades com a inversão na distribuição da população, antes predominantemente rural.

Muitos foram os autores que discutiram esses dois grandes temas, especialmente nas áreas de Sociologia, Política, Antropologia e Educação, e mais recentemente na Psicologia Social, no Brasil. Entre alguns dos grandes teóricos brasileiros que se debruçaram sobre o estudo dos *movimentos sociais*, podemos citar Edgard Carone, Eunice Ribeiro Durhan, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Fernando Henrique Cardoso, Lúcio Kowarick, Paulo Sérgio Pinheiro, Paul Singer, Marilena de Souza Chaui, Maria Sylvia Franco, Eder Sader, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Célia Paoli, Emir Sader, José Álvaro Moisés, Luiz Eduardo Wanderley, Maria Conceição D'Incao, Vinícios Caldeira Brant, Pedro Roberto Jacobi, Renato Raul Boschi, Aldálsa de Oliveira Sposati, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren. A esta lista teríamos que acrescentar muitos outros nomes, sobretudo se nos detivéssemos mais especificamente ao problema dos *movimentos sociais no campo*. São pesquisadores importantes nessa área os professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Cândido Grzybowski, Ricardo Abramovay, Zilda Márcia Gricoli Iokoi, Bernardo Mançano Fernandes, apenas para mencionar alguns, pois não pretendemos dar conta do *estado da arte* sobre movimentos sociais e participação política no Brasil.

Parte expressiva dos trabalhos brasileiros se referem às décadas de 1970 e 1980, período de ascensão dos movimentos sociais, tanto dos movimentos sociais ditos populares, quanto dos movimentos sociais de caráter sindical. Alguns autores tratam mais amplamente o tema *movimentos sociais*, outros centram análise mais especificamente nos *movimentos populares*, e outros, ainda, procuram debater com maior profundidade os *movimentos operários e sindicais*. No entanto, praticamente todos os estudos deste período, sejam sobre movimentos populares, sejam sobre movimentos sindicais, enfocam os *movimentos sociais urbanos*.

Na literatura brasileira, é a partir da década de 1960 que as mobilizações sociais passam a ser conhecidas e trabalhadas através de uma forma

de organização social denominada pela categoria *movimento social*. Os estudos sobre movimentos sociais neste período salientam os temas próprios da época: a *marginalidade* e a *dependência* - discussão centrada na problemática da integração e da não-integração social, em face aos problemas urbanos do desemprego e da habitação (Cardoso, 1972).

Na década de 1970, trabalhos como os de Singer (1973), Kowarick (1975) e Oliveira (1977) fazem uma revisão crítica sobre a chamada *teoria da marginalidade* recolocando a discussão, agora centrada na dinâmica da acumulação capitalista e suas implicações sobre as formas de exploração da força de trabalho (Jacobi, 1987). Nesse período surgem nas grandes cidades do país as ações coletivas que se convencionou denominar *Movimentos Sociais Urbanos* ou *Novos Movimentos Sociais* - inspirados na Sociologia Urbana -, em trabalhos como os de Borja (1972), Castells (1977, 1983) e Lojkine (1981) entre outros, dentro de uma perspectiva *marxiana* que associa movimento social à mudança social. Dizem respeito às mobilizações originadas no processo de periferização das chamadas “classes populares” urbanas, na luta por melhores condições de moradia, saneamento, transporte, creches, escolas, postos de saúde e outros serviços destinados a atender as necessidades de sobrevivência dessa população; são chamados *novos movimentos sociais* pelos autores que trabalham com esta categoria, pois consideram que esses movimentos diferenciam-se dos movimentos anteriores, considerados “velhos”, por assumirem bandeiras de luta diferenciadas.

Mas é a partir da década de 1980 que ocorre uma grande ampliação e diversificação das demandas e das reivindicações dos movimentos sociais. Problemas de direitos humanos, questões ecológicas, pacifistas, de gênero, étnicas, e lutas por espaço pelas “minorias urbanas” passam a ser objetos de grande debate na sociedade. Estes “novos” movimentos, aponta Evers (1984), passam a enfocar mudanças no campo dos valores, crenças e atitudes, e não a tomada de poder. Expressam, antes, necessidades de grupos que se organizam para defender direitos coletivos, nos bairros através de associações de moradores, clubes de mães, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e em grupos minoritários, reclamando melhorias nas condições de vida e inserção social; daí serem caracterizados como *movimentos de caráter reivindicativo*.

Nesse momento histórico o debate sobre movimentos sociais se dá no marco da reconstrução democrática, da conquista dos direitos políticos

e sociais e da cidadania, além de acumular a discussão sempre presente sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado. Tal problemática reaparece na década de 1990, como assinalado por Ana Maria Doimo (1995), ao analisar três matrizes de interpretação para a compreensão dos movimentos sociais pós-70. Segundo a autora, uma matriz é a de *Inflexão Estrutural-autonomista*, centrada na análise da estrutura social e de crítica à função do Estado que “*financia a reprodução do capital, em detrimento da garantia de reprodução da força de trabalho*” (Doimo, 1995: 43). Nessa vertente os movimentos sociais são vistos como *novos sujeitos coletivos*, autônomos e independentes, protagonistas da possibilidade de transformação das relações capitalistas de produção. Essa matriz tem raízes teóricas em Borja (1972), Castells (1977), Oliveira (1977), entre outros. Uma segunda matriz de interpretação, que ganha força no início dos anos 80 é a chamada matriz de *Inflexão Cultural-autonomista*, que propõe toda uma crítica ao “reducionismo” da corrente anterior e propõe uma análise centrada no campo cultural das experiências, a partir da pluralidade de sujeitos que constituem a nova identidade sócio-cultural dos movimentos sociais. São representativos dessa matriz os estudos como os de Evers (1984), Bava (1983), Kowarick (1983; 1988), Sader e Paoli (1986), Krische e Scherer-Warren (1987).

Essas duas *matrizes* trabalham com a hipótese de que os movimentos sociais seriam capazes de provocar rupturas na estrutura capitalista. A primeira (matriz de inflexão estrutural-autonomista), no entanto, procura centrar a discussão na determinação *estrutural* das relações sociais, enquanto a segunda (matriz de inflexão cultural-autonomista) foca o plano das determinações *culturais* que se encontram na base da não inserção de determinadas camadas de população, na sociedade. Ambas, entretanto, chamam atenção para a “desejável” autonomia dos movimentos sociais frente ao Estado.

Uma terceira *matriz interpretativa* apontada por Doimo (1995) que ajuda a lançar luzes para a compreensão dos movimentos sociais no Brasil é aquela de *Enfoque Institucional*, que aponta o caráter institucional dos movimentos sociais e o processo de institucionalização pelo qual os movimentos sociais passam ao relacionar-se com o Estado. Essa vertente traz à tona o fato de que a maior parte dos movimentos considerados anti-Estado, de fato, mostraram-se mais próximos do mesmo do que se supunha. Por meio dessa leitura podemos estar mais atentos à dinâmica da relação conflituosa de demandas, pactos e alianças, que revelam assistencialismos,

dependências e cooptações na relação Movimentos Sociais-Estado. Nessa concepção “*a natureza dessas novas formas de participação reside menos nas relações de classe do que no crescimento e ampliação das funções do Estado sobre a sociedade*” (Doimo, 1995: 49) Essa abordagem tem origem nos trabalhos de Carlos Nelson Ferreira Santos e se consolida com os estudos de Ruth Corrêa Leite Cardoso e Renato Raul Boschi. Tal matriz defende a idéia de um anacronismo dos movimentos sociais e considera que as lutas sociais devem se colocar através dos canais institucionais, especialmente sob as formas de *parcerias* com o Estado. Propõe a superação da clássica oposição entre Estado e Sociedade (onde se encontram os movimentos sociais) e a construção de novos canais de participação - representativos ou não -, como os Conselhos Temáticos Institucionalizados, os Conselhos Populares, os Conselhos Comunitários, Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional Setoriais, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os Orçamentos Participativos, assim como os modelos de *Ação pela Cidadania* e *Comunidade Solidária*, para tratar dos assuntos sociais. As demandas sociais passam, assim, a ser entendidas não apenas como problemas da sociedade (ou de parcelas da sociedade), mas como de interesse do próprio Estado, que deve procurar atendê-las através de políticas públicas. Dentro dessa concepção encontra-se a defesa da construção de espaços *públicos* (alguns propõe os chamados espaços *públicos não-estatais*) onde Sociedade e Estado devem desenvolver trabalhos em parceria, visando a solução dos problemas sociais, via negociação - através do diálogo e não pelo confronto -, a fim de construir uma democracia mais participativa, pelos canais institucionais.

Como podemos observar, a forma de abordagem dos movimentos sociais tem passado por grandes transformações na medida em que os próprios movimentos sociais vêm assumindo, ao longo do tempo, diferentes conteúdos e formas, acompanhando (fazendo parte) as mudanças ocorridas na própria sociedade.

Em meio a uma crise conceitual e diante de críticas à própria existência dos movimentos sociais, alguns estudos propõem encarar os movimentos sociais a partir de novas perspectivas e dimensões, tanto teórico-metodológicas, quanto prático-políticas. É nesse contexto que a Psicologia Social dos Grupos e Movimentos Sociais aparece participando do debate e oferecendo importantes elementos teóricos e metodológicos para aprofundar a discussão.

A compreensão psicossocial dos movimentos sociais permite ir além dos problemas teóricos e práticos identificados nos trabalhos anteriores, na medida em que permite acessar os indivíduos concretos e assim evitar interpretações abstratas obtidas meramente por meio de análises conceituais. Podendo ir ao encontro dos sujeitos sociais que efetivamente participam dos movimentos sociais podemos enfrentar muitas das armadilhas presentes nas macro-análises estabelecidas ao longo desses cinquenta anos de estudos sobre o tema no Brasil.

Um estudo que propõe esse desafio e investiga um movimento social concreto - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -, ao longo de dois anos de pesquisa de campo, foi por nós realizado (Narita, 2000). Através de entrevistas, utilizando-se o recurso do discurso livre, entramos em contato com conteúdos profundos dos indivíduos que participam de um movimento social e assim confrontamos diferentes discursos (teóricos e práticos). Trata-se de um estudo realizado na década de 1990, período no qual os movimentos sociais mais significativos deixam de ser aqueles que organizam categorias sociais estruturadas em suas lutas corporativas e sindicais. Nesse momento tornam-se mais relevantes os movimentos que mobilizam categorias pouco estudadas e nomeadas genericamente como *excluídos*: desempregados, trabalhadores informais, sem-teto, sem-terra, entre outros. Ganham visibilidade, então, *movimentos pela reforma agrária*, que têm o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como sua maior expressão, e os *movimentos pela reforma urbana* - especialmente os Movimentos dos trabalhadores sem teto.

Nesse contexto, os estudos de modo geral, salientam não os sujeitos, mas as problemáticas: a fome, o desemprego, a moradia, terra. Daí a necessidade teórica de se buscar, por meio de estudos em Psicologia Social, ir ao encontro dos sujeitos sociais concretos e criar novas categorias de análise para o estudo dos movimentos sociais e da participação política no Brasil - objetivo que não temos a pretensão de alcançar com o presente artigo.

Não se pretende também, nesse manuscrito, estabelecer o *estado da arte* dos estudos sobre movimentos sociais e participação política no Brasil. Estão omissas muitas contribuições mais recentes, especialmente o enfoque das *redes de ações coletivas* e *movimentos sociais*, bastante importante e presente na discussão atual. Por outro lado, traz alguns dos principais debates e debatedores que participam desse campo e que pode-

mos chamar de *Escola sociológica uspiana* (produção realizada no Departamento de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo). Assim, se o artigo tem uma limitação em sua revisão bibliográfica, por outro lado, tem o mérito de recuperar importantes e pioneiros trabalhos no campo de estudos sobre movimentos sociais e participação política no Brasil. A recuperação da discussão da literatura aqui abordada concentra-se em alguns dos *clássicos* (penso que já podemos nos referir assim a alguns dos autores tratados) da literatura nacional sobre o tema, sobretudo das décadas de 1970-90. Outras análises mais recentes e também relevantes poderiam ter sido utilizadas; não foi, no entanto, nossa pretensão fazer uma abordagem sistemática e dar conta de todo o campo de debate¹.

Discussão sobre a categoria *movimento social*

A categoria *movimento social* foi criada aproximadamente em 1840 para tratar o emergente movimento operário europeu (Scherer-Warren, 1984). Posteriormente foi desenvolvida no âmbito do debate de cunho marxista para representar a organização da classe trabalhadora em sindicatos e partidos, empenhados na transformação das relações capitalistas de produção. E, no processo de transformações sociais, foi adquirindo a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação (Doimo, 1995).

Acompanhando, parcialmente, o processo de transformação conceitual pelo qual vem passando a categoria movimento social, traremos a discussão algumas das definições mais citadas na literatura, visando estabelecer parâmetros que contribuam para torná-la mais clara e compreensível.

Alguns autores preocupam-se em diferenciar *movimentos sociais* de *manifestações coletivas* de modo geral. É o caso da pesquisadora Maria da Glória Gohn (1985) que entende que um movimento pode ser considerado movimento social quando o fenômeno “*tem uma trajetória, um processo no qual entram diferentes elementos e também porque eles emergem a partir de problemáticas que expressam contradições sociais.*” (Gohn, 1985:48). Segundo a autora, para que uma *manifestação coletiva* possa ser

considerada um *movimento social* é importante que tenha algumas características: 1) expresse uma necessidade, 2) tenha certa profundidade e extensão na sociedade, 3) tenha um tempo de duração social, e 4) tenha capacidade de mobilizar, articular e organizar pessoas. Trata-se de uma definição bastante ampla, que cumpre a função de distinguir movimento social de outras manifestações sociais, mas que pede maior delimitação do problema.

Uma definição noutra direção é desenvolvida por Ilse Scherer-Warren (1984) que entende movimento social como “*ação grupal transformadora (a práxis), voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia), e sob a organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)*” (Scherer-Warren, 1984: 8). Tal definição, relevante por contribuir com a delimitação do conceito e de sua abrangência, não oferece elementos para a percepção do objeto nas suas contradições, uma vez que traz uma concepção que estabelece, por definição, que os movimentos sociais realizam ação social transformadora. Ora, estudos recentes sobre movimentos sociais têm demonstrado que, embora os movimentos sociais busquem conquistas de maior ou menor envergadura, suas ações sociais não são necessariamente transformadoras (no sentido da *práxis*), seja no que diz respeito aos métodos, seja em relação aos objetivos.

Outra definição que ajuda a trabalhar teoricamente o conceito de movimentos sociais é aquela elaborada por Luiz Eduardo Wanderley (1980). O autor define movimentos sociais como um “*conjunto de características genéricas tais como objetivos definidos, organização, estrutura, ideologia, estratégia, táticas, espírito de corps, tradições, lealdade, divisão de tarefas, lideranças, etc.*” (Wanderley, 1980: 108) Trata-se de uma definição bastante ampla que, se de um lado garante uma abertura importante para tratar uma série de movimentos sociais distintos, por outro lado, necessita de maior afinação conceitual.

A definição de Daniel Camacho (1987) ajuda-nos nesse processo de busca de contornos conceituais que contribuam para melhor entender os movimentos sociais. O autor considera os movimentos sociais como uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevaletentes, e

sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social (Camacho, 1987). A partir desta definição, o autor realiza uma diferenciação entre *movimentos sociais* e *movimentos populares*, considerando movimentos populares os movimentos sociais que expressam os interesses dos chamados *grupos populares*, em oposição aos *grupos hegemônicos*, grupos que se diferenciam pelos interesses na estrutura de dominação fundamental da sociedade; coloca nos grupos populares os interesses voltados ao trabalho (da classe trabalhadora), e nos grupos hegemônicos os interesses do capital (empresarial e patronal). Em tal definição é fundamental a noção de *classe popular*, conceito entendido a partir da tradição *marxiana* como se referindo àqueles setores da sociedade que sofrem exploração (no campo da produção) e dominação (no campo da ideologia). Wanderley (1980) coloca nesta categoria o operariado, o campesinato, os “marginais” (*lumpemproletariado*) e setores da pequena burguesia, além das populações indígenas, de desempregados e subempregados. É a mesma categoria denominada nos documentos do Episcopado e das Pastorais católica como “pobres e oprimidos”.

Essa discussão de fundo sobre *classes sociais*, que permeia o debate sobre movimentos sociais, é tratada de forma bastante clara por nós em Narita (2000), a partir de um estudo de campo realizado com um grupo social determinado. O problema – classes sociais – é discutido através do conceito de *habitus de classe*, do sociólogo Pierre Bourdieu (ver Bourdieu 1989, 1992, 1996a, 1996b). Nesse trabalho a noção de classe social fica explicitada pelo *modus vivendi* dos sujeitos que fazem parte de determinado grupo social e que demonstram, na concretude de sua vivência cotidiana, o *habitus* da classe a que pertencem. Embora importante essa discussão não pode ser aqui aprofundada. Voltemos então a nossa discussão conceitual sobre movimentos sociais.

Outra reflexão conceitual bastante citada na literatura é aquela colocada pelo sociólogo e psicólogo italiano Alberto Melucci (1989), que chama a atenção para a necessidade de redefinição das categorias analíticas como condição para o entendimento dos movimentos contemporâneos, e propõe uma definição analítica de movimento social: uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, que desenvolve um conflito, e rompe limites do sistema em que ocorre a ação. Com essa demarcação conceitual Melucci (1989) diferencia os movimentos sociais de outros comportamentos coletivos, como a delinqüência e outros fenômenos de massa.

É pertinente a preocupação do autor. De fato, há necessidade de estudos empíricos que tragam a realidade concreta dos movimentos sociais reais, para que possamos formular novas categorias de análise e aprofundar a compreensão do problema em questão. O apego a definições formuladas *a priori*, sem o conhecimento dos movimentos sociais e de sua realidade própria, pode comprometer as formulações teóricas, conceituais e políticas.

Em outro artigo, Melucci (1994) coloca-nos questões também importantes para enfrentar essa discussão: defende que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais, não são somente exploradas e submetidas à dominação; os indivíduos são sujeitos de seus pensamentos e de suas ações. Nesse sentido, devemos estar atentos para o fato de que, para se entrar em contato, de forma profunda, com os movimentos sociais, é preciso ir ao encontro dos sujeitos que participam de determinado movimento social. Sujeito esse entendido como relacional, e não como um indivíduo passivo à mercê do Estado ou do próprio movimento social.

Outra discussão importante nesse debate é apresentada por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998). Para os autores, *movimento social* deve ser diferenciado de *comportamento coletivo* pelo grau e tipo de mudança que pretende provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos. Ambos “*constituem tentativas, fundadas num conjunto de valores comuns, destinadas a definir formas de ação social e influir nos seus resultados*” (Bobbio et al., 1998: 787). Trata-se de uma distinção histórico-conceitual relevante para a compreensão dos movimentos sociais pois traz uma dimensão psicossocial para o problema, na medida em que chama atenção para os *valores* comuns ao grupo social. As tensões grupais e as mudanças no comportamento dos indivíduos na situação de grupo – temas próprios da Psicologia Social – são trazidos à tona pelos autores que, no entanto, divergem quanto a importância atribuída aos comportamentos psicológicos (*aspectos microssociais*) em relação aos sociológicos (*aspectos macrossociais*). Os autores, de concepção marcadamente sociológica, alertam para o risco teórico do *reducionismo psicológico*, mas afirmam a importância “*de uma análise dos participantes, das suas motivações, dos seus recursos e das suas incumbências dentro de um movimento social*” (Bobbio et al., 1998: 787-8)

Essa breve discussão da literatura sobre movimentos sociais procu-

ra trazer alguns elementos conceituais para se pensar tal fenômeno social e aprofundar sua compreensão, a partir de novas categorias de análise. O debate na área revela, de um lado, o predomínio das abordagens sociológicas e políticas do problema e, de outro, a importância da participação de outras disciplinas do conhecimento – como a Psicologia Social – para enriquecer o entendimento das dinâmicas que envolvem o problema em questão.

Estudos brasileiros sobre *movimento social* em Psicologia Social

Na perspectiva da Psicologia Social, na literatura brasileira, os movimentos sociais têm sido objeto de estudos importantes e que procuram desenvolver o tema, a partir de análises mais circunscritas às micro-realidades dos indivíduos concretos que participam em movimentos sociais.

São trabalhos importantes na perspectiva da Psicologia Social brasileira sobre movimentos e grupos sociais os estudos de Cardia (1989), Tarelho (1988), Sandoval (1989a, 1989b), Ieno Neto (1989), Del Prette (1990), García (1994), Carone (2002), Narita (2000) entre outros. Não sendo nosso intuito aprofundar a discussão sobre esses estudos, apenas apontaremos algumas considerações teórico-conceituais relevantes para pensar a relação entre movimentos sociais e participação política.

Nesse sentido o estudo de Sandoval (1989a) é importante porque aponta o hiato existente nos modelos analíticos entre movimentos sociais e participação política, o caráter estático de alguns modelos sociológicos de estudo sobre movimentos sociais, e a necessidade de se aprofundar a compreensão dos processos microssociais para a análise dos mesmos. Realiza também um “*inventário de categorias de fatores importantes na análise do comportamento individual em situações de mobilizações coletivas, destacando a necessidade de abordar esta problemática em um enfoque que explique melhor aquela dinâmica de fatores que conduzem a uma maior participação num contexto em que a participação tende a estar ausente*” (Sandoval, 1989b: 72). Chama a atenção, portanto, para a contribuição que a Psicologia Social pode trazer para esse debate.

Dentro de uma perspectiva de análise psicossocial, Sandoval (1989b)

entende os movimentos sociais como *fenômenos psicossociais* de comportamento político, e destaca o fato de que as análises sociológicas sobre o tema no Brasil, no plano macrossocial, subestimam a *dinâmica interna* dos movimentos sociais e a *complexidade psicossocial* para se entender questões como o engajamento político e a participação. O autor aponta a necessidade de se pesquisar os fatores que obstruem os processos de politização e participação, pois considera que “*ainda desconhece-se aspectos fundamentais explicativos da fragilidade das mobilizações populares e os determinantes detrás da flutuação participatória característica dos movimentos populares*” (Sandoval, 1989b: 62). Esse tipo de proposição é extremamente pertinente e abre novas perspectivas de análise, na medida em que estudar empiricamente os aspectos psicossociais relativos à dinâmica interna dos movimentos sociais permite conhecer mais a fundo os processos internos dos grupos e subgrupos que participam de determinado movimento social.

Dentre as diversas concepções teóricas para a análise dos movimentos sociais e dos comportamentos do indivíduo no grupo, Sandoval (1989a) salienta algumas: 1) *Concepções psicossociológicas* de comportamento enquanto execução de normas internalizadas, ou como ação intencional e estratégica; 2) a *teoria da ação* que busca fornecer uma explicação dos atos individuais sob determinadas condições; 3) a *teoria dos jogos*, a qual ajuda pensar a participação e a não-participação nos movimentos sociais em termos de desvantagens, perdas ou custos e vantagens, ganhos ou benefícios.

Considerando diversas outras concepções, que não serão aqui listadas, o autor acima citado propõe, para fins de análise sobre os determinantes da participação, levar em conta tanto os aspectos da esfera interna (dinâmica dos agrupamentos envolvidos no movimento social) quanto os fatores referentes à esfera externa ao movimento social (estrutura de poder no local e na sociedade, de grupos ideológicos, conjuntura e correlação de forças políticas, etc.). Propõe, portanto, a realização de estudos que articulem dinamicamente a relação indivíduo-grupo-sociedade, e analisem tanto os aspectos intra quanto os aspectos intergrupais implicados.

Um estudo que procurou ir ao encontro a um movimento social concreto e a pensá-lo a partir de uma Psicologia Social é aquele realizado por Tarelho (1988), psicólogo social que estudou o problema da *consciência*

dos direitos e da identidade social dos trabalhadores sem-terra de Sumaré, São Paulo. Trata-se de uma pesquisa empírica importante e que tem bastante a contribuir para enfrentarmos os problemas conceituais aqui em causa, tendo como referência uma análise de um movimento social real.

Outro estudo que também vai nessa direção é aquele realizado por nós (Narita, 2000). Nele percebe-se a preocupação teórica em trazer uma contribuição psicossocial à problemática de *pesquisa de campo* com grupos e movimentos sociais. Nesse sentido, propõe a construção de uma *metodologia psicossocial* capaz de perceber, através dos indivíduos pesquisados, a sociedade que habitam, com a mediação do grupo social a que pertencem. A partir da coleta e registro de *Relatos Oraís (Discurso livre, Depoimentos e Histórias de Vida)* realiza a reconstituição histórica da condição de um grupo social, trazendo à tona, pelos trabalhos da memória, as percepções, preocupações, desejos, sonhos, valores e motivos para a participação. Defende que pela reconstituição das histórias de vida e da reconstrução das próprias vidas, no processo de participação política em um movimento social, pode-se compreender os processos psicossociais motivadores da participação em tal movimento.

Convém também assinalar que importantes e já “clássicos” teóricos do campo psicológico oferecem subsídios para se pensar os movimentos sociais, a partir de elementos da Psicologia de Grupos. Nesse rol de autores e estudos, podemos citar Freud (1921/1969), Kurt Lewin (1948/1973), Pichon-Rivière (1971/1994), Anzieu (1984/1990), entre outros importantes trabalhos que oferecem recursos teóricos relevantes para a análise dos fenômenos e processos grupais.

A partir de teorias e metodologias de domínio da Psicologia Social é possível chegar mais próximo da realidade microssocial e conhecer os movimentos sociais em suas particularidades e ambigüidades. Estudos de campo que busquem conhecer os processos psicossociais implicados nas relações entre movimentos sociais e sociedade, movimentos sociais e Estado e movimentos sociais e seus participantes podem trazer elementos que ajudem enormemente a pensar conceitualmente e complexificar as análises sobre o tema.

Participação social e política

Assim como no estudo sobre os *movimentos sociais*, autores de diversas áreas do conhecimento têm se debruçado sobre a problemática da *participação*. Da literatura brasileira destacamos os seguintes estudos: Ammann (1977), Lima (1983), Foracchi (1982), Díaz Bordenave (1983), Dallari (1983), Cardoso (1985;1987;1988), Gohn (1985, 1997), Simões (1992), Doimo (1995), Demo (1996), entre outros. Grande parte desses estudos discute o papel da participação política no processo de construção democrática e de conquista da cidadania no Brasil. Mas o grande pano de fundo da discussão sobre a participação em movimentos sociais tem sido o modelo de desenvolvimento e o modo de produção capitalista. Este macro-problema é objeto de diversos estudos (Ianni, 1972, 1978; Oliveira, 1977; Oliveira 1990, Abramovay, 1991), que se propõem a pensar a situação político-econômica e sócio-histórica da problemática. Nessa perspectiva, há autores que salientam a dimensão estrutural enquanto outros aprofundam a dimensão conjuntural do sistema.

O tema *participação* vem de longa tradição na literatura brasileira, sendo tratado, sobretudo a partir da década de 1930, quando a “*participação popular não era um elemento a considerar, pois a rigidez das classes não o permitia*” (Gohn,1985: 23). Isso porque o pensamento político da época defende a idéia do Estado como sendo o único elemento transformador da sociedade.

Como nosso intuito aqui é discutir participação política e movimentos sociais, não realizaremos uma discussão historiográfica sobre a participação política de modo geral. A terminologia *movimentos sociais* - e a própria existência dos movimentos sociais, tal como conhecemos e já discutimos anteriormente - só passa a ser utilizada, no Brasil, a partir da década de 1960. Assim, a partir de 1960 e 70 a questão da participação popular em movimentos sociais aparece articulada à problemática da marginalidade, no quadro de explicações dos processos de urbanização e industrialização na América Latina. (Quijano,1970).

No Brasil, os estudos sobre *populações marginais*, sobre *desenvolvimento e marginalidade*, como em Paoli (1974), também associam participação e marginalidade. A *exclusão* é entendida pelos autores como uma

forma determinada de participação: a *participação-exclusão*.

Outra discussão sobre a marginalidade dá-se a partir do referencial teórico da *teoria da dependência*. Este quadro analítico é desenvolvido pelas abordagens histórico-estruturais em Cardoso (1972), Singer (1973) e Prandi (1978), entre outros, onde a categoria *participação* é entendida a partir da inserção na estrutura produtiva. Dessa maneira, a participação deixa de ser vista como o oposto à marginalidade. Com a crítica à teoria da marginalidade passa-se a repensar a questão da participação, a partir das próprias contradições inerentes ao sistema e à sociedade: a categoria *participação* passa a ser pensada como *lutas sociais*, articulando teoria e movimento real.

Já a partir da década de 1980 a noção de participação vai assumindo outras conotações, associada à idéia de *democratização* e *cidadania*. Os movimentos sociais, “novos” ou “velhos”, conquistam com a *transição democrática* canais institucionais de participação como interlocutores do Estado e a participação é colocada em novos termos jurídico-institucionais: cresce o associativismo institucional e surgem as Organizações Não governamentais (ONGs) no Brasil, consideradas formas modernas de participação, além de outras modalidades de parcerias entre sociedade civil e Estado.

Esse breve resgate histórico², sabidamente repleto de lacunas e de imprecisões, tem simplesmente o propósito de colocar a abordagem historiográfica como forma de acompanhar as mudanças da noção de participação, a partir do contexto histórico-político de sua produção. O objetivo, nesse momento, é realizar um esforço de busca de entendimento conceitual sobre a terminologia *participação*.

Etimologicamente, como nos lembra Díaz Bordenave (1983), *participação* vem de *parte* (*pars*). Daí, participar é 1) *fazer parte*, 2) *tomar parte* ou 3) *ter parte*. Estas três formas de entender o participar abrem caminhos para pensar as várias maneiras de participação de sujeitos em grupos e movimentos sociais, pois apontam para a qualidade ou nível de envolvimento na participação. Demo (1996) também discute e aprofunda o tema da participação, entendida como um processo de conquistas e *autopromoção*, que precisa ser forjada cotidianamente, refeita e recriada; e diferencia a *participação tutelada* do que seria uma *participação real*. Lima (1983) contribui bastante com o avanço dessa discussão. A partir de estudos

baseados em investigações empíricas do cotidiano, volta sua atenção para ações e relações sociais concretas, propondo a superação das antinomias *participação* e *não-participação*, pois considera que: “*O cotidiano dessas pessoas é constituído por ações sociais, por relações com o sistema, por pensamentos e ações, por idéias e valores. Participam do mundo através do trabalho, da reprodução, de relações sociais variadas. Ao mesmo tempo em que o sistema limita suas forma de participação, elas, de alguma forma, também marcam o sistema.*” (Lima, 1983:38) Como podemos observar, Lima preocupa-se com a dinâmica da relação de participação, na qual o indivíduo não deve ser entendido simplesmente como objeto; deve ser visto como sujeito de ação e não apenas como sujeito de reprodução do sistema.

As elaborações teóricas de Lima, como também as de Demo, trazem acréscimos valiosos para se realizar pesquisas nesse campo, na medida em que propõem buscar as contradições nas ações e relações sociais.

Outra concepção importante sobre participação é apresentada por Sposati (1982), que considera que o significado primeiro da participação pode ser *estar presente* e não necessariamente ter *consciência política*; critica as formas de se trabalhar a participação como abstração, a partir de categorias a-históricas, pensadas de forma estática e reificada, e que ignoram o *movimento histórico dos homens*. Parte da análise das forças que mobilizam o homem a se colocar em movimento e desenvolve uma formulação da participação como *o pôr-se em movimento*.

Para evitar o problema teórico apontado por Sposati (1982), deve-se buscar, quando se estuda movimentos ou grupos sociais, a participação dos sujeitos na concretude do cotidiano, visando explicitar os *processos de participação* dos atores sociais, inseridos em determinado momento histórico.

Na perspectiva de uma Psicologia Social, devemos investigar os *processos psicossociais* que mobilizam o grupo social em estudo e os processos sócio-históricos do qual fazem parte. A participação social e política devem ser compreendidas, portanto, a partir do acompanhamento da *participação do indivíduo no cotidiano* da sua luta e da sua participação junto a determinado movimento social, discussão que se encontra bastante desenvolvida em Narita (1999a, 1999b, 2000). E, como a participação deve ser entendida não simplesmente como um *fato*, mas como um *processo*, deve-

se também procurar conhecer o processo de desenvolvimento do indivíduo dentro do movimento social e o desenvolvimento do próprio movimento social na sociedade, assim como as relações intra e intergrupais do movimento com o Estado e o conjunto da sociedade.

Considerações Finais

Nessa breve e incompleta discussão conceitual sobre movimentos sociais e participação política no Brasil procuramos revisitar algumas das bases teóricas sobre as quais o tema vem sendo pensado nas últimas décadas. Trata-se mais de uma recuperação histórica de certas dimensões do problema do que de uma revisão crítica propriamente sobre Movimentos sociais e Participação.

A partir da constatação da necessidade de aprofundar esse debate, propomos a realização de pesquisas de campo, especialmente na área da Psicologia Social, que possui instrumentos e recursos relevantes para o incremento de investigações nessa área.

Conforme já colocado anteriormente, um estudo que procura desenvolver conceitual e metodologicamente o tema aqui em discussão foi produzido pela presente autora em sua dissertação de mestrado (Narita, 2000), realizada dentro de um universo que poderíamos chamar de *Escola uspiana de Psicologia Social*³, se assim pudermos denominar um espaço de produção de um conjunto de estudos desenvolvidos junto ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Nesse estudo a autora propõe entender a participação dos indivíduos, pertencentes a um grupo ou movimento social, buscando-se a *história de vida* desses sujeitos e o que aparece de diferencial - que pode apontar para uma compreensão dos processos psicossociais que os mobilizam a participar de um movimento social -, e os distingue de outros indivíduos que, do ponto de vista da necessidade, também poderiam encontrar justificativa para a participação, mas concretamente não o fazem.

A *história de vida* revela-se um importante recurso metodológico na medida em que permite reconstituir, a partir da trajetória de vida dos indi-

víduos, o próprio processo de *participação* vivido e ressignificado. A partir dos discursos e das representações (coletados através dos relatos orais) e das práticas (observadas em campo) podemos ter acesso ao *modus vivendi* do grupo e às formas de participação e de significação.

Assim, encerramos o presente esboço de recuperação teórico-conceitual sobre *movimentos sociais* e *participação política*, apontando para a importância de se compreender a *participação* como processo no qual estão presentes as complexas tensões próprias da dinâmica das relações entre indivíduos, movimento social e sociedade. E colocamos o desafio a todos os pesquisadores, envolvidos com as pesquisas com grupos e movimentos sociais - especialmente os investigadores da área de Psicologia Social -, aprofundar questões pouco tratadas pelos estudos de cunho sociológico. Tais abordagens têm sua pertinência e vêm trazendo grandes elaborações teóricas e metodológicas. No entanto, embora necessárias, não avançam às contradições próprias dos *processos psicossociais* presentes no cotidiano dos indivíduos, dos grupos e subgrupos que participam de um movimento social. Daí a relevância da Psicologia Social, que tem trazido e deve continuar a trazer grandes elaborações teórico-metodológicas para essa área de investigação. E, o incremento desse campo de estudos contribui com o processo de construção da própria Psicologia Social enquanto disciplina do conhecimento e enquanto metodologia de pesquisa a ser amplamente desenvolvida.

Notas

¹ Nesse sentido a revisão da literatura internacional sobre movimentos sociais e participação não está também contemplada. Uma série de debates sobre a *alter-globalização*, a questão das *emoções* e das *lideranças*, dos *quadros de referência*, assim como a contribuição de autoras feministas para pensar/desconstruir certas categorias hegemônicas de análise não estão aqui tratadas. Os debates mais recentes derivados da *mundialização dos protestos* e da *crítica global* ao sistema capitalista também não são objetos desse texto; encontram-se parcialmente contemplados na tese de doutorado de Narita (2004), na qual discute tais questões valendo-se de autores como Pierre Bourdieu (de *Contrafogos I e II*), Octavio Ianni (de *Teorias da Globalização*), Boaventura de Souza Santos (de *A Globalização e as Ciências Sociais*), entre outros.

² Na primeira parte do presente artigo desenvolveu-se mais detalhadamente a discussão histórica sobre participação política e movimentos sociais.

³ Dessa “Escola” é importante assinalar as contribuições de inúmeros professores, mas no que diz respeito mais especificamente a esse tema vale destacar as presenças das professoras Ecléa Bosi (ver Bosi 1981, 1987, 2003), Sylvia Leser de Mello (ver Mello, 1988) e Arakcy Martins Rodrigues (ver Rodrigues 1978, 1989 e 2005), importantes nomes na construção de um certo modo de se fazer Psicologia Social no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. (1991). *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec.
- ANZIEU, D. (1990). *O Grupo e o Inconsciente. O Imaginário Grupal* (Anette Fucks, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Trabalho Originalmente publicado em 1984.)
- AMMANN, S. B. (1977). *Participação Social*. São Paulo: Cortez.
- BAVA, S.A.C. (1983). *Práticas cotidianas e movimentos sociais: elementos para reconstituição de um objeto de estudo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.), (1998). *Dicionário de Política* (Carmen C. Varriale et al., Trad.). Brasília: UnB. (Trabalho Originalmente publicado em 1983.)
- BORJA, J. (1972). *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires: SIAP.
- BOSI, E. (1981) *Cultura de Massa e Cultura Popular: Leituras de Operárias*. Petrópolis: Vozes.
- BOSI, E. (1987). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Edusp.
- BOSI, E. (2003). *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. Cotia: Ateliê Editorial.
- BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico* (Fernando Tomaz, Trad.). Rio de Janeiro: Difel. (Trabalho Originalmente publicado em 1973)
- BOURDIEU, P. (1992). *A Economia das Trocas Simbólicas* (Sergio Miceli, Trad.) São Paulo: Perspectiva. (Trabalho Originalmente publicado em 1966)
- BOURDIEU, P. (1996a). *A Economia das Trocas Lingüística: O que Falar quer Dizer* (Sergio Miceli, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Trabalho Original-

mente publicado em 1982)

- BOURDIEU, P.(1996b). *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação* (Mariza Corrêa, Trad.). Campinas: Papyrus. (Trabalho Originalmente publicado em 1994)
- CAMACHO, D. (1987). Movimentos Sociais: Algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P.J. (Org.), *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. (pp.214-245). São Paulo: Brasiliense.
- CARDIA, N.G. (1989). O papel de líderes intermediários nos movimentos sociais em favelas na cidade de São Paulo. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO* (p.73-89).Vitória/Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- CARDOSO, F. H. (1972). *Participação e Marginalidade na América Latina. Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Difel.
- CARDOSO, R. C. L. (1985). Formas de participação popular no Brasil Contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, 1(3), 46-50.
- CARDOSO, R.C.L. (1987). Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(3), 27-37.
- CARDOSO, R.C.L. (1988). Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno. *Novos Estudos Cebrap*, 1(20), 74-80.
- CARONE, I. (2002). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, I.; BENTO, M.A.S.(Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 13-24). Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, M. (1977). *Movimientos Sociales Urbanos*. Madrid: Siglo XXI.
- CASTELLS, M. (1983). *The City and the Grassroots: A Cross-cultural Theory of Urban Social Movements*. London: E. Arnold.
- DALLARI, D. A. (1983). *O que é Participação Política*. São Paulo: Brasiliense.

- DEL PRETTE, A. (1990). *Movimentos sociais em uma perspectiva psicológico-social: o movimento de luta contra o desemprego*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- DEMO, P. (1996). *Participação é Conquista: Noções de Política Social Participativa*. São Paulo: Cortez.
- DÍAZ BORDENAVE, J. E. (1983). *O que é Participação*. São Paulo: Brasiliense.
- DOIMO, A.M. (1995). *A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS.
- EVERS, T.(1984). Identidade - a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, 2(4), 11-23.
- FORACCHI, M. M. (1982). *A Participação Social dos Excluídos*. São Paulo: Hucitec.
- FREUD, S. (1969). Psicologia de Grupo e a Análise do Ego. (Jayme Salomão, Trad.). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira, (Vol. XVIII, pp.79-154). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho Originalmente publicado em 1921)
- GARCÍA, L.B.R. (1994). *Uma abordagem da psicologia social a respeito dos movimentos populares*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- GOHN, M.G. (1985). *A Força da Periferia: A Luta das Mulheres por Creches em São Paulo*. São Paulo: Vozes.
- GOHN, M.G.(1997). *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: A Sociedade Civil Brasileira na Era da Globalização*. São Paulo: Cortez.
- IENO NETO, G. (1989). Psicologia e movimentos populares: algumas possibilidades de aproximação. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO* (p.108-116). Vitória/Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

- IANNI, O.(1972). Relações de Produção e Proletariado Rural. In: SZMRECSÁNYI, T.;
- QUEDA, O. (Org.). *Vida Rural e Mudança Social (leituras básicas de sociologia rural)* (pp.184-98). São Paulo: Editora Nacional.
- IANNI, O. (1978). *Luta pela Terra: História Social da Terra e da Luta pela Terra numa Área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- JACOBI, P.R.(1987). Movimentos Sociais: Teoria e Prática em Questão. In: SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, P. (Org.), *Uma Revolução no Cotidiano? Movimentos Sociais na América Latina* (pp.246-75). São Paulo: Brasiliense.
- KOWARICK, L. (Org.) (1975). *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOWARICK, L.(1983). Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. *Espaço e Debates*, 1(8), 55-63.
- KOWARICK, L. (1988). *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo: Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC.
- LEWIN, K.(1973). *Problemas de Dinâmica de Grupo* (Miriam Moreira Leite, Trad.). Ed. São Paulo: Cultrix. (Trabalho Originalmente publicado em 1948)
- LIMA, S. A.B.(1983). *A Participação Social no Cotidiano*. São Paulo: Cortez.
- LOJKINE, J. (1981). *O Estado Capitalista e a Questão Urbana* (Estela dos Santos Abreu, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho Originalmente publicado em 1977)
- MELLO, S. L. (1988). *Trabalho e Sobrevivência: Mulheres do Campo e da Periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.
- MELUCCI, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*,

- 1(17), 49-66.
- MELUCCI, A. (1994). Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. (Entrevista a Leonardo Avritzer e Timo Lyra). *Novos Estudos, Cebrap*, 1(40), 152-66.
- NARITA, S. (1999a). Metodologia Psicossocial segundo Condições de Vida. In: *Anais da 51ª Reunião Anual da SBPC* (CD-ROM). Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- NARITA, S. (1999b). Movimento Social e Psicologia Social: memórias de trabalhadores rurais sem terra. In: *Anais da 51ª Reunião Anual da SBPC* (CD-ROM). Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- NARITA, S. (2000). *Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Pontal do Paranapanema*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- NARITA, S. (2004). *Os direitos sociais à educação e à saúde na América Latina (Brasil e México): políticas públicas, democracia e cidadania sob o estado neoliberal*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, A.U. (1990). *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática.
- OLIVEIRA, F. (1977). Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: A nova qualidade de conflito de classes. In: MOISÉS, J.A.; MARTINEZ-ALIER, V.; OLIVEIRA, F.; LIMA, S.S. (Org.). *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. (pp. 65-76). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PAOLI, M.C.P.M. (1974). *Desenvolvimento e Marginalidade*. São Paulo: Pioneira.
- PICHON-RIVIÈRE, E. (1994). *O Processo Grupal* (Marco Aurélio F. Velloso, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho Originalmente publicado

em 1971)

PRANDI, J.R.(1978). *O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo: Símbolo.

QUIJANO, A. (1970). *Redefinición de la Dependencia y Marginalización en América Latina*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio-Economicos, Facultad de Ciencias Economicas Universidad de Chile.

RODRIGUES, A. M. (1978). *Operário, Operária: Estudo Exploratório sobre o operariado industrial da grande São Paulo*. São Paulo: Símbolo.

RODRIGUES, A. M. (1989). Práticas e representações de pequenos funcionários públicos de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(11), 85-103.

RODRIGUES, A. M. (2005). *Indivíduo, Grupo e Sociedade*. Estudos de Psicologia Social. São Paulo: Edusp.

SADER, E.; PAOLI, M. C. (1986). Sobre “Classes Populares” no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes). In: CARDOSO, R.C.L. (Org.). *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*.(pp.39-68). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANDOVAL, S.A. M. (1989a). A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Revista Educação e Sociedade*, 34(2), 122- 130.

SANDOVAL, S.A. M.(1989b). Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Revista Psicologia e Sociedade*, 4(7), 61-76 .

SCHERER-WARREN, I. (1984). *Movimentos Sociais: Um ensaio de Interpretação Sociológica*. Florianópolis: UFSC.

SCHERER-WARREN, I; KRISCHKE, P. (Org) (1987). *Uma Revolução no Cotidiano? Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense.

- SIMÕES, J. A. (1992). *O Dilema da Participação Popular*. São Paulo: ANPOCS, Marco Zero.
- SINGER, P. (1973). *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense.
- SPOSATI, A. (1982). A participação e o pôr-se em movimento. *Serviço Social e Sociedade*, 1(9), 43-56.
- TARELHO, L.C. (1988) *Da Consciência dos Direitos à Identidade Social: Os Sem-Terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- WANDERLEY, L.E.W.(1980). Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. *Encontros Com a Civilização Brasileira*, 1(25), 107-32.

Stella Narita
e-mail: stellana@usp.br

. recebido em agosto de 2005.
. aprovado em novembro de 2005.

Povos indígenas e o sistema colonizador na Amazônia sul-ocidental

Enock da Silva Pessoa

Resumo

Este artigo analisa o processo de invasão e de dominação dos colonizadores sobre os povos primitivos, habitantes da região do Alto Juruá, na Amazônia Sul-Occidental, desde 1850 até agora, que resultaram em destruição: da cultura, das crenças e dos costumes dos nativos. Discuto: a) os valores dogmáticos exercidos por esse grupo colonizador (os coronéis) sobre os indígenas, tornados escravos; b) a memória coletiva e a identidade social dos povos da floresta, desde seu passado primitivo, seus conflitos com a sociedade nacional, e sua resistência atual para se manterem vivos como indivíduos e como povos com identidade social distinta dos demais; c) as formas de identificação social dos povos poyanawas e ashaninkas. Finalmente, apelo para a necessidade de convivência pacífica entre os seres humanos de todas as culturas com base no respeito à diversidade cultural e à igualdade de direitos.

Palavras-chave

Cidadania, dominação, memória coletiva, valores sociais, povos nativos e sociedade nacional.

Indians peoples and the colonizer system in south-west Amazonia.

Abstract

This paper analyses the process of domination and invasion carried out by colonizers over the indigenous peoples and their land areas in the Alto Juruá region in south-western Amazonia. That process which began in 1850 has brought the destruction of native culture, beliefs and habits. It discusses: (a) the beliefs and dogmatic values imposed by that group of colonizers upon the enslaved Indians; (b) the forest peoples' collective memory back to their primitive past, their conflicts with the national society, and their present struggle to keep themselves alive as human individuals and as peoples with a distinct social identity; (c) the forms of social identifications of the poynawa and ashaninka peoples. Finally, an appeal is made as to the need of a peaceful coexistence of all human beings of all cultures based on respect for culture diversity and equality of rights for all the people.

Key-words

Citizenship, domination, collective memory, social values, native and national society.

Introdução

A vida de um povo se funda em normas explícitas e implícitas, valores, costumes e leis, que correspondem ao conjunto da cultura e têm o objetivo de manter certo equilíbrio entre as forças sociais. Na contemporaneidade são buscados mecanismos de controle para o equilíbrio entre o individual e o social. Uma das maneiras de se entender o processo de efetivação das normas sociais é o que Weber (1997; 1989; 1999) chama de dominação. Há três tipos de dominação: O primeiro, de caráter racional, é baseado na crença da legalidade das ordenações estatuídas e dos direitos do exercício da autoridade estabelecida pela mediação das leis do estado. Ele é caracterizado como autoridade legal. O segundo, de caráter tradicional, se estabelece com apoio da crença na santidade das tradições desde os tempos mais remotos e na legitimidade das pessoas indicadas por essa tradição para exercer autoridade sobre os outros. O terceiro, de caráter carismático, está fundamentado na entrega extraordinária à santidade, ao heroísmo ou à atitude exemplar de uma pessoa às ordenações criadas ou reveladas por ela mesma. A reflexão em torno desses tipos pode contribuir para a compreensão do sistema político vigente e da construção histórica dos povos da Amazônia.

A análise das relações entre povos brancos e nativos ao longo desses mais de cem anos de colonização amazônica revela a falta de um relacionamento antro-po-ético da parte do elemento branco/colonizador. A cultura brasileira, desde o início de sua colonização, tem mostrado sua face cruel na Amazônia, sob a forma de dominação. As pessoas que cresceram nesse sistema, não tiveram muitas possibilidades de escolha. A educação recebida não tinha como meta a liberdade, mas a servidão.

O processo de construção democrática no Brasil não tem sido linear. Além de contraditório e fragmentado, ele tem se mostrado elitista, não com base na competência, mas principalmente no nepotismo. Conflito e tensão permeiam as relações entre estado e sociedade. A tensão se deve ao grau de aproximação, de similaridade, de coincidência entre os diferentes projetos políticos de interesse de ambos (Dagnino, 2002). As visões hierárquicas excludentes da sociedade e da política têm sido obstáculos na constituição e funcionamento dos espaços públicos. No caso da ocupação da Amazônia, tem havido uma sinergia entre a sociedade civil e o estado, para o aniquilamento da cultura indígena. As mudanças sociais e os consequentes choques culturais, a partir de 1850, prejudiciais aos silvícolas

da Amazônia, foram resolvidos pela simples imposição da cultura luso-brasileira sobre a nativa, sem o devido estabelecimento de um processo dialógico e de respeito aos diferentes. Os valores da cultura *civilizada* definitivamente não parecem humanos na medida em que se apropriaram indevida e forçadamente do trabalho de povos indefesos, além buscarem, a qualquer custo, destruir seus costumes, sua língua e suas crenças. As motivações subliminares das atitudes negativas dos brancos contra os indígenas refletem os preconceitos e os estereótipos que a própria ideologia da dominação impõe sobre os desfavorecidos.

Geralmente, as manifestações culturais estão relacionadas à consciência de valores dos grupos que ditam as normas de conduta social, isto é, os grupos de referência de determinados lugares e épocas. Esses grupos acabam impondo seus pontos de vista sobre a sociedade que gira em torno deles ideológica, econômica e administrativamente. O *coronelismo* era tido como um valor positivo, aceito social e culturalmente. Com o inconsciente coletivo autoritário funcionando tanto do lado dos dominadores quanto dos dominados, esses seres humanos se tornaram servís e se viam naturalmente como instrumentos de lucro para seus patrões. Penso que poderia ter havido alguma cumplicidade entre patrões e indígenas-seringueiros quanto à obediência, salvaguardadas as exceções.

Por meio deste trabalho busco trazer à luz alguns flashes da identidade social e da memória coletiva de dois povos indígenas. A memória coletiva é considerada como uma propriedade concomitantemente universal e grupal existente em forma inconsciente, que pode se tornar consciente na medida em que os indivíduos a reconstroem, através de suas verbalizações. Ela é fruto de uma integração entre pensamento e linguagem, fundamentais para a compreensão dos processos mnemônicos, pois os fatos sociais ativam o pensamento e são relatados pela memória através da fala. Ela representa o que permanece na mente das pessoas ou grupos em termos de evocação das experiências culturais e de crenças em geral, sejam elas ideológicas, políticas, religiosas ou de outra ordem, vivenciadas no passado de determinado grupo pequeno, médio ou grande. A memória coletiva pertence à humanidade através de características biopsíquicas que se manifestam na pessoa em forma de psicologia do coletivo (Jung, citado por Robell, s.d.). Halbwachs (1990) defende a possibilidade de cada grupo humano ter disponíveis seus arquivos mnemônicos que, por natureza, são múltiplos e desacelerados, coletivos, plurais e individualizados.

Ansara (2001) compara o conceito de memória coletiva a um mosaico de identidade social dos seus detentores, que evoca a memória de acontecimentos com grupos multifacetados: nacionais, ideológicos, políticos, religiosos, familiares, movimentos minoritários, operários, de gênero, etc. Segundo Hogg e Abrams (1992), identidade social é um conceito baseado em pressupostos sobre a natureza e as relações entre pessoas e a sociedade. Esta é feita de categorias sociais que mantêm relações de poder e de status entre as pessoas. As categorias sociais, que são anteriores ao indivíduo, dizem respeito às divisões existentes entre pessoas. Elas estão relacionadas com nacionalidade, raça, classe social, ocupação, sexo, religião, entre outras. A sociedade, ao valorizar mais umas categorias que outras, cria desequilíbrios de poder, prestígio ou status. As categorias não existem isoladamente, elas contrastam umas com as outras e favorecem o surgimento de conflitos. Uma pessoa pode, concomitantemente, pertencer a diferentes categorias sociais.

A memória coletiva e a identidade social dos povos da floresta estão presentes nas falas de parentes e conhecidos dos primeiros moradores do Alto Juruá.

Noções sobre o processo de amansamento dos indígenas na Amazônia

Com o descobrimento das Américas, os invasores portugueses e espanhóis se surpreenderam com milhões de nativos habitantes da terra. Eles foram chamados impropriamente de índios porque os primeiros navegadores europeus pensavam estar na Índia. Quando o homem branco invadiu o território dos ameríndios, vislumbrou uma possibilidade de lucro através do seu trabalho como escravo.

Embora a escravidão no Brasil tenha feito suas primeiras vítimas entre os indígenas, a partir do século XVI a escravidão de negros africanos sobrepujou aquela. As duas modalidades de servidão continuaram em todo o período colonial brasileiro. Os colonizadores nunca duvidaram da utilidade da mão-de-obra indígena, embora o negro fosse preferido para a produ-

ção de bens para exportação. O serviço preferencialmente dado ao indígena era o transporte de cargas ou pessoas, o cultivo de produtos agrários, a caça e a pesca. Eles eram caçados no mato para aprenderem as rotinas do novo sistema de trabalho.

A partir da carta regia de 1570, em que D. Sebastião autorizava o apresamento de índios em guerras justas, a uma lei de alforria se seguia outra, autorizando o cativo através de procedimentos paralegais como os leilões oficiais para a venda de índios, as taxas cobradas por índio vendido como escravo, as ordens reais para preia e venda de lotes de índios para custear obras públicas e até para construir igrejas, como ocorreu com a catedral de São Luis do Maranhão (Ribeiro, 2000: 99).

O único requisito indispensável para que o indígena se tornasse escravo era que ainda fosse livre. Todos estavam sujeitos à escravidão, até mesmo os já incorporados à vida colonial das missões. Cada vez que a colonização branca avançava pelo interior do Brasil e encontrava novas tribos, fazia de seus integrantes (homens e mulheres), escravos agrícolas e domésticos. As mulheres, além de fazerem praticamente os mesmos trabalhos dos homens, também eram usadas como escravas sexuais (Ribeiro, 2000).

O aprisionamento de indígenas era tido como prática louvável e até mesmo como estratégia de conversão religiosa. Para os padres, os indígenas eram almas racionais, porém transviadas e carentes de tutela e vigilância. Os nativos mansos eram convocados à força para as guerras contra os invasores estrangeiros, contra outros nativos hostis e também contra negros rebeldes. Além da escravidão obrigatória, havia também a voluntária, ou seja, os nativos maiores de 21 anos, que em caso de extrema necessidade quisessem vender-se podiam fazê-lo, assim também como era permitida a venda de crianças indígenas por seus pais. A cultura da região considerava legal e digno de mérito quando alguém comprava meninos índios trazidos por regatões dos altos dos rios amazônicos (Ribeiro, 2000).

Para Meggers (1998) as três famílias lingüísticas indígenas dominantes nas terras baixas do Brasil: a tupi-guarani, a arahuak e a karib se estabeleceram na Amazônia com data anterior a 500 anos antes de Cristo. Os karib

habitavam na parte Norte do Rio Amazonas, e as duas anteriores no sudoeste amazônico e nas adjacências andinas. As crenças religiosas indígenas, desde seus antepassados pré-históricos, ainda estão preservadas por povos indígenas isolados. Mas com a invasão dos povos *civilizados* cristãos nas áreas indígenas essas crenças foram sufocadas ou suprimidas, porque eram tidas como diabólicas.

A intervenção da civilização branca na Amazônia indígena correspondeu à execução de um projeto comum entre estado e sociedade civil. Uma parcela da sociedade civil, representada por religiosos, com a anuência do estado, saiu à procura de ervas (chamadas de especiarias ou drogas do sertão) para serem comercializadas no velho mundo. Gaspar de Carvajal, frei espanhol que atuava no Peru, viajou com Francisco Orellana, em 1540, por ordem de Gonzalo Pizarro, pelo Rio Amazonas (no Peru chamado Marañon), e observou a existência de muitos povos indígenas, em constante guerra entre si e hostis aos viajantes, ao longo do rio (Costa, 2002). Houve também motivação de caráter científico na exploração da Amazônia. Euclides da Cunha informa que:

A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. Desde os primeiros tempos da Colônia as mais imponentes expedições e solenes visitas pastoraes rumavam de preferência às suas plagas desconhecidas. Para lá os mais veneráveis bispos, os mais garbosos capitães generaes, os mais lúcidos cientistas. E do amanho do solo que se tentou afeiçoar as exóticas especiarias, à cultura do aborígene que se procurou erguer aos mais altos destinos, a metrópole longínqua demaciara-se em devaneios à terra que sobre todas lhe compensaria o perdimento da Índia portentoza (Cunha, 1922: 17, 18).

William Chandless em sua passagem pelo Alto Juruá numa expedição científica, em 1867, descreve a braveza dos indígenas *nawas*, que o rechaçaram e o fizeram retroceder em sua viagem. Os engenheiros Lopo Neto e Augusto Hilliges chegaram até ao Rio Breu em expedições também científicas além da comissão bipartite encarregada de tratar dos limites entre Brasil e Peru chegou até às suas nascentes entre 1904 e 1905 (Mendonça, [1907]1989) e em 1927, de acordo com *O Rebate* de 31 de julho de 1927.

Os religiosos jesuítas e carmelitas foram, em grande medida, responsáveis pela ocupação de grandes espaços geográficos na Amazônia, desbravando as áreas ao longo dos rios, orientando os indígenas a construir as instalações das missões católicas. *Tinham os jesuítas de Quito quatro missões abaixo de Cambebas, no Solimões Superior. Para expulsão delles foi ordenada uma expedição portuguesa que partiu do Pará, 1708-1710* (Berredo, citado por Mendonça, [1907]1989: 188).

Neste último anno tiveram os jesuítas do Pará ordem de fundar uma missão no Javary. O anno de 1710 marca o momento decisivo em que os portugueses ganharam o conhecimento geral geográfico do curso do Amazonas, na sua colônia, segundo Von Martius. As chronicas attribuem ao Juruá, desde 1709 até nossos dias, 49 tribus indígenas, sendo 98 denominações, a maior parte das quaes espalhadas em outros rios (Mendonça, [1907]1989: 188).

As descrições dos colonizadores a respeito dos povos ameríndios eram fantasiosas, às vezes, o que representaria o reflexo de uma mistura de medo, ignorância e preconceito sobre esses povos. Em 1768, José Monteiro de Noronha, vigário geral do Pará, conta em seu *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província*, da existência dos *índios Cauana e Ugina, habitantes do Juruá acima da cachoeira do rio e longe de sua barra*. Segundo o padre, esses indígenas tinham cerca de um metro e dez centímetros de altura, além de possuírem caudas, porque eram nascidos de índias fecundadas por macacos chamados *coatás* (Mendonça, [1907]1989).

Com base no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, os espanhóis ocuparam o Rio Solimões e estabeleceram um quartel em Tefé, até que foram expulsos pelas autoridades portuguesas (Reis, 1998). Eles usaram o trabalho indígena para extraírem as chamadas *drogas do sertão* (o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e o cacau) além da madeira e de produtos do reino animal (peixe, caça, tartaruga, etc) para serem comercializados, permitindo a contabilidade de saldos apreciáveis para as ordens religiosas.

A catequese indígena feita pelos jesuítas, do ponto de vista cristão não se manifestou como um processo de ensino ético, porque era feita de

forma impositiva. Segundo Delumeau (1978), o processo de *conversão* era instrumentado pelo medo e pela criação de culpa. Sob sua influência criou-se a pedagogia do medo e da chantagem que escondia um sistema totalitário para controlar as consciências em nome da religião, correspondendo a uma forma de dominação (Weber, 1997). O cristianismo oficial, ao se confrontar com as culturas exóticas, as perseguia, ao invés de buscar compreendê-las.

A decisão de Pombal, em nome do Governo Português, de tirar o poder temporal dos padres nas missões indígenas em 1755, provocou mudanças significativas na política indigenista brasileira, passando-a do controle religioso para o leigo. Em 1759, Pombal completou seu intento, ao expulsar os Jesuítas dos domínios portugueses, deixando apenas os carmelitas em atividade nas aldeias indígenas, por serem tidos como mais dóceis. Com a publicação do decreto pombalino a escravidão indígena foi legalmente abolida e eles podiam ser assalariados, embora esse sistema ainda mantivesse muitos traços servis. Na prática, muitos diretores de índios (funcionários do governo) passaram a explorar os indígenas. Essas mudanças facilitaram ainda mais o processo de *amansamento* e a consequente colonização do índio amazônida (Prado Junior, 1998).

Pombal, ao criar o *directório* (instrumento legal de substituição da política indigenista dos missionários jesuítas pelo poder civil) na segunda metade do século XVIII, deixou as condições sociais, políticas e físicas dos nativos piores, porque eles se tornaram mais explorados que antes (Moreira Neto, 1998). O modelo de vila criado por Pombal para os indígenas era diferente do aldeamento missionário em pelo menos alguns aspectos:

O carisma religioso foi substituído pela presença e pela opressão física da autoridade local e do colono, mas também, por valores abstratos quase sempre incompreensíveis, como as posturas e normas legais, a autoridade (pouco convincente e de duvidosa legitimidade) de índios e mestiços convertidos em juizes e vereadores – funções vedadas via de regra às lideranças tradicionais do grupo – e por símbolos profanos mais ominosos, como o pelourinho. Acima de tudo, a nova ordem representava a desistência da autonomia relativa – que é um dos traços mais característicos das comunidades de índios e tapuios que coexistiram ou sobreviveram ao regime das missões – representava também a integração direta e inexorável à ordem colonial, que, como colonizados, eram

necessariamente subordinados aos colonizadores e nunca iguais em direito, a despeito dos textos legais (Moreira Neto, 1998: 90).

Embora as crenças e os rituais católicos fossem diferentes, havia uma maior identificação dos nativos com os religiosos (porque se assemelhavam aos seus xamãs e heróis culturais) que com os patrões brancos, interessados apenas nas empresas comerciais. Por isso, a relação do leigo branco com o indígena foi mais arbitrária.

A partir de 1852, com a autonomia da Capitania do Rio Negro (atual estado do Amazonas), aumentou a ocupação dos vazios geográficos da região. A vila pombalina objetivava a integração dos nativos, deslocando-os de sua vida bem integrada na tribo, para fazerem parte de uma *grande massa nativa, econômica e socialmente controlada, capaz de suprir, com a sua força de trabalho, o esforço de consolidação do domínio colonial português na Amazônia* (Moreira Neto, 1998: 91).

Com o término da vigência do *Directório* na Amazônia (1798), até a proclamação da República a legislação brasileira continuou *progressivamente antiindígena, restabelecendo as permissões formais, os incentivos oficiais para a escravização dos índios e a organização de ações armadas contra os mesmos, com o fito de permitir o alargamento da colonização das áreas ocupadas por eles* (Moreira Neto, 1998: 96).

Pelos idos de 1860, o Governo da Capitania do Rio Negro financiou duas expedições ao Acre: uma ao Alto Juruá, até à foz do Rio Juruá-Mirim, sob a orientação do diretor de índios João Cunha Correia; a outra, chefiada por Manuel Urbano da Encarnação, destinada ao Purus. A via fluvial se constituía no único meio para o avanço da colonização portuguesa atlântica. Os espanhóis vinham do Oceano Pacífico. A vantagem geopolítica era brasileira porque todos os rios da região corriam para o Atlântico e não para o Pacífico. A expedição de João Cunha Correia até ao Juruá-Mirim representava não apenas uma incursão nos territórios indígenas, mas também o alargamento da fronteira brasileira que, posteriormente, se tornou alvo de lutas entre brasileiros e peruanos resultando na anexação de grande parte do Alto Juruá ao Brasil.

Mendonça ([1907]1989), que navegou com outros brasileiros e peruanos entre 1904 e 1905 por todo o Juruá como presidente da *Comissão*

Brasileira de Limites Peru-Brasil, detalha aspectos hidrográficos e sócio-culturais da região. Ele registra que em 1905 havia setenta e sete tribos indígenas nas regiões do baixo, médio e alto Juruá. Relata incursões de brasileiros e peruanos nas proximidades das *malocas* (aldeias) indígenas, na fronteira entre os dois países, para escravizar mulheres indígenas.

Foi confirmada a notícia que antes do regresso tínhamos recebido de ataque nocturno dos selvícolas a caucheiros de pouso em praia fronteira ao grupo de palhoças de Torolluc, realizado a 31 de agosto na distância apenas de 100 metros do nosso depósito. Haviam sido frechados o peruano Patricio Urquia e uma indígena amahuaca por elle arrebatada ao curaca de sua maloca e com a qual convive. Vi a mulher frechada que ia em boas condições. O caucheiro recebera dous ferimentos sem gravidade (...) Tudo faz crer em premeditada vingança do tuchaua expoliado (...) Outras agressões, porém, houve em pontos mais afastados, e numa dellas, ocorrida no Lijia, afluente do Piqueyacu, foi atingido por frecha o caucheiro Salomon Duenama, tratado pelo médico da comissão brasileira. (Mendonça, [1907]1989:135).

Nota-se, neste relato, a curiosidade e observação atenta dos indígenas para com os invasores de seus territórios e da tentativa de se defenderem. Brasileiros e peruanos disputavam terras vistas como peruanas ou brasileiras, nunca como dos nativos. Os colonizadores, além de extraírem o caucho e a seringa (seivas de árvores produtoras de borracha) daquela região fronteira, invadiam as terras indígenas e roubavam suas mulheres. As *correrias* (aprisionamentos de indígenas) não aconteciam apenas em território brasileiro, mas também no Peru. Pando (2001: 46) cita um incidente ocorrido em 1839, na região fronteira Colombia-Peru-Brasil, envolvendo agentes do governo peruano, sendo multados por aprisionarem indígenas ilegalmente, para que se tornassem seus escravos:

Castigo al gobernador de Pebas por haber dirigido una correria de salvajes en el territorio del Napo. Moyobamba, abril 24 del 1839. El ex-Subprefecto Don Gregorio Del Castillo há dirigido

al conocimiento de este Gobierno (...) sobre el sacrificio que sufrieron Leon Arévalo, y Montilla por la nación Payaguas (...) aunque US no dice en su carta haber tomado treintaitantos cholitos y cholitas de esa nación, se sabe por noticias que andan en la calle, cuando por ningún caso podrá oscurecerlos; en cuya virtud pondrá usted a disposición de Don Joaquín de León los últimos infielitos, y infielitas para que remitiendome con persona segura los dirigirá a la Subprefectura del Departamento quién en su visita dictará lo que jusgue y conveniente con ellos, y con US. Asimismo mandará 25 pesos que condena el artículo del auto de buen gobierno (...).

A dominação branca sobre os indígenas e o renascimento de tribos no Juruá

No Alto Juruá brasileiro, as *correrias* eram praticadas em pequena escala por homens que roubavam mulheres (crianças e adultas), com o fim de suprir suas necessidades sexuais e de matrimônio, uma vez que muitos vinham solteiros para o Juruá.

As empresas seringalistas e agrícolas utilizavam as *correrias* como forma de suprir a mão-de-obra escrava de indígenas em larga escala para majorarem seus lucros financeiros. Eles eram capturados por *capangas* (jagunços) dos seringalistas, mantidos presos e acorrentados até se acostumarem ao novo habitat, à nova língua e às novas funções pelo resto de suas vidas, a troco de comida e alguma roupa. As mulheres serviam para o trabalho no seringal e para serem esposas e escravas sexuais dos empregados da empresa.

Um dos papéis do *amansador de índios* era fazer contato com as tribos, levando presentes aos indígenas para aproximá-los dos seringalistas. O amansador de índios mais famoso do Alto Juruá, Felizardo Cerqueira, iniciou esse trabalho com os kaxinawás, a partir do ano de 1909, para beneficiar os seringalistas do Rio Tarauacá. Ele prestava serviços de segurança aos seringalistas do Baixo Tarauacá, assegurando-lhes de que não teriam seus seringais invadidos por índios arredios. Ele continuou a fazer esse serviço em Cruzeiro do Sul, a partir de 1926 (XXX, 2004).

A invasão branca aos territórios indígenas tem resultado, em grande parte, na perda de sua identidade social. Sua memória coletiva tem sido parcialmente destruída porque sua língua materna e suas referências culturais foram sufocadas e mortas. Mulheres indígenas com seus filhinhos vivem nas ruas de Rio Branco, no Acre a pedir esmolas, causando mal-estar para os *brancos*. Muitos indígenas sofrem de *doenças de branco*, entre elas, a malária, a tuberculose, as hepatites B e D, DST's AIDS, entre outras.

Os povos nativos do Alto Juruá estão pondo ações em prática para se afirmarem como *categorias sociais* (Tajfel, 1983). Há uma consciência crescente entre eles, de resgatar suas identidades sociais e sua memória coletiva. Em 2003, um grupo de *nawas* reivindicava o seu reconhecimento como povo nativo, por ocasião das festividades do nonagésimo nono aniversário da cidade de Cruzeiro do Sul (chamada de *terra dos nawas*).

Tendo debatido até aqui o processo de amansamento dos indígenas da Amazônia com fins escravistas, busco trazer alguns flashes da memória coletiva de dois povos de troncos lingüísticos diferentes, com suas terras demarcadas na parte acreana da fronteira Brasil-Peru, vivendo sem comunicação direta um com o outro, mas em contato permanente com a cultura *branca*, desde o fim do século XIX e início do século XX. A discussão que se segue é fruto, em parte, da observação de indígenas poyanawas e ashaninkas em Cruzeiro do Sul, Mancio Lima e Marechal Thaumaturgo durante anos seguidos, uma vez que acompanho o desenvolvimento social e comunitário dessas tribos desde 1972. As entrevistas com os líderes das aldeias e a observação direta de sua vida comunitária, foram realizadas nos anos de 2003 e 2005, depois de lhes expor nosso objetivo de conhecer suas crenças, sua cultura e modo de vida e obter deles o devido consentimento da pesquisa.

Poyanawas do Rio Moa e Ashaninkas do Rio Amônia

Os Poyanawas foram trazidos da serra do Divisor (Alto Rio Moa), na fronteira do extremo Oeste do Brasil com o Peru, para a Fazenda Barão do

Rio Branco, às margens do igarapé Ipiranga, próximo da sede do atual município de Mancio Lima, por volta do ano de 1910, segundo seu líder mais antigo, vivo hoje. O tuchawa descreveu como se iniciou o amansamento da tribo: eles foram *expostos à escravidão forçada, no início do século passado. O tuchawa Napoleão foi morto por capangas, lá pelo ano de 1915*. Seu assassinato se deu por ele não cooperar com as determinações impostas pelos colonizadores.

A partir da entrevista, pode-se entender o estabelecimento do conflito entre a cultura branca e a nativa, que resultaram em pelo menos duas tentativas de desequilíbrio de poder, para escravizar os poyanawas: *A intimidação*. Era-lhes aplicada violência física e psicológica como forma de intimidá-los e dominá-los, para em seguida explorá-los economicamente. Tirar a vida do líder *Napoleão* era um sinal simbólico que serviria de exemplo a todos. A não submissão à escravidão implicava em morte.

Eles não reclamavam com nada, mas trabalhavam direto na agricultura, dia e noite, debaixo de chuva. Não tinha domingo nem dia santo. Comia debaixo de chuva, mais água do que comida. Eles plantavam feijão, mandioca, arroz. Todo final de ano esses produtos iam para Belém, de navio. O que os índios ganhavam? Eu alcancei ainda menino, eles tinham duas mudas de roupa. Durante o verão os homens cortavam seringa e as mulheres iam para a roça. Quando era para tirar a borracha do centro da mata para a margem do rio, iam todos, homens e mulheres, mas cada um com sua tarefa. Ninguém podia ajudar o outro (Depoimento do tuchawa).

A segunda forma de instigação do conflito: os brancos proibiram os indígenas de manterem suas identificações sociais (as tradições ligadas ao seu sistema de trabalho, à língua, às comidas típicas e à arte). O português passou a ser ensinado como idioma, mas a língua materna (chamada de *gíria*) foi dificultada ou proibida às novas gerações. Conforme suas próprias palavras, os padrões lhes impuseram:

Um sistema muito rígido. Os filhos já não falavam mais a sua própria língua poyanawa. Eu sou o único que ainda fala. Tentei ensinar aos índios agora, com o apoio do Prefeito Paulo Dene,

mas não consegui continuar com as aulas. Quando eu era pequeno ajudava a pasturar o gado da fazenda e todos os dias cada família ganhava leite, conforme a quantidade de crianças em cada família. Quando os antigos poyanawas foram domesticados, meu pai tinha cinco anos de idade e como ele conhecia toda a tradição, nós a recebemos dele. Nós ainda fazemos nossas danças e tomamos nossa caiçuma, feita aqui mesmo. Mas, há pouco interesse dos mais novos.

A partir de 1977, alguns antropólogos resolveram agir junto aos órgãos públicos para conseguirem a devolução das terras indígenas na região. Percebe-se uma expressão de felicidade, quando eles contam sua história de libertação dos patrões.

A partir de 1977 (...) passaram alguns antropólogos por aqui (...) Foi uma briga muito grande contra os patrões, briga, sangue derramado. Nós nos libertamos de quatro patrões brancos que dominavam aqui a reserva. Conquistamos a terra em 1984, quando a equipe da Funai demarcou 24.400 hectares para a reserva. Hoje temos escola até à oitava série. A professora combinou comigo para uma vez por semana eu dar aula de língua poyanawa. Criamos a Associação Agro-extrativista Poyanawa Ipiranga-Barão há 12 anos atrás. Temos um posto telefônico, quatro agentes de saúde e uma casa de apoio aos indígenas, em Mancio Lima. Há um Conselho da comunidade indígena na área de saúde, abarcando três comunidades: nawas, nukinis e poyanawas. Temos um trator agrícola, plantamos mandioca, fazemos farinha e vendemos aqui mesmo. As dificuldades: a péssima qualidade da estrada, a falta de uma escola de Segundo Grau, a energia elétrica não chega aqui (Depoimento do tuchawa poyanawa).

Nota-se aqui um lampejo de consciência de liberdade de ação, de confiança no que eles estão a fazer e mostrando o que são capazes de fazer. As frases que expressam suas ações estão sempre na primeira pessoa do plural, e indicam que eles dialogam e agem em conjunto. Pude verificar entre eles a existência de debates de idéias em torno de sua vida comunitária, de sua participação política e uma forte consciência por parte dos mais velhos de passar aos mais novos traços de sua identidade social.

A comunidade poyanawa parece estar num estágio de identificação social menor com seus antepassados e maior com a sociedade nacional. As residências da aldeia se assemelham às casas de branco. São de aproximadamente trinta a quarenta metros quadrados, feitas de tábuas cerradas, algumas cobertas de palha outras de alumínio. Em muitas residências, estampadas em letras grandes as siglas partidárias do Partido dos Trabalhadores (PT) ou do Partido Comunista do Brasil (PC do B) evidenciam o grau de politização da comunidade. Mas, todos da tribo afirmam sua identidade indígena.

Quanto à vida religiosa, diferentemente dos ashaninkas, os poyanawas aderiram, quase totalmente, à cultura cristã. Há na aldeia três formas de cultos religiosos, sendo dois deles liderados pelos próprios indígenas: a batista, a assembleia de Deus e a católica. O tuchawa é o líder atual da igreja batista, *depois de ter participado de missas católicas e de cultos da Assembleia de Deus*. Pelos nomes de alguns de seus filhos, tirados do Antigo Testamento, percebe-se a identidade social protestante da aldeia.

Francisco Costa foi o primeiro pregador pentecostal que eu conheci. Mario Dutra, Chico de Lima, Zé Rodrigues, Bob Creiglow, Robert Lunsford, Royal Calley, Cídio, foram os pregadores batistas que passaram por aqui. Eu me converti e me casei com a filha do Cídio. Meus oito filhos são: Amós, o pastor daqui; Joel, agora vereador pelo PC do B; Davi é o guitarrista da igreja; Alda, Ireni, Marineide, Lucileide e Jancileide. O pastor da igreja batista de Rodrigues Alves é meu genro (Depoimento do Tuchawa).

São muitas as razões que têm levado os poyanawas a se identificarem socialmente com a civilização branca, de modo bem mais acelerado que os ashaninkas: A) A forma como foram colonizados parece ter sido muito mais violenta. B) Eles têm sua aldeia bem mais próxima das cidades de Mancio Lima e Cruzeiro do Sul, onde há uma estrada que funciona o ano todo, fazendo a ligação entre a aldeia e as cidades, além do Rio Moa que também permite a navegação de barcos entre a aldeia e as cidades. Seu contato com os brancos é bem mais facilitado por esses meios. Mesmo assim eles tentam conservar, dentro do possível, suas identidades culturais, mormente a língua, as bebidas típicas e a convivência comum. C) Eles demonstram estarem mais próximos dos costumes dos brancos nas vestimentas, nos jogos esportivos e nas formas religiosas.

Quanto aos conflitos intergeracionais, percebe-se certo descontentamento da parte dos mais idosos para com as mudanças comportamentais das gerações mais novas, principalmente com costumes prejudiciais à saúde individual e coletiva adquiridos dos brancos; entre eles, o uso de bebidas alcoólicas.



Jovens poyanawas jogando voleibol na reserva.
Foto de Enock S. Pessoa, em 2003.

Segundo Cunha e Almeida (2002), a população ashaninka residentes no Brasil e no Peru é de cerca de trinta mil indivíduos, numa área de aproximadamente cem mil quilômetros quadrados. Mas segundo Pando (2001), os ashaninkas são o povo indígena mais numeroso da Amazônia peruana, com aproximadamente quarenta e cinco mil habitantes. Eles vivem da caça, da pesca, e da plantação de mandioca e milho. Sua organização econômica, assim como a dos poyanawas, não é comunitária. Cada família (clã) cuida de seus próprios roçados e da sua vida econômica em geral. Os mais idosos são respeitados como líderes por toda a comunidade.

Os ashaninkas, antes (pelos idos de 1900 a 1960) conhecidos como kampas, habitam a região fronteira Brasil-Peru, às margens dos rios Amônia, Breu, Envira e Igarapé Primavera, Ucayali e Tamaya. Eles costumam alternar períodos de tempo entre Brasil (Rio Amônia) e Peru (Alto Tamaya), dependendo de suas motivações de caça, pesca e plantio agrícola, além

dos interesses familiares. Os líderes da comunidade Piwtxa contaram sobre as relações de trocas entre eles e seus parentes peruanos.

Segundo Lopez e Salisbury (2005) o Alto Tamaya (Peru) está rodeado por muitas comunidades Ashaninkas: Nueva California, Nueva Amazonia de Tomajao, Cametsari Quepatsi e San Miguel de Chambira rio abaixo. Alto Tamaya faz fronteira com a comunidade nativa de Sawawo e com a terra dos Kampas do Rio Amônia (Brasil) também Ashaninkas. Em todas essas aldeias podem ser encontradas, além de Ashaninkas puros, pessoas mestiças, como o chefe da comunidade do Alto Rio Tamaya que, tendo sido uma criança órfã, foi acolhida pela comunidade e se tornou seu tuchawa.

Assim como a maioria dos indígenas do Brasil, os ashaninkas do Rio Amônia estão em franco crescimento numérico. A composição étnica da tribo é mista: a) nativos brasileiros e nativos peruanos; b) nativos brasileiros e brancos brasileiros. A aldeia Piwtxa possui hoje, cerca de 400 a 450 habitantes, de acordo com a esposa do tuchawa.

A identidade social do povo da aldeia é notória pelos costumes mantidos: 1) bebidas comuns: a caçuma (feita da mandioca fermentada) e a ayuasca. Nas cerimônias religiosas a ayuasca serve para aproximar a comunidade dos espíritos de seus antepassados. 2) As práticas religiosas ainda são bastante originais, (não se nota adesão aos cultos cristãos, embora muitos nomes de pessoas da aldeia sejam bíblicos). 3) As casas das famílias da aldeia do Rio Amônia são totalmente feitas com material da floresta. A cobertura tem a forma de quatro bandas, feita de palha de palmeira. Os caibros, as vigas e os esteios são de madeira roliça, as paredes e o assoalho são de paxiúba (uma palmeira). No lugar de pregos, eles utilizam cipós e fibras retiradas das cascas de certas árvores para amarrarem as peças de madeira umas nas outras. As casas são construídas de forma a servirem ao clã. Em torno da casa do pai os filhos constroem as suas e os netos também fazem o mesmo. As casas são semi-abertas e não têm cerca de proteção. As famílias têm, em média, de quatro a sete filhos. Junto com a família às vezes são vistos bichos do mato (jacus, jacamins, papagaios, araras, jabutis, etc). 4) A alimentação dos indígenas consiste de produtos florestais e de plantações de roçados. Enquanto os poyanawas são fabricantes, consumidores e vendedores de farinha de mandioca os ashaninkas costumam comer a mandioca cozida ou assada, *in natura*. A agricultura é rudimentar e de subsistência. Todos plantam milho, feijão e mandioca. A caça é também de subsistência. Quando estive na aldeia vi carne, não sei se de porco-do-

mato ou de queixada, secando ao sol para não se deteriorar. 5) A indumentária dos ashaninkas é muito atraente. Usam a “cushma” (uma comprida túnica de algodão, tecida por eles próprios), comum a todos: homens e mulheres; adultos, jovens e crianças; de cores variadas, conseguidas a partir de frutos e resinas de árvores da floresta. Eles se pintam com urucum (planta cujo fruto é vermelho). Homens (inclusive o tuchawa) e mulheres fabricam artesanalmente colares e pulseiras coloridas, feitas de sementes para uso próprio e para venda. O esporte predileto dos homens é o futebol.

A comunidade ashaninka tem demonstrado um grau de *desenvolvimento* político, social e tecnológico. Eles se destacam pela liderança, representando os demais povos indígenas junto à sociedade civil e ao poder público. Este desenvolvimento é semelhante, ainda que não igual, aos poyanawas porque: 1) Ambos têm suas terras demarcadas e garantidas pelas leis brasileiras. 2) Ambos têm representação política e comunitária na sociedade nacional (um vereador poyanawa, um secretário de estado e um secretário municipal da tribo ashaninka); 3) Estão ambos inseridos no mercado de produção de bens de consumo (os poyanawas fabricam e vendem, principalmente, farinha de mandioca e os ashaninkas fabricam e vendem produtos artesanais oriundos da floresta). 4) Há uma consciência crescente da parte deles pela busca de seus direitos (*control social*). Por isso, estão se organizando em associações reivindicatórias em prol de saúde, educação para suas comunidades e outros direitos garantidos constitucionalmente. Para viabilizar suas reivindicações, eles fazem reuniões em sua própria localidade, nas sedes municipais, em Rio Branco, em Brasília, e se articulam com organizações não governamentais para melhorarem sua qualidade de vida. Estes avanços político-sociais criam inveja em alguns indivíduos brancos.

Com base em seus depoimentos e segundo Lopez e Salisbury (2005) eles passam por uma fase de desenvolvimento sócio-econômico melhor que seus parentes do Peru.

Oficialmente, la comunidad Asháninka de Alto Tamaya no cuenta con título de propiedad, pero con Resolución Directoral Regional N° 045-2003-GRU-P-DRAU se encuentra inscrita en el registro nacional de comunidades nativas, por cuya razón sus dirigentes vienen tramitando el título de propiedad y su propuesta territorial esta comprendida entre la quebrada Putaya y la quebrada Alto Tamaya hasta su afluente, la Quebrada Aucaya (...) La

Comunidad no tiene radio, posta, pozos artesianos, carretera ni la presencia de ninguna organización de apoyo. La organización de la comunidad es por asamblea general y tiene una junta directiva de seis miembros. (Lopez & Salisbury, 2005: 73, 74).

Crianças ashaninkas do Amônia com seus trajes tradicionais.
Ao fundo: jovens e adultos jogam futebol (Fotografia: Fernanda de Souza Ferreira, 2005).

Há cerca de cinquenta anos atrás, a maioria dos nativos ashaninkas homens trabalhavam com patrões madeireiros no Brasil e no Peru. Muitos deles foram seringueiros e pagavam aluguel pelas *estradas de seringa* aos patrões. Segundo Lopez e Salisbury (2005) os nativos mais antigos do Alto Tamaya são originários do Alto Ucayali que há 50 anos foram convencidos pelos patrões madeireiros para se mudarem para o Rio Sheshea a fim de trabalharem na extração de madeira. Do rio Sheshea eles se dividiram: um grupo foi trabalhar com patrões no Brasil, e o outro grupo cruzou os varadouros das cabeceiras do Alto Tamaya. Por isso há um intercâmbio regular entre os ashaninkas do Rio Amônia (Brasil) e os do Alto Tamaya (Peru). Muitas mulheres jovens que nasceram em Apiwtxa (no Rio Amônia), se casaram com ashaninkas peruanos e moram atualmente no Alto Tamaya,



criando uma relação forte de parentesco entre eles. Acredito que a insegurança fundiária e econômica vivida pelos ashaninkas do Peru facilita sua saída da vida comunitária das aldeias para trabalharem com patrões madeireiros peruanos. Como o trabalho é provisório, ao serem despedidos se tornam párias sociais, perdem sua identidade social nativa e não conseguem ser aceitos pelas comunidades nacionais peruanas.



Crianças ashaninkas trajando cushmas e uma estudante da UFAC.
(Foto: Enock Pessoa, 2005)

Os ashaninkas do Brasil se sentem mais seguros socialmente que os do Peru (Lopez & Salisbury, 2005). Eles têm na aldeia: escola de ensino fundamental bilíngüe e posto de saúde (o professor e o agente de saúde são da tribo); orientação agrária; criação de peixes e de tartarugas. A aldeia possui ponto de internet via satélite, telefone público (orelhão), poço artesiano e uma pousada com proteção de tela contra os mosquitos, para hospedar os visitantes que ali queiram dormir.

Indígenas e brancos podem conviver harmonicamente?

As áreas de intercâmbio ou conflito entre brancos e indígenas é extensa: racial, lingüística, costumes, crenças, econômica, saberes, etc. Talvez a principal, porque mais efetiva ao longo do tempo, seja a racial. A população indígena estimada para a América Latina, atualmente é de 26,3 milhões. Desse total, cerca de 24 milhões se concentram na Bolívia, no Equador, na Guatemala, no México e no Peru. mestiços (fusão de europeus com indígenas) e indígenas juntos correspondem a 85% da população do México, da Bolívia, do Panamá e do Peru e 90% da população do Equador, num total de mais que 400 povos diferentes, com língua ou dialeto próprio. (Warã, s.d.). Os outros 2,6 milhões vivem em outros países, inclusive no Brasil, cuja população que se autodenominava indígena, era de 701.462 (0,4% da população brasileira), sendo 51% de homens e 49% de mulheres (IBGE, 2002). Não se pode esquecer que o preconceito para com os indígenas no Brasil inibe muitas pessoas de se classificarem a si mesmas como tal. Exemplos desse preconceito são os termos vocativos: índio, bugre e caboclo. Na Amazônia, *Caboclo* se refere à mestiçagem entre *indígena* e *branco*, por isso muitas pessoas ficam confusas quanto à sua identificação social de raça, abrindo a possibilidade do dilema: ser ou não ser indígena. Uma maior valorização da categoria *branca* implica em desequilíbrio de poder e de status de outras categorias e favorece o surgimento de conflitos intrapessoais, interpessoais, intra-grupais e inter-grupais.

Creio ser possível o estabelecimento de trocas entre nativos e brancos se ambos observarem princípios éticos e legais de respeito multilateral. As trocas culturais poderão diminuir os preconceitos dos brancos com os indígenas. Os nativos podem ensinar uma visão menos predadora de respeito à natureza e a valorização da vida comunitária e familiar. Os *civilizados* podem ensinar tecnologias educacionais, de saúde e de comunicação aos nativos. Fico preocupado com os freqüentes descumprimentos legais da parte de *brancos* invasores das terras indígenas para caçarem, pescarem e tirarem madeiras. As leis ambientais, em geral, são quebradas pelos *civilizados*. Em toda a extensão do Rio Amônia, ocupada pelos *parceiros* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), há desmatamentos (ilegais), com o desmoronamento de suas margens. Mas, ao longo da reserva indígena, a floresta continua preservada nas margens do rio.

Observando a natureza no Alto Juruá penso que, sem a preservação

do meio ambiente, não há salvação terrena para o ser humano porque a sua deterioração acabará por destruir a todos nós. A conservação ambiental na atualidade se torna um imperativo categórico para a sobrevivência da humanidade. Os indígenas precisam ser vistos como aliados nesta tarefa. Brandão (1994: 60-64), a partir do estudo de documentos de encontros dos movimentos e das lideranças indígenas, sugere alguns pontos éticos e interétnicos a serem alcançados conjuntamente pela sociedade *branca* e indígena atual:

1) Direito à preservação da qualidade ambiental dos territórios indígenas. 2) Direito à posse plena dos territórios indígenas ancestrais. 3) Direito à plena autogestão e à organização social segundo padrões e preceitos propriamente indígenas, o que significa o exercício completo da autodeterminação. 4) Direito à recuperação, à vivência e ao desenvolvimento das culturas indígenas a partir da plenitude do reconhecimento da peculiaridade cultural da identidade de cada grupo étnico.

Não parece ser prudente a atitude conformista diante dessa avalanche destruidora da natureza, mas o desenvolvimento do pensamento crítico, abrangendo a todos os aspectos dos problemas em tela. Penso que os erros contra os indígenas e outros povos da floresta nesses cem anos de ocupação de suas terras, poderiam servir de reflexão consciente sobre o *desenvolvimento*. No caso da dominação dos colonizadores sobre os indígenas, tal resultou no aniquilamento cultural e racial de povos que mereciam o direito à vida e à liberdade.

A partir da tomada de consciência do equilíbrio de poder e representação que deve haver entre as diversas categorias sociais, podemos construir uma verdadeira democracia que contemple a abertura para a liberdade política, onde a exploração seja reprimida, com maior possibilidade de autonomia física, social, mental e espiritual. A democracia participativa (de brancos e indígenas) parece ser a forma mais adequada para a sobrevivência de grupos socialmente desfavorecidos. Por meio dela é possível serem criadas *bolhas* de liberdades individuais, manifestas no desenvolvimento do pluralismo das idéias, do econômico, das comunicações e dos antagonismos. *As idéias desconhecidas, vindas de outro lugar ou dos subsolos da própria sociedade, podem se propagar.* (Morin, 1999: 19) Através da de-

mocracia e da laicidade o cidadão pode emitir opiniões ou fazer escolhas mais ou menos livres para que a vida se torne relativamente autônoma. A liberdade propugnada pela democracia permite o desenvolvimento da cultura intelectual e política com caráter dialógico, fundamentada nos conflitos de idéias, nas trocas de argumentos, com a proibição das agressões físicas. “*Quando as regras dialógicas são inscritas na cultura e na política (democracia), quando o imprinting muda de natureza, ele prescreve a liberdade*” (Morin, 1999: 19). Uma alternativa para os diversos segmentos sociais vencerem os autoritarismos e os preconceitos está na disposição de todos os atores se empenharem em dialogar sobre suas diferenças (Morin, 1999). Acho importante lembrar que o diálogo somente acontece entre iguais. Se as comunidades (pequenas, medias e grandes) se organizarem para o exercício efetivo de seu poder reivindicatório, teremos o diálogo democrático, isto é, a democratização da democracia. Surge assim, a possibilidade de criação, em todos os níveis, de um desenvolvimento sócio-ântropo-cultural saudável (Morin, 1999; 2001; Rokeach, 1979a e b).

Referências Bibliográficas

- ANSARA, S (2001). Memória Coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo. *Revista de Psicologia Política*, 1, (2), 29-52.
- BRANDÃO, C. R. (1994). *Somos as águas puras*. Campinas, SP: Papirus.
- CUNHA, E. (1922). *À Margem da História*. Lisboa: Millaud e Bertrand.
- CUNHA, M.C. & ALMEIDA, M. B. (Orgs.) (2002). *Enciclopédia da Floresta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DAGNINO, E. (2002). Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Evelina Dagnino (Org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- DELUMEAU, J. (1978). *O Cristianismo vai morrer?* Amadora: Bertrand.
- HALBWACHS, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HOGG, M. & ABRAMS, D. (1992). *Social Identifications: a social psychology of intergroup relations and group processes*. London: Routledge.
- IBGE, (2002). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2000: resultados preliminares da amostra* Rio de Janeiro: Fund. IBGE.
- LOPEZ, J. B. & SALISBURY, D. S. (2005). Centro de Investigación de Fronteras Amazónicas. *La Frontera Central Perú-Brasil: Análisis de la Realidad Geográfica y las Posibilidades para la Conservación*. U. N. Ucayali – Pucallpa - Perú.
- MEGGERS, B. J. A. (1998). Chegada do Homem. In: Souza, C. A. A. (Org.) *15 Textos de História da Amazônia*. Rio Branco: UFAC/ FNDE.
- MENDONÇA, B. ([1907] 1989). *Reconhecimento do Rio Juruá*. B. Horizonte: Ed. Itatiaia.
- MOREIRA NETO, C. A. (1998). As Missões e o Indigenismo Pombalino. In:

Souza, C. A. A. (Org.) *15 Textos de História da Amazonia*. Rio Branco: UFAC-FNDE.

MORIN, E. (1999). Antropologia da liberdade. *Margem*. (9), 13-25.

_____ (2001) *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. S. Paulo: Cortez.

PANDO, O. P. (2001). Los Bora: Pueblos Del Bosque Tropical. Puerto Maldonado (Peru): Universidad Nacional Amazônica de Madre de Dios.

PRADO JUNIOR, C. (1998). A colonização do Vale Amazônico e a Colheita Vegetal. In: Souza, C.A.A. (Org.) *15 Textos de História da Amazônia*. Rio Branco: UFAC FNDE.

REIS, A. C. F. (1998). Portugueses e Espanhóis Disputam o Domínio. In: Souza, C. A. A. (Org) *15 Textos de História da Amazônia*. Rio Branco: UFAC/FNDE.

RIBEIRO, D. (2000). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

ROBELL, S. (s.d.). Jung e a Cultura. www.rubedo.psc.br

ROKEACH, M. (1979a). From Individual to Institutional Values: With Special Reference to the Values for Science. In: Rokeach, M. *Understanding Human Values Individual and Societal*. New York: The Free Press.

_____ (1979b). Change and Stability in American Value Systems, 1968-1971. In: *Understanding Human Values Individual and Societal*. New York: Free Press.

TAJFEL, H. (1983). *Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em Psicologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte.

WARÃ (s.d.) Instituto Indígena Brasileiro www.institutowarã.org.br

WEBER, M. (1989). *Conceitos Básicos de Sociologia*. S. Paulo: Ed. Moraes

Ltda.

_____ (1999). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

_____ (1997). *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Econômica.

Enock da Silva Pessoa
e-mail: enockpessoa@ufac.br

. *recebido em janeiro de 2005.*
. *aprovado em agosto de 2005.*

Para a crítica do sistema albergal: subversões, submissões e possibilidades de sublevações

Ricardo Mendes Mattos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Marcos e membro fundador do Fórum de Debates da População em Situação de Rua.

Mauro Kenji Yamaguchi

Bacharel em Psicologia pela Universidade São Marcos.

Adriana Rodrigues Domingues

Mestre em Psicologia Social pela PUC/SP, docente e supervisora de estágio da Universidade São Marcos.

Resumo

O presente artigo propõe uma análise das relações de poder que circulam no sistema albergal destinado à população em situação de rua. Primeiramente, avalia-se a situação de rua como uma subversão à ordem cidadina, nomeada pela ruptura com as instituições da casa, trabalho e família. Tal afronta aos padrões normais de vida é enfrentada, bem como o enclausuramento nos albergues municipais. Nestas instituições de seqüestro operam técnicas de adestramento, que promovem a dependência institucional e cerceiam a autonomia desses sujeitos. Não obstante, os albergues fabricam, desta maneira, sujeitos assujeitados, fato que colide frontalmente com seus objetivos explícitos de “reinserção social”. Por conseguinte, produz-se um saber sobre as pessoas em situação de rua como “acomodadas”, responsabilizando-as por suas condições de vida e escamoteando as técnicas biopolíticas subjacentes aos mecanismos de subordinação dos corpos à regulação da sociedade; assim, emergem as contradições implicadas no fenômeno social da situação de rua: trata-se da subversão inicial que se torna submissa. Por fim, avalia-se a necessidade de se refletir coletivamente sobre possibilidades de sublevação.

Palavras-chave:

População de rua; situação de rua; sistema albergal; relações de poder; movimento anti-albergal.

For the criticism of the homeless shelter system: subversion, submission and sublevation possibilities

Abstract

The present article proposes an analysis of the power relations that circulate in homeless shelter system destined to the homelessness population. First of all, homelessness is evaluated as a subversion to the city order, represented in the rupture with home, work and family institutions. Such insult to the normal life standards results in homelessness population removal of the public places and their replacement in city homeless shelters. In these kidnapping institutions they operate instructions techniques, that institutionalized and curtail the autonomy of these people. In this way, the homeless shelters produce non-autonomy people, fact that contradicts their explicit purposes of “social reinsertion”. Therefore, a knowledge about homelessness population is produced and classify them as “lazy”, making them responsible for their life conditions and hiding the biopolitics technics implicits in the mechanisms of subordination of the bodys for the social regulation; in such case, it arise the social contradictions implied in the phenomenon of the homelessness: it is about the initial subversion that becomes submitted. Finally, it is evaluated necessity of if reflecting collectively on uprising possibilities.

Keywords

Homeless population; homelessness; homeless shelter system; power relations, anti-homeless shelter movement.

Introdução

Desempregados, travestis, soropositivos, *hippies*, idosos abandonados pela família, ex-presidiários, ex-pacientes manicomial, alcoolistas, estrangeiros expatriados.... muitos personagens em um só lugar: o albergue. Reduto dos diferentes, escondidos para não serem vistos. Tentativa de ordenar a desordem, de homogeneizar a diversidade. Somente são reconhecidos como assistidos, somente são aceitos se dóceis, obedientes e subservientes. Trata-se da apreensão do outro como coisa, como objeto que deve ser manipulado para entrar nos padrões de normalidade.

No entanto, subjacente ao rótulo existe a pessoa; subjacente ao objeto de políticas públicas existe o sujeito histórico construtor da realidade social. Porém, atuar como sujeito, romper com as amarras da coisificação, protagonizar como ator da própria história é perigoso, indesejável, subversivo.

Neste contexto, o presente artigo possui como objetivo analisar os mecanismos de poder distribuídos no estabelecimento albergal, nomeados pela aplicação de toda uma tecnologia de dominação e subjetivação, que fabrica pessoas em situação de rua submissas. Procuraremos analisar como o poder, para assegurar a disciplina sobre os corpos, circula nas relações sociais estabelecidas entre albergados e funcionários. Procuraremos também analisar os mecanismos que, para impor a biopolítica sobre os modos de vida, concorrem para a invenção de saberes sobre o albergado como uma pessoa “acomodada”, fato que o culpabiliza integralmente por sua condição social. Ambos mecanismos, a disciplina e a biopolítica, são objetivos que subsidiam os dispositivos de adestramento presentes no albergue.

Sob o objetivo explícito de reinserção social, o albergue promove técnicas de produção de pessoas obedientes, disciplinadas, úteis e produtivas. Paradoxalmente, entretanto, essa mesma criação redundando no modo de vida de pessoas “acomodadas”, “dependentes da instituição”, o que compromete qualquer possibilidade da tão almejada reinserção social. Tal paradoxo é justificado, como veremos, pelo ideal político de gestão da vida em nome da defesa da própria vida, optando-se pelo direito jurídico de decidir quem deve “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999a).

Esse paradoxo parece ser mais bem analisado quando nos depara-

Para a crítica do sistema albergal:
subversões, submissões e possibilidades de sublevações

mos com os objetivos implícitos ou latentes no sistema albergal: o tratamento e recuperação da pessoa em situação de rua como desviante. A institucionalização desse desvio, como veremos, cumpre com o papel fundamental de reproduzir a ordem social em seus elementos estruturais, imunizando-a da afronta representada por diferentes modos de vida. Assim, não é o efeito negativo do albergue ou o insucesso da reinserção social, mas seu efeito positivo ou o sucesso da criação da subversão submissa que será priorizado. Não é, com efeito, a ineficácia do albergue que nos salta aos olhos, mas sim, em contrapartida, sua indiscutível eficácia na produção de indivíduos disciplinados e na produção de subjetividades docilizadas.

Nossa análise do sistema de alberguagem será baseada em observações do funcionamento de um albergue, no ensejo de um estágio curricular oferecido pelo Centro de Intervenção Psicossocial (CIPS) do curso de Psicologia ministrado pela Universidade São Marcos, no município de São Paulo/SP. A militância pessoal dos autores na participação de movimentos sociais protagonizados pelas pessoas em situação de rua, também será referenciada como dado concreto do qual o presente artigo nasce e se faz necessário.

Tal discussão é ainda imprescindível devido ao maciço investimento da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo no sistema de alberguagem¹; às recorrentes críticas da população em situação de rua sobre as condições de vida nos albergues e, por fim, ao consenso de que a alberguagem surge como paliativo incapaz de oferecer alternativas concretas de superação da situação de rua.

Antes, porém, cabe um retrocesso à história a fim de se compreender a gênese das relações de saber e poder em que se basearam as práticas discursivas e não-discursivas a respeito da pessoa em situação de rua e a sua regulação por meio do albergue.

1 - Esboço de uma historiografia do sistema albergal

O declínio da economia cafeeira possibilitou a abundância de um capital primitivo atrelado à existência de trabalhadores livres, destituídos

das condições de garantir por si mesmos seus meios de vida e possuindo em sua força de trabalho a única mercadoria de cuja venda depende a sua reprodução. Como fator necessário para a instituição do modo de produção capitalista (Marx, 1991; 1983), entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo foi palco de um vertiginoso processo de urbanização determinante na formação da economia capitalista brasileira.

No contexto de superabundância de postos de trabalho nas lavouras cafeeiras surge a “Hospedaria do Imigrante”², em 1887, sob o comando da Sociedade Protetora da Imigração - entidade construída na região do Brás por grandes cafeicultores. Inicialmente, com a capacidade para quatro mil pessoas por dia, a hospedagem possuía alojamento no andar superiores e locais para negociação de contratos de trabalho no andar inferior. Pode-se perceber que, por trás da boa vontade dos grandes cafeicultores de então, estavam objetivos econômicos fundamentais: *“O primeiro objetivo da construção desse imenso alojamento foi o de permitir que a força de trabalho imigrante estivesse sempre - num único e mesmo lugar na Capital do Estado - à portada de mão dos fazendeiros interessados, poupando-os do desprazer de uma procura desordenada e incerta”* (Verona, 2004).

Neste contexto, a Hospedagem do Imigrante, servia como instituição de seqüestro responsável pelo controle dos fluxos humanos na cidade, bem como a acolhida da força de trabalho a ser encaminhada para as engrenagens da acumulação capitalista.

Esse primeiro momento histórico de constituição do sistema albergal caracteriza-se claramente por sua finalidade econômica. Oliveira (1988) destaca que o fim do escravagismo foi tão necessário para a instauração de relações capitalistas de produção quanto o movimento de expulsão de trabalhadores do campo. Nesse sentido, pode-se falar da importância da mão-de-obra européia para a industrialização brasileira, recebida e encaminhada para os postos de trabalho pelo sistema albergal.

Processo similar parece ter ocorrido de forma mais acentuada a partir da segunda metade do século passado, com a existência de um fluxo migratório nacional para a cidade de São Paulo. Estes migrantes, principalmente nordestinos, também encontraram no albergue a instituição de controle de suas idas e vindas, bem como o encaminhamento para o mercado de trabalho.

Nasser (1996:43) esboça o histórico do Albergue Noturno Lygia Jardim, um dos mais tradicionais da cidade. Fundado em 1978, inicialmente recebia uma maioria de migrantes, aos quais cedia passes e recursos destinados à pensão para que procurassem emprego. Tinha-se como um dos objetivos a “*reintegração social*”, por meio de “...*agilizar o processo de absorção desta mão-de-obra*”.

Em suma, tanto os imigrantes europeus do final do século XIX quanto os migrantes nordestinos da segunda metade do século XX, foram expulsos de suas regiões de origem, seja pela miséria ou pela ilusão de prosperidade atrelada a vida urbana, e encontraram no albergue a porta de entrada para a cidade e o espaço de disciplina de seus corpos. Com a grande demanda por força de trabalho existente nessas duas épocas, de fato o papel do albergue foi deveras importante e necessário para a manutenção do modo de produção vigente. Nos dois casos os albergues possuíam uma função similar, a imigração europeia foi fundamental na instauração do capitalismo no início da ruptura com a hegemonia agrário-exportadora da economia brasileira, ao passo que a migração nordestina refletiu o último suspiro do ideal desenvolvimentista com forte intervenção estatal (Oliveira, 1988).

A condição atual, tanto da população em situação de rua como do sistema albergal, nos parece bastante distinta. Isto porque o decorrer da década de 90 foi caracterizado pelo início do projeto neoliberal brasileiro. No início desta mesma década, a população de rua era estimada em 3.392 pessoas (Vieira, Bezerra & Rosa, 1992), aumentando para 10.394 em 2003 (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2003). Como referido anteriormente, o número de vagas em albergues aumentou em proporção similar. Como explicar esses dois fenômenos?

Paul Singer (1999) apresenta importante análise do mercado de trabalho paulistano nesta mesma década, verificando a elevação da precarização das relações de trabalho - entendida como a soma da desindustrialização ou concentração da economia no setor de serviços, da informalização em detrimento do emprego por tempo indeterminado e de carteira registrada, assim como do impacto da Terceira Revolução Tecnológica da microeletrônica e informática. Em nosso entendimento, o fenômeno da precarização das relações de trabalho está no cerne do aumento da população em situação de rua no período analisado, fato que a torna distinta da população usuária do albergue oriunda da Europa ou do nordeste, como

antes analisado.

Da mesma forma, Aldaíza Saposati (2003) procura discutir o impacto do neoliberalismo nas políticas sociais a partir do conceito de “regulação social tardia”, que caracteriza o contexto latino-americano no final do século XX. Para Sposati, diferentemente do desmanche social nos países de capitalismo central que haviam implantado o Estado do Bem-Estar Social, nos países latino-americanos os direitos sociais foram legalmente reconhecidos somente no último quartel do século XX e, ainda sim, esse reconhecimento legal não significou sua efetivação.

Dentre as facetas das políticas sociais sob a perspectiva das especificidades latino-americanas, Sposati (2003) destaca a substituição da noção de universalização da cidadania pela noção de consumidor, defendida pelos ideais neoliberais. As políticas não se dirigem mais a garantia de todos os direitos de todos os cidadãos de maneira permanente, mas são políticas que se especializam naqueles indivíduos que não conseguem consumir, com um reducionismo à questão da renda. Tratam-se de políticas sociais de alta rotatividade, pois atendem o indivíduo somente até ele conquistar trabalho e meios de vida para competir no mercado. Nestas políticas prioriza-se então, não o cidadão possuidor de direitos sociais (saúde, educação, trabalho, lazer), mas o consumidor destes, transformando sob esta lógica, tais direitos em “favores” sociais.

Dessa forma, Pereira (1997) e Barros (2004) destacam a influência desse contexto neoliberal sobre as políticas sociais para a população em situação de rua. Na gestão da prefeita petista Luiza Erundina (1989-1992), fruto da efervescência do movimento popular frente ao processo de democratização do Brasil na década de 80, ocorreu a primeira demonstração da preocupação do poder público com a população de rua, antes quase negligenciada pelo poder estadual e municipal. De maneira bastante sumária, podemos dizer que a gestão mencionada priorizou: a organização de debates dos quais participavam membros da população de rua, de entidades assistenciais e do poder público; a articulação de todas as propostas de intervenção a partir desses debates e o mote de toda intervenção calcada na luta pelos direitos sociais da pessoa em situação de rua como todo cidadão.

Durante a década de 1990, no entanto, Pereira (1997) e Barros (2004) destacam o aumento de vagas em albergues como uma política iminente-

mente compensatória que, em última análise, responde a lógica neoliberal e sua influência tanto no aumento da população de rua quanto na necessidade de combate a pobreza tão incentivada pelos mesmos organismos que pressionaram a implementação do neoliberalismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID).

Ora, o que caracteriza o contexto atual é a impossibilidade do albergue servir como “depósito de mão-de-obra”, visto que o mercado de trabalho precarizado não mais precisa desses trabalhadores. Logo, deve-se perguntar: se em seu objetivo declarado (reinserção social) o albergue não possui mais razão de ser, qual seria então sua importância?

1.1 - Dos fundamentos gerais do sistema albergal

Contraopondo-se à visão marxista tradicional do poder³, Foucault apresenta grande contribuição para a análise de relações de poder amplamente distribuídas em todo o corpo social: um poder que circula por intermédio dos mesmos indivíduos sobre os quais incide. Não mais um poder como propriedade de uma classe dominante, mas um poder capilar que atravessa as relações sociais. Se para Marx a essência do homem é o trabalho, Foucault afirma: “*É preciso a operação ou a síntese operada por um poder político para que a essência do homem possa aparecer como sendo a do trabalho*” (1999b:124).

Em outras palavras, para produzir a mais-valia, imprescindível à reprodução da acumulação capitalista, é necessário um sub-poder que fixa o homem ao aparelho produtivo.

Assim, Foucault (ibid.:122) analisa a existência de uma série de estabelecimentos que possuem esse objetivo. Trata-se das chamadas “instituições de seqüestro”:

“Que o tempo da vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva; tudo isso é possível pelo jogo de uma série de instituições que esquematicamente, as define como instituições de seqüestro (...) como fazer do tempo e do corpo dos homens,

algo que seja força produtiva. É este conjunto de mecanismos que é assegurado pelo seqüestro”.

Acreditamos que, nesta perspectiva teórica, pode-se compreender o objetivo mais geral do sistema albergal atual: zelar pela ordem social no sentido de manter intacta a “adesão ao *grande pacto ético da existência humana*”- o trabalho (Foucault, 1972:74, grifos do autor).

Para Di Flora (1987:18), trata-se de uma forma de esconder a evidência de que a desigualdade de oportunidades e a exploração do trabalho alheio estão no cerne do modo de produção capitalista. Assim, responsabiliza-se somente o indivíduo pela situação de rua e institucionaliza-se o desviante. A funcionalidade das instituições albergais seria “...*purgar, decantar, recolher em seus muros a miséria do mundo. Suas portas servem para separar e demarcar: fora, a vida normal do trabalho; dentro, o patológico*”.

Nesta mesma direção, Stoffels (1977:83) afirma que o albergue é criado para “amparar, readaptar, recuperar”, ou seja, eliminar o sujeito desviante, para recolocá-lo nos parâmetros de normalidade. Aí reside o caráter preventivo ou profilático do exercício da dominação: segregar e punir os subversivos para que não contaminem a ordem social.

As relações de poder necessárias à submissão dos indivíduos em torno do trabalho como único modo digno de vida são mediadas também pelo sistema albergal. Não obstante, pode-se propor uma contradição: se é verossímil afirmar a dificuldade de reinserir as pessoas em situação de rua no mercado de trabalho, de que forma estaria o albergue favorecendo para a reprodução do modo de produção capitalista? Se a pessoa albergada provavelmente não será recambiada como força de trabalho a ser explorada, como se afirma que o albergue preserva o trabalho como grande pacto ético da humanidade?

Entendemos que o mecanismo ideológico da “culpabilização” (Guareschi, 1999) pode explicar estas questões. Culpando o indivíduo pelo desemprego, escamoteia-se a tão necessária crítica ao capitalismo. Legitima-se, da mesma forma, a existência de políticas sociais de cunho neoliberal que se prestam a oferecer recursos compensatórios, com o objetivo do indivíduo voltar a condição de consumidor e competir no mercado de tra-

balho. Assim, ao invés de adentrar na compreensão do funcionamento da contradição básica deste modo de produção, é mais fácil elencar as vulnerabilidades pessoais: “não arruma emprego porque não estudou, porque não se esforçou o suficiente ou porque é vagabundo”.

Em suma, a partir de uma perspectiva marxiana, podemos compreender a importância do sistema albergal em intermediar a chegada da mão-de-obra e seu ingresso nas engrenagens da acumulação do capital, como ocorreu com imigrantes europeus e migrantes nordestinos; ao passo que, uma análise de inspiração foucaultiana, permite entender a importância do sistema albergal na domesticação do indivíduo para que continue aderido ao trabalho como grande pacto ético da humanidade.

1.2 - Funcionamento concreto do albergue

Os albergues na cidade de São Paulo possuem diversas características em comum. A grande maioria deles é mantida em convênio com a Prefeitura Municipal, a qual fornece as instalações, as despesas com os funcionários e os gastos com contas de consumo (água, luz, alimentação). Em parceria com a prefeitura, encontram-se entidades religiosas espíritas, evangélicas ou católicas, que são responsáveis pela gestão do albergue, complementada por supervisores ligados à Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social (SAS).

Via de regra, o albergue é constituído por espaços amplos. Trata-se de um refeitório, um dormitório, um bagageiro, uma sala de TV ou leitura, uma lavanderia, banheiros para higiene pessoal e um ambiente fechado no qual ficam os funcionários. O refeitório é composto por dezenas de mesas enfileiradas, o dormitório por dezenas de beliches enumeradas, os banheiros divididos em células de higiene sem portas e o uso do bagageiro é feito sob rígido controle dos objetos pessoais.

O quadro de funcionários normalmente é composto por um coordenador, assistentes sociais, diversos orientadores ou educadores - que se revezam para trabalhar no período integral -, um auxiliar administrativo, cozinheiros e auxiliares de limpeza.

Os albergues são estabelecimentos que tem por *missão* reinserir socialmente membros da população adulta em situação de rua. Acredita-se

que essa missão é alcançada por meio da satisfação das necessidades básicas (alimentação, higiene e dormida), da reeducação dos hábitos e, por fim, da aquisição de trabalho no mercado formal (pretensamente “garantida” pelo oferecimento de cursos profissionalizantes aos albergados).

Ao chegar no albergue, o indivíduo é encaminhado para um leito que recebe em regime de pernoite, ou seja, a possibilidade de usar o albergue somente por aquela noite. Mesmo que haja uma vaga, o indivíduo deve passar pelo pernoite, entendido como um estágio: se respeitar as normas da casa e for disciplinado é presenteado com uma vaga, recebida por período de três meses que podem ser prorrogados para seis meses.

De qualquer forma, ao ser recebida, primeiramente a pessoa deve fazer uma entrevista com a assistente social. Nesta entrevista, são questionados aspectos referentes ao passado do indivíduo e quais são seus planos para o futuro. Tudo o que é dito é escrito, registrado, e compõe uma ficha individual, devidamente arquivada.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de São Paulo instalou uma rede de informações entre todos os albergues, o SISRUA, que contém todos os dados pessoais das pessoas em situação de rua que pernотaram em albergues municipais.

Esse procedimento de exame, que constitui o primeiro passo do acolhimento, é seguido da leitura do regimento interno, na companhia do orientador.

Vejam a descrição de um diálogo de Jorge (Barbosa & Paulino, 2003:78) com uma assistente social, em seu primeiro contato com o albergue Lygia Jardim:

“Bom, seu Jorge... aqui dentro é todo mundo igual. O horário fixo dos atendimentos aos usuários é das 19:00 às 6:00 horas. Durante o tempo que o senhor estiver aqui dentro, terá direito a tomar banho, jantar, lavar suas roupas e dormir. Até às 22:00 horas, a televisão fica ligada numa sala comunitária, mas passado esse horário é obrigatório ir para o alojamento. Pela manhã, o senhor pode tomar café, mas antes das 7:00 horas tem de estar fora do albergue (...) Tem mais, seu Jorge: as regras de disciplinas aqui são bem rígidas e quem não seguir à risca está fora. Nós não

Para a crítica do sistema albergal:
subversões, submissões e possibilidades de sublevações

admitimos a entrada de pessoas alcoolizadas ou drogadas. Também não permitimos qualquer tipo de desordem – briga, discussão, bate-boca, nem pensar. Se o senhor concordar com as regras, eu vou fazer uma ficha sua onde vai constar o número da sua cama...”

Vê-se que o regimento constitui uma série de normas e punições: horários rigorosos para todas as atividades (entrada, banho, jantar, dormir e acordar); obrigatoriedade de banho, respeito aos funcionários, não chegar alcoolizado. As punições variam desde o castigo de ficar na rua quando chegar bêbado, até a perda da vaga se houver o envolvimento em brigas ou reincidência no desrespeito às normas do local.

Vejamus uma pequena ilustração da rotina de um albergue paulistano, oriunda de uma observação de campo realizada em um estabelecimento conhecido pela “qualidade de atendimento” à população em situação de rua.

Às 17:00 os “números” estão todos enfileirados na porta do albergue. O orientador abre o cadeado, empunha sua prancheta e sinaliza para o primeiro “número” da fila entrar. O “número” se identifica, “sou o 122”, o orientador marca em seu controle e deixa-o entrar. Pouco depois se comenta: “o número 16 chegou bêbado, vai dormir na rua hoje”. Indagado sobre o fato, o orientador revela: “Está no regimento interno: bêbado não entra”. O número 88 está dando problema: quer pegar sua ficha (autorização) do jantar, mas não tomou banho. Se não tomar banho, não janta e não dorme no albergue, como manda o regimento.

Uma vez acolhido, o usuário é obrigado a cumprir seus deveres para com o equipamento: chegar e identificar-se com o número de seu leito; tomar banho; pegar sua ficha que lhe autoriza jantar; lavar o prato e talheres; assistir televisão, conversar com colegas ou ler algo; dormir, impreterivelmente às 22:00 hs.; às 5 da manhã todos devem estar de pé, tomar café da manhã e ir para a rua.

Eis as normas de convivência, eis a rotina a ser cumprida. Fora das normas não permanece. Como diz uma coordenadora de um albergue: “essas pessoas se acostumaram a viver sem regras, desaprenderam a viver em sociedade. Uma das tarefas do albergue é reinseri-los na sociedade: fazê-

los cumprir as normas, tomar banho, comer com garfo e faca e acordar cedo para procurar emprego” (sic.).

Pode-se perceber que a instituição albergal põe em funcionamento uma tecnologia política peculiar, o que podemos denominar técnicas de operação do adestramento.

Iniciemos pela distribuição dos corpos no espaço. A mobilidade constante, o ir e vir livres, a multiplicidade de pessoas em movimento é organizada ou enquadrada pelo albergue. Nele, as pessoas entram e não podem mais sair naquela noite; constitui-se um local fechado em si que contém todos os usuários, “um local protegido [pela] monotonia disciplinar” (Foucault, 1977:130).

O fluxo humano é controlado: todos têm seus movimentos registrados; as entradas e saídas possuem hora certa, as pessoas atrasadas ou adiantadas não entram. Um horário rigoroso para um local rigorosamente ocupado pelos corpos: eis a técnica de dominação que Foucault chama de “cerca”, responsável pelo encarceramento dos albergados no estabelecimento.

Uma vez encarcerados no albergue os usuários não possuem livre trânsito pelo estabelecimento. Todos eles têm um número de leito e horários específicos para cada atividade prescrita. Trata-se da técnica denominada “quadriculamento”, uma localização espacial que permite vigiar, registrar os comportamentos, controlar os gestos.

Todos espaços têm uma funcionalidade determinada, são “espaços úteis” nos quais uma série de atividades é programada. Trata-se de uma tecnologia de controle: registrar o número total de pessoas, suas identidades; regular seu movimento; expor cada indivíduo em um lugar; registrar cada pessoa em sua ficha, que se pode consultar a cada momento.

Por fim, há uma organização de um espaço serial, uma organização em fila de acordo com uma rede de relações que permite hierarquizar os indivíduos: os trabalhadores, os que tomam banho, os disciplinados, são todos seriados de acordo com a adequação, ou não, em relação à norma.

O controle disciplinar do albergue é também regido pela técnica de sujeição ao controle da atividade. O albergue determina horários rígidos

que devem ser preenchidos com um programa de atividades previamente estabelecido. Este impõe um tempo disciplinar: “...*trata-se de constituir um tempo integralmente útil*” (Foucault, 1977:137).

Determina-se, assim, não apenas quais atividades devem ser realizadas, mas como e quando devem ser efetuadas. Tal programa inclui a divisão em diversas fases: se identificar na portaria, guardar os objetos pessoais no bagageiro e tomar banho; inspecionada a higiene pessoal, o indivíduo retira com o orientador uma ficha que lhe dá direito ao jantar, servido somente até as 19:00hs. Todos devem fazer sua refeição na mesa, utilizando garfo e faca, bem como lavar os pratos e talheres após o término do jantar. Até as 22:00 hs. as pessoas devem assistir televisão ou ler livros, ocupar o tempo com atividades culturais, quando não são presenteados com palestras sobre hábitos de higiene e saúde ou dos Alcoólicos Anônimos (AA), de presença obrigatória. Por fim, impreterivelmente às 22:00 hs. todos devem estar em seus leitos e levantar-se deles até as 06:00 hs. com sirenes ou barulhos peculiares⁴.

Uma vez hierarquizados de acordo com a obediência às normas, todos têm observados seus comportamentos e fazem esses exercícios de maneira a evoluir nas escalas da disciplina.

Todas as pessoas albergadas compõem assim, uma peça do funcionamento institucional organizado. Com o passar do tempo os indivíduos habitam-se à rotina, já sabem o que, como, onde e quando devem fazer todas as atividades. Cada um está devidamente treinado, domesticado, realizando suas tarefas automaticamente.

Cada indivíduo enquadrado, em seu lugar. Objetivado para análise, passa a ser vigiado constantemente, pelo olhar disciplinar como um operador do adestramento. Este olhar, na maioria das vezes, é operado pelo orientador: ele fiscaliza, inspeciona, orienta como o albergado deve se comportar. Muitas vezes, ademais, os próprios usuários, internalizando o adestramento, cobram os demais conviventes e até os orientadores: “fulano que não toma banho direito, ciclano que come igual um porco, beltrano que sai da instituição e fica à toa na rua”; orientador que dorme durante a madrugada, que deixa o outro entrar alcoolizado, enfim, que não faz seu serviço direito. Assim, tudo deve estar organizado, havendo um controle recíproco dos olhares vigilantes: “*A disciplina faz ‘funcionar’ um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui*

o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados” (Foucault, 1977:158-9).

Segundo Foucault (1999b) em cada instituição de seqüestro ou disciplinar funciona um “micro-poder”, um “micro-tribunal”, enfim uma “instância de julgamento”.

Tal poder é operado de acordo com a norma, submetendo os corpos aos mecanismos de normalização. Trata-se de um processo de enunciação da verdade sobre como os indivíduos devem ser e o que devem fazer. Tais comportamentos esperados são tidos como regra geral, uma norma reguladora dos sujeitos. Este saber é utilizado para comparar os indivíduos, diferenciá-los e hierarquizá-los a partir da adequação à norma. Por fim, se classifica e estabelece os que estão dentro das normas, os normais, e os que a subvertem, os anormais: “*Ele [o saber] se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer*” (Foucault, 1999b:88).

A normalização opera a partir de um sistema de gratificação-sanção: por meio de um modelo adequado, anteriormente estabelecido pela norma, recompensam-se os normais e punem-se os anormais. Com essa sanção normalizadora pretende-se subordinar todos às mesmas regras e aqueles que não as respeitam devem ser punidos, para que se corrijam.

No albergue, a existência concreta de um regimento interno materializa as normas que devem ser seguidas. Não obstante, o cunho religioso da maioria dessas instituições, faz surgir uma moralidade freqüentemente implícita a partir da qual se pretende guiar os desviantes para o caminho normal. Após poucos dias albergado, Jorge revela: “*...minha vida entrou numa rotina no Lygia Jardim. Comecei ajudando na cozinha, cortando os legumes, descascando batatas. Logo eles perceberam que eu era um bom cozinheiro e foram me dando mais e mais trabalho*” (Barbosa & Paulino, 2003:93).

Neste sentido, o trabalho assalariado é o primeiro mandamento da moralidade albergal. As pessoas que trabalham são sempre elogiadas, apresentadas como exemplares e recebem recompensas: podem levar marmita para o trabalho, podem chegar além do horário estabelecido, são os primeiros a escolher as roupas recebidas por doações, e, freqüentemente, tem seus prazos de permanência ligeiramente ampliados no albergue⁵. Um

sujeito emblemático é o Sr. U., pessoa albergada que trabalha há 20 anos no ramo de promoção de eventos. Em situação de albergue por problemas com o álcool, Sr. U. chega diariamente alcoolizado e não sofre a sanção dos orientadores. Certa feita, logo após barrar a entrada de um indivíduo alcoolizado, o orientador recebeu Sr. U., mesmo estando ele em pior estado em relação ao sujeito que fora punido. Ao perguntarmos para o orientador o motivo do fato, ele simplesmente nos respondeu: “É, ele sempre chega assim. Mas, depois de um dia de trabalho, ele tem direito de tomar um aperitivo, não é?” (sic.).

Aos albergados que fogem das regras sobrevém a comparação com os trabalhadores e a classificação como vagabundos, bêbados e anti-sociais. Eles podem ser punidos com um dia dormindo na rua ou até mesmo com a perda da vaga no albergue. São alvo de humilhações e sempre são solicitados a arrepender-se do comportamento e não voltar a cometer o mesmo erro.

Assim, todos os albergados são constantemente observados de forma individualizada e são objetos da análise disciplinar: trata-se do “exame”, tática de poder que “... manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (Foucault, 1977:164-5). No sistema albergal a vigilância e objetivação dos sujeitos são realizadas principalmente por meio do SISRUA, que faz adentrar cada indivíduo em um campo documental. Aliados às fichas individuais provenientes das entrevistas corriqueiras com assistentes sociais ou psicólogos, têm-se um “sistema de registro intenso e de acumulação documental” (ibid.:168).

Em conversas informais com algumas pessoas que coordenam albergues, é muito comum ouvir-se a queixa de que uma porcentagem muito pequena dos albergados é reinserida socialmente (alguns falam em, no máximo, 5%). A explicação dos técnicos normalmente se realiza mediante a afirmação de que o albergado é “acomodado”, “não quer nada com nada” ou “é sem eira nem beira”. Questionam, assim, a própria dificuldade em alcançar a missão que conduz as atividades no albergue. Isso ocorre, no nosso entendimento, devido ao fato de a missão explícita do albergue estar obscurecendo seu objetivo central, porém latente: “Se, a nível manifesto, tais instituições se propõem a recuperar o mendigo (o que realmente não têm conseguido), a nível latente objetivam o controle e repressão desta categoria considerada perigosa. Através de sua rotina, contribuem para a perpetuação da miséria e reprodução da identidade que se propõem a

transformar” (Di Flora, 1987:46).

Assim, pensamos que não é o mau funcionamento do albergue que nos interessa. Em outras palavras, o fato de não recuperar a pessoa em situação de rua não nos surpreende, posto que entendemos esse objetivo do albergue como um elemento de fachada. O que nos deixa apreensivos é a notável eficácia do albergue na submissão das pessoas em situação de rua. Tal efeito positivo do sistema albergal, a fabricação de sujeitos assujeitados, é nossa principal preocupação.

Ora, se estes sujeitos precisam ser assujeitados pelas estratégias disciplinares, em que momento anterior, então, podemos considerar que foram sujeitos de suas próprias experiências? Como se construiu um sujeito e um objeto de conhecimento: a pessoa em situação de rua?

Ou, sob uma outra ótica, em que momento se permitiram romper com a ordem estabelecida?

2 - Da subversão: ruptura com a ordem cidadina

Partamos do conhecimento popular, em seus ditados, adágios, na inocente simplicidade de enunciações de verdades cotidianas. São elas que permeiam a atribuição de sentido à vida, atravessam as relações sociais e fabricam subjetividades. Nelas fica implícita a invenção de pequenos saberes que, segundo Foucault (1999a), estariam operando nas extremidades, na concretude, como dispositivos de poder importantes.

“O trabalho dignifica o homem”. Observamos que para além do trabalho assalariado como um meio de vida, como forma de adquirir a subsistência material, o mesmo reveste-se de um pressuposto moral, necessário para a subsistência simbólica.

Como haveria a possibilidade de alguém sobreviver, senão pelo e para o trabalho?

“A família é a *célula mater* da sociedade”. A família nuclear burgue-

sa, composta por pai, mãe e filhos, surge como microcosmo ideal da sociedade. Como forma de ordenar as relações entre gênero - homem como provedor e mulher como responsável pela casa -, essa instituição surge como ordenação “natural” das relações íntimas. Malgrado a instituição da família esteja em franco processo de transformação, cabe ressaltar que sua constituição tradicional também participa de uma ordem social importante para a conservação do sistema capitalista (vide Heather, 1977:134-5).

Como haveria a possibilidade de alguém viver destituído do ambiente familiar?

Da Matta (1997) conceitua a dialética da casa e da rua como categorias sociológicas. Para além da apreensão somente física desses espaços, o autor sugere que eles possuem sua própria temporalidade, relações e distintos personagens a serem desempenhados. Em análise sumária, podemos conceber a casa como o espaço social da privacidade, das relações familiares calorosas, do cotidiano previsível e do reconhecimento das pessoas em sua singularidade. Em contrapartida, a rua surge como local da impessoalidade, do anonimato, do movimento ininterrupto e da ruptura de vínculos. Na rua, somos todos, na opinião de Da Matta, “subcidadãos”, pois esta se constitui como espaço de subjetivação conflituosa: daí as expressões “do olho da rua” ou na “estou rua da amargura”, representando um espaço “*totalmente impessoal e desumano*” ou “*para designar a solidão ou a ausência de solidariedade de um dado grupo social*” (1997:53).

Como haveria a possibilidade de alguém viver fora da casa, ser pessoa no espaço público da impessoalidade?

Neste contexto, as instituições da família, do trabalho e dos espaços público/privado, são parcialmente responsáveis pela ordem social. Acham-se postas como coisas naturais, imutáveis. Por conseguinte, reproduzem uma norma que contém em si um modo de vida normal, desejável e imprescindível para a coesão da sociedade.

Vejamos, porém, qual a posição das pessoas em situação de rua de frente esta ordem.

Ao relatar seus 16 anos em situação de rua, Jorge aponta um denominador comum em meio à heterogeneidade que caracteriza a população de rua: “...*tá todo mundo no mesmo barco, sem ter onde morar*” (Barbosa &

Paulino, 2003:88).

Assim, segundo Mattos (2003), a situação de rua é marcada, fundamentalmente, pela ausência de residência fixa. Esta condição, como ressaltada Domingues Junior (1998), está atrelada a duas rupturas: com o vínculo familiar constante e com o trabalho regular.

Neste sentido, o depoimento de Humberto, pessoa em situação de rua entrevistada por Rosa (1999:30), é emblemático: *“Eu era acostumado a baixar a cabeça e apanhar. Até a aproximação das pessoas é difícil. Por isso acho que é até uma opção de vida ficar sozinho. Eu não prejudico ninguém”*.

Dessa maneira, desde a primeira pesquisa sobre esta população na cidade de São Paulo, destaca-se a heterogeneidade da população em situação de rua, dada a diversidade das trajetórias de ida para a rua e mesmo de vivência nessa condição social. Entretanto, em linhas gerais, pode-se dizer que ela é constituída por homens sós, sem contato constante com o ambiente familiar (Vieira et al., 1992)⁶.

Segundo Escorel (1999), a forma de vida na rua está também associada a fragilização dos vínculos com o trabalho, traduzida em atividades intermitentes, informais, de baixa qualificação e com rendimentos instáveis.

Já Magni (1994) denomina a pessoa em situação de rua como “nômade urbano”, posto que este subverte a ordem cidadina, nomeadamente o modo de vida sedentário secularmente instituído pela humanidade.

Em suma, pode-se dizer que a situação de rua constitui uma afronta à ordem social, em relação a como sobreviver (trabalho), com quem viver (família) e onde viver (casa). Por conseguinte, as pessoas em situação de rua são tratadas como anormais, fazendo explicitar, por parte dos demais cidadãos, diversos mecanismos de dominação materializados em suas relações sociais.

Falamos da tipificação da pessoa em situação de rua como “vagabunda”, “suja”, “perigosa” e “louca” (Mattos & Ferreira, 2004a). Longe de constituir somente a atribuição de adjetivos negativos dirigidos a estas pessoas, tais tipificações reafirmam os critérios de normalidade que são reproduzidos por todos os cidadãos, inclusive pela própria população em

situação de rua, como um poder distribuído por todo corpo social.

O paradoxal, no entanto, é a peculiaridade retrógrada dessas rotulações. Como pondera Justo (2000), a mobilidade constante pelos espaços, a superficialidade dos vínculos pessoais e com o trabalho formal, a ruptura com a família nuclear, são elementos característicos da contemporaneidade. Nesse sentido, se a situação de rua é vista frequentemente como algo estranho à vida moderna, como anormal, tomando-a no contexto das transformações atuais, ela parece se equivaler mais a uma situação-limite que escancara de maneira visceral as contradições da modernização capitalista.

Seja qual for a reflexão suscitada com este paradoxo, estamos defronte um aspecto bastante concreto: viver em situação de rua é uma subversão à ordem cidadina. A situação de rua é subversiva, por isso precisa ser capturada para enquadrar-se e responsabilizar-se pelo bom funcionamento da sociedade.

Essa estratégia de captura revela a outra nuance dos mecanismos de biopoder que têm como função tornar o indivíduo comum, e não o indivíduo singularizado. Ao lado das técnicas disciplinares explicitamente presentes no funcionamento dos albergues, encontramos nas práticas discursivas sobre a população em situação de rua o discurso da biopolítica, ou seja, o discurso do poder que incide sobre a vida.

Foucault diferencia as estratégias de biopoder (que se iniciam a partir da época clássica - séc. XVIII) com o poder do soberano (presentes até o séc. XVII), sendo que ambos insistem nos regimes que entretecem a relação entre a vida e a morte. O soberano detém o poder de *fazer morrer* e *deixar viver*, pois apropria-se de corpos e vida de cujos súditos devem sua vida e sua morte à vontade do soberano, cabendo a este decidir “juridicamente” quem deve morrer para preservar o seu governo. Já as estratégias de biopoder do mundo moderno mobilizam um outro componente – a gestão sobre a vida; em nome da defesa “biológica” da sociedade, decide-se quem deve *fazer viver* e quem deve *deixar morrer*.

A biopolítica se inscreve como uma técnica não mais centrada na disciplina do corpo-máquina, mas nas performances do corpo-espécie, atuando sobre os processos biológicos: “... a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade...”

(ibid.: 131).

Para garantir os mecanismos de biopolítica sobre a população de rua, temos ao lado dos albergues, os equipamentos de saúde pública e assistência social. Tais instituições formam uma verdadeira rede de captura deste subversivo, dirigindo-se a eles como uma massa global, afetada pelos fenômenos próprios à vida da espécie humana: as doenças, a fome, a natalidade sem controle, a sexualidade, a sanidade mental. Em nome do controle de tais fenômenos, justifica-se a eliminação dos perigos em relação à população e para a população.

“Não é necessário insistir, também, sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço de existência.” (ibid.: 135)

São diversas as atitudes dos munícipes quando se relacionam com a população em situação de rua: segura-se a bolsa com medo de ser assaltado; atravessa-se a rua por pressupor o mau cheiro; olha-se com piedade ou xinga-se.

A manifestação mais comum, entretanto, é a sensação de ameaça. Medo de ser vítima de estupro; de ser contaminado por doenças provenientes dessas “pessoas sujas”; enfim, nas palavras de uma pessoa que já vivenciou a situação de rua: “*Com um simples olhar que te davam, você já se sentia envergonhado pelo lixo que você era. Você se olhava e perguntava: ‘será que eu estou fedendo?’ Porque aquele olhar você sentia que era um olhar repugnante, como você olha para um cachorro sarnento*” (Mattos, 2003:92).

A subversão da ordem causa tamanho desconforto, o choque do diferente causa tanta estupefação, que alguns acabam pensando que essas pessoas em situação de rua não podem mesmo pertencer à mesma espécie. Trata-se, nos dizeres de Nascimento (2000), da “dessemelhança entre seres humanos”, fato que pode legitimar a ocorrência da eliminação física, tal como em diversos casos noticiados corriqueiramente⁷.

Se esse extremo de brutal extermínio é uma situação-limite de repúdio

Para a crítica do sistema albergal:
subversões, submissões e possibilidades de sublevações

à desordem, a reação mais comum parece ser: “*Vamos recolher as pessoas, vamos dar banho, vamos tirar a sujeira*”; “*a orientação do trabalho é segregar, esconder, higienizar*” (Sposati, 1995:89/90).

O poder público municipal, como órgão referência da manutenção da ordem social, é convocado para zelar pelos seus cidadãos. As pessoas domiciliadas requerem a remoção das pessoas em situação de rua dos logradouros públicos: pedem que se varra a “*sujeira para debaixo do tapete*”, que as esconda dos olhares normais.

Uma vez retiradas compulsória e ilegalmente das ruas, essas pessoas são encaminhadas para os albergues. Acima, discutimos quais seriam as funções sociais outorgadas a estas instituições. Mas ainda há outro lado.

3 - Da submissão: busca da ordem

Ouvimos de muitas pessoas albergadas que a instituição não se interessava por vê-los saírem das ruas, pois assim não haveria trabalho para os funcionários do albergue, ou seja, a indústria da miséria não teria mais a fabricação da pobreza como sua mercadoria. Trata-se do sistema albergal no que alhures se denominou a “*produção social da situação de rua*” (Mattos & Campos, 2004). Segundo os autores, o albergue funciona como uma política pública reacionária, na medida em favorece a manutenção da situação de rua, a dependência institucional, mas nunca propõe formas de diálogo com as pessoas em situação de rua para que sejam propostas maneiras efetivas de saída das ruas.

Neste sentido, o depoimento de inúmeras pessoas em situação de rua se torna imprescindível para a compreensão desse processo de dependência institucional: “*A palavra albergue para o albergado é uma palavra humilhante. Nós albergados temos esta palavra como uma humilhação*” (Jornal “O Trecheiro”, março de 2002, p. 02); “*Albergue é um serviço degradante, não reintegra ninguém à sociedade. A pessoa vai para um albergue, vai se viciando e entra num círculo vicioso*” (Jornal “O Trecheiro”, setembro de 2002, p. 02); “*Tem muita gente nova em albergue que tem condições de trabalhar. O que é que eles fazem? Ficam três meses num albergue ou seis meses e depois vão para outro. E assim vai, de albergue em albergue*” (Jornal “O Trecheiro”, dezembro de 2003, p. 02);

“Porque quando você está na rua encontra muito assistencialismo que apenas fica te dando o ‘peixe’ já prontinho. Isso virou um comodismo” (Rezende, 2003).

De forma mais detida, Cléver pondera:

“É nada mais nada menos que esse homem que se acostumou a comer, beber e dormir sempre na dependência dos outros. Porquê? Porque as entidades, a prefeitura, e não sei quem, proporcionaram isso daí para ele. Deixou para ele usufruir disso, não se importou em pegar esse homem e reciclar ele. Fazer ele ganhar o pão dele de cada dia (...) Então ele é o trecheiro de albergue: ele sai daqui mora três meses aqui, mora um ano ali, mora dois anos acolá e aí ele vai levando a vida. As igrejas dão roupas e ele não vai precisar comprar roupa. Existem restaurantes do povão a um real o prato, um real para ele conseguir no farol é fácil. Porque? Porque a sociedade mesma ela conseguiu fazer isso e agora está cobrando isso do próprio mendigo. Ela contribui para que essa pessoa ficasse desse jeito. Agora se cobra deles. Então eu pergunto: Porque não agora cobrar desse sociedade fazer esse algo? Esse algo que você não dá comida na boca deles, mas ensina eles a colocarem comida nas bocas deles. Porque eles perderam isso, eles não sabem mais como fazer, eles não tem mais aquela força de vontade. As vezes eles nem pensam mais em fazer isso. Eles já levantam como o endereço e o cardápio pronto”. (Mattos, 2003:112)

O cúmulo da dependência institucional pode ser apreendido a partir da “teoria dos 20 anos”, de autoria de Júlio (Lima, 2004), pessoa que passou por alguns albergues da cidade de São Paulo. Em uma palestra no Fórum de Debates da População em Situação de Rua, Júlio realiza um cálculo matemático preciso que revela como possível a permanência no sistema albergal por 20 anos.

Instituído para recuperar as pessoas em situação de rua, pode-se perceber que os efeitos do albergue são a internalização disciplinar e a adequação biopolítica. Tal fato colide frontalmente com a possibilidade de reinserção social, porém enquadra-se milimetricamente na função de normalização, estabelecida pelos mecanismos de biopoder. A partir da rotina albergal as pessoas vão gradualmente adotando uma postura passiva de-

fron­te a vida: todos os elementos materiais para a sua subsis­tên­cia são fornecidos por uma entidade alheia; todo o seu modo de agir é balizado por padrões e convenções estabelecidas por forças a ele extrínsecas.

Neste sentido, Di Flora (1987) aponta para a evidência de que a construção dos saberes institucionais sobre o “mendigo” favorece para a internalização do processo de estigmatização. Concebida como fracassada, a pessoa albergada utiliza essas referências para constituir sua identidade. Assim, pode apreender-se esse “tipo” propagado no albergue: ao sentir vergonha, é internalizada a submissão implícita nas técnicas de adestramento às quais foi submetido. Como afirmam Vieira et al. (1992:136/137): *“A rotina institucional compreende um conjunto de atividades realizadas com base na disciplina e obediência (...) A imagem ideal da clientela é a de ser cordata e de assumir o papel que lhe cabe no jogo institucional: ser desamparada, vulnerável e necessitada”*.

O sistema albergal favorece o processo de fabricação de sujeitos assujeitados: a manutenção material e simbólica das pessoas albergadas é dominada por processos institucionais que lhes fogem ao controle e lhes manipula.

Assim sendo, fica explícito que a instituição de seqüestro não somente media toda a microfísica de um poder capilar, mas, em suas práticas discursivas e técnicas de adestramento, ela também media a “experiência de si” de cada sujeito, a relação de cada um consigo mesmo. Em outras palavras, a disciplina não somente manipula a objetivação do sujeito - enunciando um saber e exercendo um poder sobre ele -, mas produz o sujeito a partir de “tecnologias do eu” que delimitam a forma de subjetivação – ou a transformação do sujeito como objeto para si mesmo.

“O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outros (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização do poder” (Foucault, 2001:58).

Se na experiência de si o sujeito sujeitado se coloca como objeto de sua própria problematização, pode daí advir a crítica do eu produzido pela disciplina. O processo de constituição da subjetividade é passível de uma resignificação individual, um processo de transformação e criação que possibilita o surgimento do novo (Mattos, Castanho & Ferreira, 2003).

Em suma:

“Porém, como vimos, as tipificações sobre as pessoas em situação de rua possuem em si o seu contrário, o germe de sua superação: se podem negar a humanidade destas pessoas, podem também serem elaboradas de forma a possibilitar a expressão e afirmação de suas humanidades. Carregando em si sua própria negação, tais tipificações dão margem à “vozes dissonantes”, à causa revolucionária de pessoas em situação de rua que elaboram tais referências negativas por meio da luta pelos seus direitos. Fazem germinar daí a constituição de suas autonomias como sujeitos históricos e autores de suas transformações sociais” (Mattos & Ferreira, 2004a:55).

Enfim, se a situação de rua torna-se a subversão submissa, também tem a possibilidade de sublevação.

4 - Da possibilidade de Sublevação: busca da autonomia

A população em situação de rua protagoniza importante movimento social. Organiza-se em passeatas para conquistar melhores condições de vida, como no “Dia de Luta do Povo da Rua”, realizado anualmente há 12 anos na cidade de São Paulo; elege delegados no Orçamento participativo do município; compõe o Conselho de Monitoramento das políticas públicas para ela dirigida; possui alguns de seus membros no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; cria veículos de comunicação, como o “Boca de Rua” (em Porto Alegre), a revista “Ocas – saindo das ruas” e o jornal “O Trecheiro”, em São Paulo; e debate sua condição social em espaços públicos de discussão, como o “Fórum de Debates sobre a

População em Situação de Rua”.

A última manifestação popular do povo da rua na cidade de São Paulo levantou a bandeira por possibilidades de trabalho e moradia (Faria, 2004). Revelou-se, nessa oportunidade, a ineficácia dos albergues municipais em satisfazer essas reivindicações, bem como a necessidade de a população participar de forma efetiva do planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas a ela dirigidas.

Em contrapartida, podemos até mesmo sintetizar as idéias discutidas anteriormente, como um mal-estar das instituições assistenciais – uma forma de reprodução da exclusão, segregação, insegurança e despedaçamento das possibilidades de redes de solidariedade. A organização desses serviços limita a crença na possibilidade de processos de planejamento social e de construção de projetos coletivos, que tenham como motor principal, a autonomia e a dimensão humana presente nessa forma de gestão.

A autonomia, como antinomia do individualismo, da apatia, da alienação e da heteronomia, implica no resgate da produção de si mesmos e da capacidade de criar sentidos (projetos) comuns. A dimensão humana, como antinomia à massificação e à modelização de subjetividades, implica na compreensão de sujeitos que têm fome de vida, existência, liberdade, alteridade e exercício de cidadania.

Um pensador comunista francês, Roger Garaudy, destacava: “Nem sempre o mais difícil é resolver os problemas. Às vezes, é colocá-los” (1967: 01).

Assim, urge alguns problemas advindos de nossa crítica ao sistema albergal: Quais as alternativas ao sistema albergal? Quais as possibilidades de sublevação, levando em consideração nossa condição histórica concreta?

Sabemos, pois, que a construção da autonomia e a valorização da dimensão humana dependem de um projeto coletivo de transformações dessas instituições de seqüestro. Nesse sentido, outros movimentos de desinstitucionalização, como o movimento da luta anti-manicomial, podem nos oferecer inspiração que acene **para, quem sabe, a construção de um movimento da luta anti-albergal.**

São tentativas que, talvez, possam impulsionar a primeira reversão vital necessária; não mais o poder sobre a vida, mas o poder da vida.

“Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de escavar e ainda de escavar a partir do ponto mais baixo: esse ponto não é a prisão como tal; é simplesmente lá, onde as pessoas sofrem, onde são as mais pobres e as mais exploradas; onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de todo e qualquer poder de ação e onde, no entanto, eles existem; porque tudo isso é a vida e não a morte”
(Negri, 2001: 54).

Notas

¹ Segundo a comparação de duas pesquisas realizadas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 2000 e 2003, houve um crescimento de 68% da população albergada na cidade de São Paulo (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2003).

² Eis a história, bastante resumida, do principal albergue da cidade de São Paulo, o “Arsenal da Esperança”, o qual, atualmente, ainda se mantém sob o “objetivo de aumentar o potencial de empregabilidade das pessoas acolhidas” (Arsenal da Esperança, 2004).

³ Ao adentrar na análise do poder, Foucault (1999a, pp. 19-20) refuta o que denomina “economismo da teoria do poder”, representado também pela concepção marxista: o poder político fundado nas relações econômicas de produção, ou a funcionalidade econômica do poder para manter a dominação de classe. Segundo Foucault, nesta perspectiva o poder político teria somente na economia sua razão de ser histórica e é conceituado tal como um bem: algo que pertence a este ou aquele grupo, suscetível a troca de mãos como qualquer outra propriedade.

⁴ “*Eu não achava certo a maneira e atitude como eles tratavam os albergados, esse povo de rua. Eles ficavam acordando com uma sirene monstruosa, tipo uma fábrica, um monitor com um pedaço de pau na mão batendo na grade das camas*” – relato de Cléver, pessoa que vivenciou a situação de rua (Mattos, 2003:99).

⁵ “...se observa a existência de um pacto implícito que consiste em vincular *bom comportamento a tempo de permanência*. *Bom comportamento* é entendido como obediência às regras de forma resignada e conformista, ou seja, aceitar desprover-se de seus objetos pessoais, submeter-se ao banho vigiado, vestir pijama uniformizado, participar da limpeza, permanecer em silêncio, ouvir *brincas* pelo auto-falante, entre outros” (Vieira, Bezerra e Rosa, 1992:137).

⁶ Cabe ressaltar que a prevalência de homens sozinhos na população em situação de rua parece ser uma característica comum na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro (Escorel, 1999). Porém, pesquisas realizadas em Brasília, por exemplo, revelam a predominância de famílias em situação de rua (Bursztyn, 2000). Desta forma, há uma variação considerável da composição da população em situação de rua de acordo com o contexto em que está inserida.

⁷ Embora sejam bastante frequentes os casos de agressões e homicídios contra a população em situação de rua, a carnificina ocorrida no dia 19 de agosto de 2004 causou indignação nacional e diversas manifestações dos movimentos sociais que representam este contingente. Vide a reportagem do Jornal “O Trecheiro” (nº123, agosto de 2004).

Referências Bibliográficas

- ARSENAL DA ESPERANÇA (2004). Acessado em 15 de setembro de 2004, de <http://www.arsenaldaesperanca.org.br/arsenal.htm>
- BARBOSA, J.C. & PAULINO, S. (2003) Identidade perdida: memórias de um morador de rua. São Paulo: Legnar.
- BARROS, J. S. (2004). Moradores de rua – pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. Dissertação de Mestrado, em Sociologia. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BURSZTYN, M. (org.) (2000) No meio da rua: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond.
- DAMATTA, R. (1997) A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco (Trabalho originalmente publicado em 1985)
- DI FLORA, M. C. (1987) Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Vozes.
- DOMINGUES JUNIOR, P.L. (1998) População de rua, cooperativa e construção de uma “cidadania” (um estudo de caso sobre a COOPAMARE-Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda.). Dissertação de Mestrado em Administração. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ESCOREL, S. (1999) Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- EX-MORADORES de albergue reivindicam morada definitiva (setembro, 2002). Jornal “O Trecheiro”, [São Paulo], p. 02.
- FARIA, M. (março, 2004) Trabalho e moradia, sem demagogia!. Jornal “O Trecheiro”, [São Paulo], p. 03.
- FOUCAULT, M. (1972) História da loucura. São Paulo: Perspectiva. (Trabalho originalmente publicado em 1961)

- FOUCAULT, M. (1977) *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. (Ligia M. Ponde Vassallo, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Trabalho originalmente publicado em 1975)
- FOUCAULT, M. (1999a) *Em defesa da sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976)*. (Maria Ermantina Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1994)
- FOUCAULT, M. (1999b) *A verdade e as formas jurídicas*. (Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, Trad.). Rio de Janeiro: Nau. (Trabalho originalmente publicado em 1974).
- FOUCAULT, M. (2001) *História da sexualidade I: A vontade de saber*. (Maria Thereza da Costa e Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Trabalho originalmente publicado em 1976).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE) (2003). *Estimativa do número de moradores de rua e estudo dos resultados obtidos com o SISRUA*. São Paulo.
- GARAUDY, R. (1967) *Marxismo do século XX*. (Leandro Konder e Giseh Vianna Konder, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUARESCHI, P. A. (1999) *Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização*. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 141-156). Petrópolis: Vozes.
- HEATHER, N. (1977) *Perspectivas radicais em Psicologia*. (Álvaro Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Coleção “Curso Básico de Psicologia”).
- JUSTO, J. S. (2000) *Saúde mental em trânsito: loucura e a condição de itinerância na sociedade contemporânea*. In: BOARINI, M.L. (org.) *Desafios na atenção à saúde mental*. (pp. 09-29). Maringá: Eduem.
- LIMA, J. A. S. (2004) *Diferença entre mendigo, morador de rua e pessoa em situação de rua*. Encontro do Fórum de Debates da População em Situação de Rua. mimeografado.

- MAGNI, C.T. (1994) Nomadismo urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MARX, K. (1983) O Capital: crítica da economia política. (Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, Trad.). (Coleção “Os Economistas”). Volume I e II. São Paulo: Nova Cultural (Trabalho originalmente publicado em 1867).
- MARX, K. (1991) Formações econômicas pré-capitalistas (João Maia, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho escrito em 1857-58).
- MATTOS, R. M. (2003) Processo de constituição da identidade do indivíduo em situação de rua: da rualização a sedentarização. Iniciação Científica em Psicologia. São Paulo: Universidade São Marcos/FAPESP.
- MATTOS, R. M.; CASTANHO, M. I. S. & FERREIRA, R. F. (2003) Contribuição de Vygotsky ao conceito de identidade: uma leitura da autobiografia de Esmeralda. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 3 (1), 119-138.
- MATTOS, R. M. & CAMPOS, G. M. (2004) Projeto LAR (Livre do Álcool e das Ruas): proposta psicossocial de intervenção com o alcoolista em situação de rua. Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia. São Paulo: Universidade São Marcos.
- MATTOS, R. M. & FERREIRA, R. F. (2004a) Quem vocês pensam que (elas) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua. Psicologia e Sociedade, 2 (16), 44-68.
- MATTOS, R. M. & FERREIRA, I. B. (2004b) Da negação do humano no sistema capitalista à negação humana do sistema capitalista: a reciclagem do lixo, da natureza e da sociedade pelo homem. Revés do Avesso, 13 (8), 17-24.
- NASCIMENTO, E. P. (2000) Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários In: BURSZTYN, M. (org.) No meio da rua: nômades excluídos e viradores. (pp. 56-87). Rio de Janeiro: Garamond.

NASSER, A.C.A. (1996) Sair para o mundo: trabalho, família e lazer: relação e representação na vida dos excluídos. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

NEGRI, A. (2001). Exílio. (Renata Cordeiro, Trad.) São Paulo: Iluminuras (Trabalho originalmente publicado em 1998).

OLIVEIRA, F. (1988). A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes (Trabalho originalmente publicado em 1972).

PEREIRA, M A. A. (1997) A população de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania: uma equação possível? Dissertação de Mestrado em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

REZENDE, K. (fevereiro, 2003) Vida no trecho: pescar o próprio trecho. Jornal "O Trecheiro", [São Paulo], p. 02.

SÁ, M.C. (2001) Subjetividade e projetos coletivos: mal-estar e governabilidade nas organizações de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 1 (6), 44-68.

SINGER, P. (1999) Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto.

SPOSATI, A. (1995) Comentário sobre as formas de atuação com a população de rua In: ROSA, C.M.M. (org.) *População de rua: Brasil-Canadá*. (pp. 85-90) São Paulo: Hucitec.

SPOSATI, A. (2003). Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. *Lisboa, Intervenção Social*, 27 (1), p. 63-88.

STOFFELS, M-G. (1977) Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 21).

VERONA, A. F. (2004) A Hospedagem do Brás. Acessado em 15 de setembro de 2004, de <http://www.assis.unesp.br/~folquito/hospedaria.htm>

VIDA NO TRECHO (2002, março de). Jornal “O Trecheiro”, [São Paulo], p. 02.

VIDA NO TRECHO (2003, dezembro de). Jornal “O Trecheiro”, [São Paulo], p. 02.

VIEIRA, M.A.C.; BEZERRA, E.M.R. & ROSA, C.M.M. (1992) População de Rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec.

Ricardo Mendes Mattos
Endereço: Rua Jurea, 645-
CEP: 04140-110- Vila Mariana, São Paulo, SP.
e-mail: ricardomendesmattos@ig.com.br

Mauro Kenji Yamaguchi
Endereço: Rua Domingos de Moraes, 1338, apto.133-
CEP: 04010 - 200 - Vila Mariana, São Paulo, SP.
e-mail: mauroyamaguchi@ig.com.br

Adriana Rodrigues Domingues
Endereço: Rua Brás Lourenço, 119-
CEP: 04113-110- Vila Mariana, São Paulo, SP.
e-mail: adrirdom@uol.com.br

. recebido em março de 2005.
. aprovado em setembro de 2005.

Esporte e sociedade: entre civilização e barbarie

José Newton Garcia de Araújo

Psicólogo, Mestre em Filosofia (Universidade Federal de Minas Gerais), Doutor em Psicologia (Universidade Paris VII), professor da PUC Minas.

Resumo

Apoiado em referências da psicossociologia, este texto discute o mundo dos esportes como um espaço de reprodução das relações sociais, comportando as dualidades que marcam o embate entre cultura e barbárie ou entre pulsão de vida e pulsão de morte: de um lado, estão os aspectos da atividade lúdica e do ideal da fraternidade universal, fazendo do esporte uma atividade sublimatória de nossas pulsões agressivas; de outro, o deslize para a violência, a discriminação social, racial ou étnica, a corrupção e a ausência da ética. Discute-se também o caráter paradoxal da sociabilidade inerente à competição esportiva: a obrigação de anular simbolicamente o adversário e de considerá-lo, ao mesmo tempo, como um semelhante. O texto ainda analisa o esporte como instrumento político-ideológico de manipulação das massas e examina o crescimento do fanatismo, especialmente no futebol, como sintoma da fragilidade identitária contemporânea.

Palavras-chave

Esporte, cultura, barbárie, sociabilidade paradoxal, fragilidade identitária.

Sport and society: between civilization and barbarism

Abstract

Based on psychosociological references, this text discusses the sports world as being a space where social relations are reproduced, including the dualities marking the struggle between culture and barbarism or between life pulsion and death pulsion: on the one hand, there are the aspects of ludic activities and the ideal of universal fraternity characterizing sports as a sublimatory activity of our aggressive pulsions; on the other hand, the slipping towards violence, social, racial and ethnical discrimination, corruption and the lack of ethics. It also discusses the paradoxical character of sociability inherent to sportive competition: the obligation to destroy symbolically the opponent and at the same time to consider him as a similar (human being). The text also analyses the sports as a political and ideological instrument of mass manipulation and examines the growth of fanaticism, specially among soccer supporters, as a symptom of fragility of the contemporary identity.

Keywords

Sports, culture, barbarism, paradoxical sociability, fragility of identity

Quando parte considerável da mídia nacional se voltava para as Comissões Parlamentares de Inquérito que investigavam os escândalos do “mensalão” envolvendo a cúpula do governo federal e seu principal partido, um outro tipo de escândalo, conhecido como “Máfia do Apito”, também ocupou, em espaço bem menor, as manchetes dos jornais e tevês: um empresário promovia jogos de azar pela *internet* e se associava a juízes de futebol que manipulavam resultados de jogos, a troco de propinas. O então árbitro Edílson Pereira de Carvalho figurou como personagem central deste esquema de corrupção, sendo banido do futebol brasileiro pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva, poucas semanas depois, no dia 17 de outubro de 2005.

Ao falarmos de esporte, podemos eventualmente atribuir-lhe uma finalidade educativa ou higienista, conforme a velha balada latina *mens sana in corpore sano*, perenizada nas *Sátiras* do poeta Juvenal. Ou considerá-lo como momento de lazer e diversão para milhões de espectadores, mundo afora, estejam estes nos estádios ou diante da televisão. O mundo dos esportes, no entanto, se abre aos estudiosos como um vasto palco que remete a fenômenos político-sociais, econômicos, psicológicos, religiosos, artísticos ou éticos, o que torna sua abordagem tão diversificada quanto as possíveis especialidades que dele fazem seu objeto de estudo. Referindo-se especificamente ao futebol, Vassort (2002, 28 de junho de), comenta que, ao lado das “*inegáveis virtudes pedagógicas do jogo – respeito às regras, iniciação à vida em comum - se misturam as negociatas, a corrupção, o doping*” (Vassort, 2002, 28 de junho de:28), já que o futebol se rendeu ao “horror econômico” da mundialização liberal, deslocando o espírito de competição para a lei do lucro ou para uma ideologia fundada na violência e na força.

Em textos anteriores (Araújo, 2000; 2003), discuti a hipótese segundo a qual o mundo dos esportes pode ser considerado, *mutatis mutandis*, como um cenário paradigmático das relações sociais, seja no plano interindividual, seja entre grupos, coletividades, nações. Ele seria uma espécie de espelho do funcionamento social, um microcosmo que reproduz tanto os lances civilizados quanto o anti-jogo da violência, o espetáculo da arte e das “presepadas”, o embate entre a solidariedade e o individualismo. No presente texto, retomo algumas destas reflexões, centrando-me na análise da dualidade irreduzível entre as conquistas da civilização e as forças de retorno à barbárie, que perpassam permanentemente o mundo dos esportes.

Jogo e esporte

Para iniciar a discussão, tomemos as noções, ambas genéricas e polissêmicas, de esporte e de jogo. De saída, vale interrogar se o jogo é apenas puro brincar, cândido passatempo ou divertimento. Isto porque em todo jogo há sempre alguma coisa “em jogo”, além do brincar desinteressado, embora este também tenha seu lugar. Parlebas (2003) questiona a representação dos jogos como atividades “inocentes”, criticando aqueles estudiosos que “...sensíveis à inegável originalidade de numerosos jogos tradicionais, se inflamam em seu favor e tendem a considerá-los como práticas de comunicações idílicas” (Parlebas, 2003:27). Este autor afirma que mesmo os jogos infantis da Renascença já eram marcados pela violência, expondo seus praticantes a choques ou golpes físicos contundentes. Segundo Campos (2005), alguns jogos de bola medievais, entre eles o “cálcio” e a “pelota”, eram reprimidos pelas autoridades municipais, na Europa, desde o século quatorze, por serem jogos violentos e, principalmente, porque eram praticados por grupos “subalternos”. Para Elias e Dunning (1992), que analisam o esporte moderno, especialmente o futebol, no horizonte do processo civilizador, os esportes evoluíram no sentido do controle e da restrição à violência física, embora conservem um grau variado de violência potencial, presente na própria estrutura do jogo. Só a partir do século dezesseis eles se tornaram atividades lúdicas e mais restritas às camadas sociais de elite.

Os dicionários nos fornecem diversas definições do termo jogo. O *Petit Robert* (1986), por exemplo, mesmo designando o termo como uma atividade física ou mental ligada ao prazer, à gratuidade do divertimento e à pura fantasia, evoca inúmeras outras conotações, entre as quais destacamos: atividade organizada por um sistema de regras, definindo um ganho e uma perda; competição esportiva nos espetáculos públicos, associada a seu uso instrumental *panem et circenses*; teoria dos jogos, relativa ao comportamento de agentes econômicos, elaborando estratégias e tomando decisões; jogos de linguagem; jogo de alianças secretas, etc. O *Aurélio* (1998) também nos apresenta definições que interessam às presentes argumentações, tais como: jogo político, jogo franco, jogo dissimulado, jogo da verdade, jogo de azar, jogo da bolsa, jogo de empurra, jogo limpo, jogo sujo etc.

Essa multiplicidade de significados expõe a complexa trama de elementos que nos autorizam a extrair do mundo do esporte alguns reflexos

das relações sociais. A designação genérica de jogo como competição é particularmente exemplar, no sentido de mostrar o humano desejo de dominar, de ser maior ou melhor que o outro. Ao apresentar ao leitor o *Leviatã* de Hobbes, Monteiro (1979) comenta que, quando este filósofo descreve as paixões humanas e a luta pela vida no “estado de natureza”, evoca essa visão competitiva, na qual o homem se torna “o lobo do homem”, o que pode levar à “guerra de todos contra todos”. O autor se vale da imagem de uma competição esportiva, quando diz que a vida é comparada a uma corrida na qual é preciso vencer sempre: “*ultrapassar continuamente quem está adiante é felicidade. Abandonar a corrida é morrer. E estar continuamente ultrapassado é miséria.*” (Monteiro, 1979:xv)

Acrescentemos ainda que a competição se joga sempre em um palco: o estádio olímpico, o campo de futebol, o ringue, a pista de Fórmula 1. Não há esporte sem a presença de um espectador, de um observador. Não haveria também nenhum investimento, da parte do esportista, se todo o seu duro e longo preparo para o espetáculo não lhe promettesse uma saída triunfante do anonimato. Ele não trabalha para ficar atrás dos bastidores, no vestiário. A palavra atleta deriva de *athlôn*, que em grego significa ao mesmo tempo o combate e aquilo que está em jogo no combate, isto é, a recompensa, o reconhecimento. Este consistia, originalmente em uma coroa de oliveira - que aliás teve seu retorno, nas Olimpíadas de Atenas, em 2004 -, símbolo da glória do vencedor. Todo atleta olímpico sonha entrar para a galeria de heróis, da qual o primeiro nome é Koroebos (ou Corebus), o grego que ganhou a primeira corrida no estádio de Olímpia, no ano 776 a. C. e que teve “*seu nome, gravado na pedra para a eternidade*”. (Parienté, 1975: 109).

Em síntese, a idéia do puro brincar torna-se escassa no esporte e fora dele. Tanto num estádio quanto nas situações cotidianas - profissionais, sociais, afetivas, políticas - estamos constantemente submetidos ao olhar de um terceiro, seja ele espectador, árbitro, mídia, amigos, chefes, familiares. Impelidos a garantir um lugar na cena social, nossas relações assumem a dimensão de um duro jogo, no qual a atividade desinteressada não tem lugar.

A sociabilidade paradoxal

O desejo de ultrapassar ou dominar o outro muitas vezes resvala para violência, no esporte e fora dele. No entanto, isso não nos impede de analisar a atividade esportiva como uma importante conquista civilizatória (Elias & Dunning, 1992). Como tal, mesmo habitado pela violência potencial, o esporte moderno comporta uma outra polarização, que eu chamaria de dupla teatralização: de um lado, encena-se a violência - em toda competição, o lutador deve eliminar (simbolicamente, destruir, matar) o adversário; de outro, encena-se a harmonia social - após o combate, assiste-se ao ritual do cumprimento fraternal ao adversário, mesmo que este gesto não seja espontâneo ou desejado pelas partes, naquele momento.

Observe-se que a teatralização da violência se efetua através de um fenômeno cultural que perpassa, ao longo da História, as relações entre indivíduos, grupos e sociedades, ou seja, o antagonismo. Parlebas (2003) aponta os duelos simétricos (afrontamento de um indivíduo contra outro, uma equipe contra outra) como a modalidade mais freqüente dos jogos tradicionais, em relação a outras formas de competição (um contra todos, cada um por si, uma equipe contra todas), sendo raros os jogos de tipo cooperativo ou semi-cooperativo. Essa estrutura dos duelos simétricos se mantém nas competições atuais, mesmo nos esportes coletivos, que funcionam como um duelo entre equipes. Até nas modalidades em que não ocorre o duelo direto (apresentações alternadas, como no salto à distância; apresentações simultâneas, como na natação), a competição é o elemento essencial da prática esportiva.

Para além do antagonismo, pode-se afirmar que a encenação e a sublimação da violência, no esporte, são uma forma de brincar. Com efeito, o aspecto lúdico do jogo está presente em cada cultura, nas atividades infantis e dos adultos. O brincar é essencial para a socialização, uma forma saudável de reencenar a face dolorosa e conflitante do cotidiano. O “brincar e a realidade” (Winnicott, 1975) se espelham um no outro, inclusive quando brincamos de agredir e destruir uma pessoa ou um objeto, sublimando nossos impulsos violentos. Ele remete a uma concepção harmoniosa das relações entre os homens, unindo elementos religiosos com a utopia da fraternidade universal, da supressão dos conflitos entre classes, raças e nações. Os jogos olímpicos modernos seriam a expressão viva desse ideal. Segundo Parienté (1985), o esporte é uma das raras linguagens universais compreendidas por toda a humanidade. Os espetáculos de abertura ou

encerramento das olimpíadas tentam justamente traduzir a mística humanista do esporte, substituto leigo das aspirações religiosas das massas.

O que acima chamamos de sociabilidade paradoxal é o fato de que toda competição esportiva comporta uma dupla obrigação para os atletas, sustentada na polaridade acima comentada: de um lado, ela é o lugar por excelência da guerra simbólica ou sublimatória entre indivíduos ou equipes, devendo resultar num ganhador e num perdedor. Mas ao buscar a anulação simbólica do outro, os competidores “jogam” em dois planos: no primeiro, encarnam o papel do estranho e inimigo a ser anulado; no segundo, o papel do semelhante, como cidadãos que se devem respeito mútuo. O cumprimento formal e cortês ao adversário, após a competição, significa: reconhecer o outro como participante de uma mesma *polis*, da mesma comunidade de irmãos. Mesmo durante uma disputa, os dois papéis costumam se cruzar, quando, por exemplo, um dos competidores se machuca e o adversário se prontifica a socorrê-lo. O paradoxo do antagonismo e da aliança, do “estar contra” e do “estar com”, seria então inerente a toda competição esportiva, sua regra essencial.

Nesta perspectiva, a própria ética esportiva supõe que o papel de adversário seja assumido em sua plenitude. Uma competição-duelo só tem sabor e inflama o público, quando cada indivíduo ou equipe se esforça ao máximo para derrotar o oponente. As olimpíadas já não existiriam se fôssemos dar ouvidos ao aristocrata Pierre de Fredi - o Barão de Coubertin, criador dos jogos olímpicos modernos, com sua máxima “higienista-humanista” de que no esporte, o importante é competir, não propriamente vencer. Um “jogo de comadres” (mesmo no puro esporte-lazer, entre amigos) seria a negação do espírito esportivo, deixando frustrados o público e os próprios competidores, pois o espetáculo perderia o seu sabor. Neste sentido, vencer é essencial, é mais importante que apenas competir. Afinal, sem o *élan* do antagonismo, o esporte perderia seu sentido de existir. No esporte profissional ou de alto rendimento, busca-se evitar a derrota a todo custo, pois ela implica perdas concretas: o atleta e a equipe que não vencem não sobrevivem, são eliminados das competições, perdem patrocinadores, perdem suas torcidas.

Observa-se ainda que vencer é importante até nas referências lúdicas - portanto, “civilizadas” - à competição esportiva. Brincar de “humilhar” o adversário tem um sabor especial e faz parte do jogo. Assim faz a equipe de basquete dos “Harlem Globe-Trotters”, cujos jogadores, entrelaçando ha-

bilidade e malabarismos, fazem rir os espectadores, deixando o time adversário perdido, sem “ver o rumo da bola”. Os dribles de Garrincha “entortavam” seu marcador, então apelidado de “joão”, fazendo brotar reações hilárias nos torcedores. Cito também duas máximas que, por acaso, vi escritas em camisetas de colegiais, cujo caráter lúdico, contrariando Coubertin, remete à dupla face da competição. A primeira: “competir é importante, mas vencer é essencial”. E a segunda: “na competição não basta vencer, é preciso humilhar o adversário”.

Sabemos, no entanto, que esse paradoxo da competição “civilizada” não se impôs, historicamente. A violência continua atravessando o cenário esportivo, com um todo, dentro e fora dos estádios. Com efeito, se o esporte canaliza nossas pulsões agressivas, seu mecanismo sublimatório muitas vezes falha: o jogo-diversão se transforma num palco de guerra, as tendências “pacifistas” se transmutam em “belicistas”, uma competição amistosa desliza para a pancadaria, podendo envolver atletas, torcedores ou dirigentes. A violência dos Hooligans, em 1985, na partida entre o Liverpool e a Juventus, pela final da Copa da Europa, em Bruxelas, é paradigmática, com o pesado saldo de 39 mortos e 454 feridos.

Cabe aqui evocar a distinção entre um combate esportivo e um combate sangrento, de vida e morte. Lembremos as lutas mortais entre gladiadores que “divertiam” a nobreza romana, cujas tendências bárbaras se satisfaziam sem mediação de nenhum mecanismo sublimatório. Parienté (1985) lembra que os romanos não conheceram nem apreciaram os jogos olímpicos, passando sem transição da disciplina militar aos jogos de circo, sem cultivar o gosto pela “luta desinteressada”. Os combates entre gladiadores, mesmo se tratando de um espetáculo sustentado por um público, marcam um vazio no avanço civilizador do esporte grego. Neste, a violência já se configurava como “passagem ao ato esportivo”, no sentido de mera dramatização da violência, no interior da cultura.

A este respeito, talvez pudéssemos discutir, mesmo que apenas de passagem, a reiterada afirmação que encontramos na literatura esportiva, a partir de Elias e Dunning (1992), segundo a qual os esportes modernos diferem de seus homólogos da antiga Grécia, de Roma ou da Idade Média, em função do incremento das regras e da redução da violência física, deixando lugar à mera violência simbólica. Em primeiro lugar, como vimos acima, convém distinguir o lugar do esporte ou sua ausência, entre os antigos gregos e romanos. Por outro lado, é incontestável que o esporte

moderno tem os componentes civilizatórios, que não se restringem ao incremento de suas regras, à redução da violência física, a seus efeitos catárticos ou à “excitação agradável” que ele provoca. Quero insistir no aspecto da “violência potencial” que ronda o mundo esportivo e que não se limita ao combate entre os adversários, seja no esporte amador ou de alto rendimento. Esta questão tem a ver com a realidade estrutural de nossas pulsões destrutivas, que resistem a todo esforço civilizatório. Eu diria que estas pulsões se atacam especialmente diante de objetos “fascinantes”, como é o futebol. Essa fascinação, segundo Damo (2001), assume tanta importância, na contemporaneidade, que o futebol chega a transcender o campo esportivo ou as práticas corporais. Ao que acrescentamos: o futebol é tão fascinante que, apesar do avanço civilizador, ele sinaliza para a permanência da barbárie, dentro e fora do local das competições.

O caso dos Hooligans e de tantas outras violências que abalam o mundo dos esportes, é externo ao fazer intrínseco do esporte. Ele é apenas um exemplo da banalização da violência que aí se instaurou: atletas recorrem ao *dopping*, torcedores se agriem, juizes se vendem, cartolas burlam o código de ética desportivo, a própria justiça desportiva é acusada de práticas suspeitas.

No entanto, a hipótese que guia o presente texto é a da coabitação das tendências civilizadoras e bárbaras. Em outras palavras: se os exemplos acima remetem a um retrocesso civilizatório, isso não significa o retorno estrutural à barbárie: a luta de atletas, da imprensa esportiva e não-esportiva, dos torcedores e da própria legislação federal (o Estatuto de Defesa do Torcedor e outras medidas legais, mesmo ainda não consolidadas) evidenciam ganhos diversos em prol do direito e da ética no esporte.

O jogo da discriminação

Indo além das múltiplas faces da violência já apontadas, queria focalizar também a questão da discriminação no esporte, seja ela social, racial, étnica, econômica ou político-religiosa. Para tanto, retomo fragmentos históricos distintos. Começamos no mundo grego: dos antigos jogos olímpicos só podia participar quem tinha o sangue grego e a chamada “condição livre”, daí a exclusão dos escravos e estrangeiros. Segundo Bernard (1985),

as mulheres também eram ali proibidas de participar. Saltemos, com o autor, deste período para a Idade Média, período no qual o antigo vocábulo francês *desport* designava as formas de passar o tempo agradavelmente, como uma conversa, uma distração. Mas quando introduzidos na Inglaterra, no século XIV, mesmo guardando o significado de diversão, os termos *to sport*, *disporter*, *disporteress* já se caracterizavam como uma prática das elites, atividades reservadas aos nobres, em seus modos de vida privilegiados (como vimos acima, a “pelota” e outros jogos medievais eram reprimidos, quando praticados pelas classes inferiores da população).

Com outro salto no tempo, chegamos ao final do século XIX, quando um esporte então elitista, o *foot-ball*, teria sido introduzido no Brasil por Charles Miller. No livro *O negro no futebol brasileiro*, Mário Filho (1947) conta que, no início do século XX, os times e campeonatos de futebol só tinham lugar para os jovens da elite metropolitana, que conviviam com engenheiros e técnicos ingleses. Havia forte resistência à entrada dos *outsiders*, os pobres, negros e mestiços, que costumavam jogar em terrenos desocupados das várzeas. A estrutura elitista que, no Rio de Janeiro, dominou o novo esporte seria desmontada pelas vitórias de times da periferia da época: Vasco, São Cristóvão e Bangu, composto por muitos jogadores pobres, em geral negros e mestiços.

Em São Paulo, o Paulistano, time das elites, tentava manter o controle político do futebol, na capital (Gazeta Esportiva, 2004), a fim de impedir que dois novos clubes disputassem o campeonato da cidade: o Palestra Itália, com jogadores e torcida dos imigrantes italianos; e o Corinthians, formado no meio da também “indesejada” classe operária - nas duas torcidas, havia o fantasma dos anarquistas e dos socialistas. Os campeonatos paulistas eram disputados, até então, só por jogadores da elite local. A concorrência de times populares provocou uma divisão entre dirigentes, a favor ou contra a popularização deste esporte. A partir dos anos 20, começam os debates sobre a profissionalização dos jogadores de futebol, o que só ocorreu em 1933, dando aos atletas negros e pobres o direito de trabalhar nesse novo ofício. Em protesto, o aristocrata Paulistano abandonou a disputa do campeonato.

Seria ingenuidade, contudo, lermos essa história como uma vitória das classes desfavorecidas. Os ‘RonalDOS’ e ‘Ronaldinhos’ representam umas poucas dezenas de jogadores bem sucedidos, oriundos de classes desfavorecidas. E a gestão do futebol não saiu das mãos de dirigentes

social e economicamente privilegiados. Vale, aliás, lembrar que diversas modalidades esportivas - tênis, tiro, arco, vela, corridas automobilísticas etc. - permanecem no domínio fechado das elites.

No campo do puro lazer, os clubes recreativos particulares, como os tradicionais “X Tênis Clube” e congêneres, ostentam clara postura discriminatória. Seus associados pertencem, em geral, às classes média e alta locais, seu funcionamento lembra a casa grande e a senzala, na qual os “senhores-sócios”, na maioria brancos, são servidos por negros ou pardos, nos setores de alimentação, portaria, limpeza, vestiários, enfermarias, etc. Estes, evidentemente, não podem usufruir os lazeres do clube. As babás que acompanham as crianças trajam um uniforme que as identifica como “diferentes”, não devendo “se misturar” aos associados.

O problema do racismo, da xenofobia e da discriminação tem também lances contundentes na história das olimpíadas modernas. O fato mais marcante dos jogos de 1936, em Berlim, foi o desapontamento de Hitler que queria, a todo custo, provar a superioridade da raça alemã, tão certo estava da vitória de seus atletas sobre os negros americanos. Para seu dissabor, Jesse Owens, juntamente com outros atletas negros, saltaram mais longe e correram mais rápido que os “imbatíveis” arianos.

Sabemos, no entanto, que este episódio não foi capaz de barrar as práticas de discriminação racial, tanto no cenário nazista quanto no “admirável mundo novo” americano: Cassius Clay (Mohamed Ali), militante contra o racismo americano e contra a Guerra no Vietnã, foi proibido de lutar porque, em 1967, recusou alistar-se para aquela guerra, junto a outros milhares de negros americanos. Outro campeão negro, Mike Tyson, foi condenado a seis anos de prisão por uma suposta tentativa de estupro (a “vítima” que o acusou, Desiree Washington, teria ido visitá-lo em seu quarto, em plena madrugada). Nassif (2004) vê aquela condenação como uma espécie de vingança da *America* branca contra seu filho renegado, pintado como um animal com os traços de bruto, preto e feio, detestado pelo establishment americano. A respeito de Tyson, no entanto, abro parênteses para outro comentário. Se sua pena pelo comportamento fora do ringue é polêmica, ele teve uma outra, no campo esportivo, indiscutivelmente justa: foi proibido de lutar durante um ano, pois transgrediu a “sociabilidade paradoxal” do esporte, dentro do ringue, com seu gesto “canibalesco” de morder duas vezes e arrancar um pedaço da orelha de Evander Holyfield, na luta do dia 28 de junho de 1997.

Chegamos ao século XXI com o racismo recrudescendo dentro e fora dos eventos esportivos. Cito apenas um, entre muitos exemplos: no final de 2004, o noticiário do futebol europeu noticiou fartamente os insultos racistas de torcedores espanhóis, imitando gritos de macacos, contra jogadores negros da seleção inglesa, numa partida que, por sinal, era “amistosa”. Em entrevista ao jornal francês *Le Monde*, o presidente da FIFA (Fédération Internationale de Football Association), Sepp Blatter, referindo-se a este e a outros episódios no futebol, na Europa e no resto do mundo, afirma que a discriminação e a “negação do outro” continuam arraigados nas sociedades contemporâneas. E completa que o racismo se mostra mais solto em espaços de permissividade como um estádio de futebol, um esporte que, por ser hoje tão universal, deveria encarnar a negação do preconceito - afinal, o “jogador do século” (século XX) é um negro, Pelé. A propósito: Blatter (2004, 20 de novembro de) afirma que a essência do futebol é o gênio da técnica e o talento puro, não a cor da pele, a religião, o passaporte ou a origem social do atleta. Mas sua retórica “humanista”, ditada pelo lugar político que ocupa, não o livra de ser questionado em sua conduta ética, como dirigente da FIFA. A Editora Harper Collins acaba de editar o livro “Red Card” (Cartão Vermelho), no qual o jornalista Andrew Jennings acusa a FIFA de Blatter como responsável por corrupção, desvio de verbas e nepotismo, entre outras condutas suspeitas. Curiosamente, Blatter conseguiu uma liminar na justiça da Suíça, impedindo que o livro fosse distribuído naquele país, sede da entidade. Segundo Vassort (2002, 28 de junho de), ele teria participado, em troca de votos para sua eleição, das obscuras transações com a ISL - International Sports Leisure, empresa acusada de operações financeiras fraudulentas, mas que a FIFA, sob o seu comando, ajudou a transformar na maior empresa de marketing esportivo do mundo.

Voltemos, no entanto, à hipótese que guia o presente trabalho: paralelamente ou na contramão dos casos acima relatados, pode-se falar de significativos avanços civilizatórios e “anti-discriminação”, no mundo dos esportes. Seja exemplo o espaço aberto aos esportistas portadores de deficiência, especialmente a partir da criação das Paraolimpíadas e das demais competições das quais eles são os protagonistas. Sabemos que as pessoas com deficiência, ao longo da história, foram duramente discriminadas, muitas vezes deixadas à morte, por motivos religiosos, ideológicos ou “higienistas”. Entre os gregos, as pessoas com deficiência eram dadas a práticas de extermínio, especialmente nas sociedades guiadas por ideais guerreiros e atléticos, que as consideravam uma sobrecarga inútil. Entre os espartanos, por exemplo, “*as crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais*

eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia”. (Pessoti, 1984:3)

A discriminação contra esses sujeitos, inclusive os atletas de alto nível, remete, entre outros fatores, ao fato de que eles nos expõem nossa própria fragilidade. Eles são um virtual espelho no qual não queremos nos mirar, fazendo brotar nossas angústias primitivas de aniquilação, ameaçando nossas defesas psíquicas. O corpo com o qual, inconscientemente ou não, queremos nos identificar é aquele que pereniza o ideal da perfeição física. O esportista mutilado seria a projeção do “ser de defeito” que negamos em nós mesmos. Freud (1974) mostrou muito bem que “...a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização” (Freud, 1974:114). Em outras palavras, o inconsciente individual e cultural (no campo do esporte, poderíamos falar, ironicamente, de um “inconsciente midiático”) só quereria se refletir nos corpos esculturais dos atletas cultuados como super-homens ou super-mulheres.

Hoje as paraolimpíadas e as demais competições entre pessoas com deficiência estão definitivamente integradas na agenda dos eventos esportivos, revelando o abismo entre a cosmovisão contemporânea e aquela de nossos antepassados. Mas nem por isso tais políticas de “inclusão esportiva” estão isentas de contradições e ambigüidades. A discriminação contra as pessoas com deficiência provavelmente nunca será superada. E mesmo quando estas conseguem um “lugar ao sol”, não estão imunes a sentimentos - muitas vezes mascarados - de rejeição, de inutilidade e de abandono, uma vez que “...esta lógica de mascaramento é geralmente a primeira estratégia de adaptação utilizada pelas pessoas estigmatizadas, diante da pressão social que as leva à idéia de normalização. Mas tal lógica é questionada, assim que o sujeito percebe, por parte da sociedade, uma referência repetida à deficiência e ao fracasso de sua reivindicação de normalidade”. (Marcellini, De Leselec & Gleyse, 2003:70).

A questão não pára aqui. O evitamento desses “estranhos” desportistas transparece na rara cobertura da mídia às suas competições – esta geralmente só ocorre, pelo menos no Brasil, por ocasião das paraolimpíadas. Assinale-se ainda o escasso apoio público e privado ao paradesporto. No Brasil (2001) a Lei 10.264, mais conhecida como “Lei Piva”, destina 2% da arrecadação bruta das loterias federais do país ao

esporte olímpico. No entanto, o repasse dessas verbas é bastante desigual: 85% vão para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), contra apenas 15% para o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Segundo Lopes (2004), nos três últimos anos, o COB teve uma ajuda oficial de R\$170 milhões, enquanto o CPP não chegou aos R\$30 milhões.

Apesar de os atletas do COB terem apoio logístico, infraestrutura e “mordomias” invejáveis, além de uma intensa cobertura da mídia, os resultados das Olimpíadas de 2004 nos trouxeram surpresas e lições: esses “estranhos” - cegos, paraplégicos ou mutilados – conquistaram 33 medalhas (14 de ouro, 12 de prata e 7 de bronze), enquanto os “idolatrados da mídia” não passaram de 10 (4 de ouro, 3 de prata e 3 de bronze). Quantos dentre nós sabem quem é Clodoaldo Silva, detentor do feito raríssimo de conquistar seis medalhas de ouro, uma de prata, superar quatro recordes mundiais e cinco recordes olímpicos, num único evento esportivo, os Jogos Paraolímpicos de Atenas? Ou que ele foi condecorado como o melhor atleta paraolímpico do mundo pelo Comitê Paraolímpico Internacional, no dia 19 de novembro de 2005, em Pequim?

Violência e fragilidade identitária: o estranho a ser anulado

O mundo dos esportes, mais que outros campos da atividade humana, é um dos espaços privilegiados para a fabricação e o culto do “herói”, principalmente nas modalidades mais divulgadas na mídia. A esse respeito, Barus-Michel (2003) questiona o fato de muitas nações se reconhecerem, e com grande exaltação, em uma equipe de futebol: *“por que a simbólica política encontra sua representação mais exultante nos jogadores de futebol? Por que uma equipe de cientistas que faz uma descoberta sensacional não leva tanta gente às ruas?”* (Barus-Michel, 2003:170) Na linha de Dunning (1992), para quem o desporto é um dos principais instrumentos de identificação coletiva, além de se afirmar como uma fonte decisiva de sentido na vida de muitas pessoas, Barus-Michel (2003) considera que, salvo raras exceções, os mecanismos de identificação em relação a cientistas e outros “personagens” (políticos, poetas) se distinguem daqueles centrados nos “campeões” esportivos, uma vez que estes últimos são objeto de uma identificação mágica. Eles nos possibilitam *“a glória por procuração; os sábios ou os políticos se dirigem não ao Eu Ideal, mas ao*

Ideal de Eu e mesmo ao supereu” (Barus-Michel, 2003:171). O público se apropria daquilo que faz o seu campeão. A sua vitória é a “nossa” vitória, nós é que ganhamos “dos outros”. Neste sentido, a competição esportiva é também uma competição identitária. Os torcedores “esquecem” os soldados milionários de seus campeões. Afinal, estes nos possibilitam a experiência de pertencimento ao clube, à cidade, ao país. Fornecem-nos a fantasia de sermos, com eles e através deles, os “senhores do mundo”. Barus-Michel (2003) observa, por exemplo, que espetáculos não-esportivos como um concerto sinfônico podem provocar arrebatamentos emocionais e estéticos nas platéias, mas “sem perigo”: se à saída do espetáculo, todos estão extasiados pela maravilhosa apresentação, não há torcidas rivais, não houve um inimigo a derrotar.

Sabemos também que o esporte - o futebol, em especial - é utilizado como poderoso instrumento político-ideológico de manipulação das massas. Agostino (2002) mostra como o nazismo se serviu dele fartamente, assim como nossos regimes ditatoriais, desde Getúlio. Na famosa saudação “ninguém segura este país”, quando recebeu os tri-campeões de 1970, o General Médici dizia a todos os brasileiros que o regime militar jogava tão bem quanto Pelé, Tostão, Rivelino e companhia. Mas, no Brasil, também nos períodos de democracia formal, cada presidente - de Juscelino a Fernando Henrique e Lula - continua a posar nos palanques midiáticos, ao lado dos “heróis” do esporte.

Em termos de valores e ideais coletivos, a ilusória sensação de “os melhores do mundo” sugere, segundo Barus-Michel (2003), que “*nossos povos sofrem de um desencantamento do mundo*” (Barus-Michel, 2003:169) e que os esportistas vencedores reencantam a realidade dolorosa desse mundo. O torcedor mergulha no sonho, na identificação mágica e efêmera com os campeões. Nesse sentido, a autora se refere a uma fragilidade identitária. Ou a uma identificação narcísica primária, arcaica, traduzida em paixão, ligada à onipotência do Eu Ideal, que produz “*uma dilatação eufórica, uma amplificação energética, uma espécie de estado segundo, próximo da embriaguês e da hipnose*” (Barus-Michel, 2003:171). A conquista teria o sabor fugaz de restauração identitária: esquecemos o desemprego, a violência urbana, os fracassos pessoais, as injustiças. O imaginário arcaico é preenchido com esse outro “ópio do povo”. A identificação regressiva com os “vencedores” é um convite à anulação do outro: equipes, torcidas ou povos rivais. A nós, o gozo, a eles a humilhação - se possível, a morte.

E no caso da derrota? Não foram os onze jogadores, foi o Brasil inteiro que emudeceu, naquela “trágica” (para nós) derrota de 2x1 para o Uruguai, na final da Copa do Mundo de 1950. Duzentas mil pessoas, no Maracanã, e muitos milhões, em todo o país, sufocaram o mais que esperado grito de “campeão”. Exagero à parte, não faltou quem considerasse que aquela derrota do Brasil (não de sua equipe) “...extrapolou o campo esportivo e virou um dos maiores dramas coletivos da história do país” (Folha de São Paulo, 2002). A frustração coletiva representaria um corte na mobilização do imaginário heróico nacional, devolvendo seus carentes torcedores ao “desencantamento” da realidade cotidiana.

Se a identificação com os ídolos ocorre em bases vulneráveis, não é de se estranhar que, quando o time fracassa, o torcedor se rebele contra os jogadores e dirigentes, com vaias ou agressões. O inimigo não é, pois, apenas a torcida rival. A fragilidade da identificação permite que, de heróis, os atletas se tornem repentinamente vilões, bodes expiatórios. O ódio a eles se estende ao “resto do mundo”: agride-se a torcida adversária ou quem quer que esteja por perto, com os eventuais saldos de mortes; deprezam-se ônibus e dependências dos estádios. A equipe perdedora frustra o sonho arcaico das massas infantilizadas.

Ajuntemos aqui duas observações: de um lado, essa identificação fragilizada, embora possa levar a extremos de idealização ou de violência, não é absoluta, a ponto de eliminar o sentido de realidade, pelo menos para o torcedor não-fanático. Afinal, a alternância de vitórias e derrotas acaba sendo assimilada ou banalizada, voltamo-nos a outros objetos de identificação que dêem sentido ao nosso cotidiano. O fato de nossa equipe ser derrotada pode ser doloroso, mas deixa espaço para voltarmos os olhos a outras perdas ou catástrofes que ceifam milhares de vidas, como guerras, terremotos, violência urbana, etc. De outro lado, é curioso como o mecanismo inconsciente de negação (análogo à negação da morte) pode reverter o sentimento coletivo de frustração. Um exemplo: no final da partida que definiu a “queda” do Atlético Mineiro para a série B do campeonato brasileiro de futebol, a torcida, que tanto vaiara o time nas partidas anteriores, aplaudiu calorosamente os atletas. Se a razão manifesta do aplauso era o “espírito de luta” dos jogadores, naquela partida, pode-se supor que a estrutural ilusão de um “amanhã vitorioso” teve um papel essencial, naquele momento.

A dualidade pulsional: barbárie e civilização

Como já dissemos, a hipótese em que nos baseamos, neste texto, é de que o mundo dos esportes seria um espelho das relações sociais, comportando inevitavelmente ambigüidades, ambivalências, polarizações, dualidades. Com efeito, ele não abriga apenas o ideal da fraternidade universal, pois é um vasto campo no qual “estão em jogo” a violência, a corrupção, injustiças, mentiras, discriminações. Nas olimpíadas modernas, há episódios marcantes atestando que essas tendências opostas se atropelam constantemente: a fraternidade e a solidariedade jogam com e contra guerras ideológicas, políticas, raciais, econômicas ou religiosas. Falamos acima de Hitler, em 1936. Lembremos outros fatos contundentes: nos jogos olímpicos de 1972, em Munique, ocorreu o massacre (Spielberg faz deste episódio mais um filme) dos atletas israelenses, numa amostra do insolúvel conflito Palestina-Israel; em 1980, os americanos se negaram a participar dos jogos de Moscou, em protesto contra a invasão russa ao Afeganistão; para dar o troco, os soviéticos boicotaram as Olimpíadas de Los Angeles, em 1984. Muitos outros eventos de violência poderiam se ajuntar a estes.

O depoimento de Blatter (2004, 20 de novembro de), citado acima, remete às faces da tolerância e da intolerância. Ele comenta, por exemplo, as reações negativas contra o clube árabe-israelense de Sakhnin, que tem dirigentes e jogadores de religiões e países diversos. Para o dissabor dos fundamentalistas, este clube venceu a final da Copa de Israel, em 2004, com direito a representar o país na Copa da Uefa. Outro caso: os dirigentes de futebol de Ruanda escalaram jogadores *hutus* e *tutsis*, na Copa da África das Nações, realizada na Tunísia, em 2004. Recentemente, as Coreias do Sul e do Norte, separadas por uma rivalidade política e ideológica há mais de cinquenta anos, decidiram competir como uma única equipe nos Jogos Asiáticos de 2006 e nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008. É bem conhecido também o caso que teria levado Pelé a interromper temporariamente, em 1969, a guerra civil no então Congo Belga, numa excursão do Santos pela África. O país estava dividido entre as forças de Kinshasa, hoje República Democrática do Congo, e Brazzaville, hoje Congo. Esses vizinhos em guerra assinaram um cessar-fogo, desde que o Santos jogasse em seus dois territórios. Após as partidas e muitas homenagens a Pelé, a guerra recomeça. Agostino (2002) comenta que, no Natal da guerra de 1914, em pleno front, soldados ingleses e alemães abandonaram as trincheiras para se confraternizar, no espaço de um campo neutro que os separava. O futebol uniu ali, momentaneamente, as forças inimigas: “*Em meio à troca de*

cigarros, bebidas, chocolates, houve notícia de que alguém deu o pontapé inicial, fazendo um jogo de futebol emergir entre as crateras de lama” (Agostino, 2002:30).

Incontáveis são os fatos que mostram essa quase mistura de guerra e paz, ética e anti-ética, fraternidade e violência, na dobradinha esporte e política. Lembremos que a África do Sul foi descartada, durante vários anos, das competições esportivas internacionais, por causa do seu *apartheid*. No Brasil, são históricas as “maracutaias” dos dirigentes dos clubes e federações, as transações ilícitas de jogadores, as sonegações fiscais, a promiscuidade de atletas com narcotraficantes, e assim por diante. A escandalosa administração do futebol brasileiro gerou duas barulhentas CPI’s do futebol, na Câmara e no Senado, que não conseguiram driblar a forte defesa da “bancada da bola”, formada por dirigentes dos clubes ou por seus aliados nas federações, além de empresários do setor.

Os exemplos acima podem se estender, de maneira direta ou indireta, a outro tipo de violência que permeia os bastidores da atividade esportiva, nas etapas de preparação e treinamento do atleta. Citemos a prática dos treinamentos forçados que geram lesões, fraturas ou outras patologias osteomusculares, algumas irreversíveis. Num plano mais grave, estão os casos de *dopping* que resultam na morte de esportistas olímpicos, até chegarmos aos métodos hediondos, como o caso dos treinadores de ginástica feminina do ex-bloco soviético, nos tempos da “guerra fria”: sabendo dos efeitos do estrógeno, na performance esportiva, esses treinadores forçavam as adolescentes ginastas a engravidar e, algum tempo depois, a abortar, com o organismo já fortalecido pelo poder dopante do hormônio. Carrier (2002) comenta que a inseminação dessas adolescentes pelo treinador era uma prescrição de Estado.

Em síntese, se a história dos esportes reflete, parcialmente, a história do processo civilizador, este se defronta, sem cessar, com sua vertente regressiva, sem que uma derrote a outra definitivamente. Um dos grandes achados de Freud, em relação à teoria das pulsões, foi a explicitação de suas diversas faces. Ele se refere, além das pulsões sexuais e de auto-conservação (associadas a *Eros*), às pulsões de destruição, de dominação e principalmente à pulsão de morte. Se esta tende a levar o organismo a um estado inorgânico, ela também se volta, secundariamente, para o exterior, manifestando-se então como pulsão de agressão e destrutividade. Tomamos, como premissa essencial para a presente exposição, a tese freudiana

do irreduzível dualismo entre pulsão de vida e pulsão, ou seja, nenhuma delas é capaz de eliminar a outra. As relações sociais são permanentemente perpassadas por *Eros* e *Thanatos*, pelo amor e pelo ódio, pela solidariedade e pela violência. Em outras palavras, a civilização, o progresso técnico, a ciência e as religiões, não foram capazes de “educar” nossas pulsões destrutivas, de modo a chegarmos a uma “sociedade reconciliada”.

Se o esporte é uma criação cultural, coisa do “bicho homem”, ele absorve todas as suas manifestações pulsionais. Não podemos vê-lo só pela ótica “humanista” da solidariedade, da pulsão de vida; nem só à maneira de Veblen (1987), que o toma como uma aspiração regressiva do homem em direção às formas bárbaras da cultura, como uma sobrevivência do arcaico nas atividades supostamente desinteressadas das classes ociosas, na modernidade. Estas duas vertentes, a atividade sublimada e a regressão à barbárie, se entrecruzam nas práticas e nas instituições esportivas. A suposta gratuidade lúdica esbarra em interesses de natureza política, econômica, religiosa, étnica e outros. A coesão e a ruptura sociais se afrontam todo o tempo, em praticamente todos os recantos do mundo esportivo.

Conclusão

Não é por acaso que a coabitação dessas duas tendências, eternizando o embate entre cultura e barbárie, entre pulsões de vida e de morte, entre a obediência às regras do jogo civilizado e à sua infração, levou à criação de um elemento terceiro, garantidor da lei esportiva: o árbitro. Aqui falamos ora do juiz que está no campo ou no estádio, ora dos juízes ou autoridades que zelam pelo “jogo” fora do campo, ou seja, a justiça desportiva. Se alguns desses árbitros se deixam eventualmente corromper, se legislam a favor de seu próprio clube, estado ou federação (daí a justiça desportiva ser também chamada de “tapetão”), isso não invalida o lugar institucional da arbitragem ou dos tribunais desportivos. A institucionalização do fórum jurídico, no esporte, atesta que não existe vitória do “bem” contra o “mal”. E até o juiz erra, seja porque suas decisões contam com o fator subjetividade, seja por evidente má-fé, como no caso do ex-juiz Edilson e de muitos outros que não foram punidos. Não se trata de duvidar sistematicamente da justiça desportiva, mas de assinalar que suas leis, como quaisquer outras, não estão isentas dos interesses que

fazem a história de cada sociedade e de seus segmentos. É por isso, aliás, que existe a figura jurídica do recurso, ante uma dada decisão judicial. E é por isso também que, nas instituições democráticas, as leis podem ser revogadas ou recriadas. Em síntese: se o confronto entre civilização e barbárie está sempre presente nos noticiários que escrevem o cotidiano de nossas sociedades, ele também nunca sairá das crônicas e manchetes esportivas.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINO, G. (2002). Vencer ou morrer. Rio de Janeiro: Faperj; Mauad.
- ARAÚJO, J. N. G. (2000). O esporte como campo paradigmático das relações sociais. Revista Estudos de Sociologia - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 6(1), 73-86.
———. Três meninos e uma bola. Pulsional Revista de Psicanálise, 16(186), 64-72
- BARUS-MICHEL, J. (2003). On est les champions! Revue Internationale de Psychosociologie (número temático “Le sport à corps et à cris”) 9(20), 165-182.
- BERNARD, M. (1985). Le phénomène sportif. In: Encyclopaedia Universalis, corpus 17. Paris: Encyclopaedia Universalis France, 121-125.
- BLATTER, S. (2004, 20 de novembro de). Entrevista. LE MONDE [Paris].
- BRASIL. (2001). Lei nº 10.264, de 16/07/2001.
- CAMPOS, F. (2005, 4 de Dezembro de). Folha de S. Paulo [S. Paulo], Caderno Mais!, 6.
- CARRIER, C. (2002). Le champion, sa vie, sa mort. Paris, Bayard.
- DAMO, A. S. (2001). Futebol e estética. Revista São Paulo Perspectiva, 15(3), 82-91.
- ELIAS, N. & DUNNING, E. (1992). A busca da excitação. Lisboa, Difel.
- FERREIRA, A. B. H. (1998). Aurélio - Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FILHO, M. (1964) O Negro no Futebol Brasileiro. Rio de Janeiro: Pongetti. (Originalmente publicado em 1947).
- FREUD, S. (1974) *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1929).
Gazeta Esportiva online: <http://www.gazetaesportiva.net/historia/futebol/>

paulistao/abertura.htm (acessado em 03/12/2004)

LOPES, L. (2004). In: <http://esporte.uol.com.br/olimpiadas/ultimas/2004/09/29/ult2540u131.jhtm> (acessado em 02/05/2006).

MARCELLINI, A.; DE LESELEC, E. & GLEYSE, J. (2003). L'intégration sociale par le sport des personnes handicapées. *Revue Internationale de Psychosociologie* (número temático "Le sport à corps et à cris"), 9(20), 59-72.

MONTEIRO, J. P. Introdução. (1979). In: HOBBS. (Coleção "Os Pensadores", 2ª. edição). São Paulo: Abril, v-xxiv.

NASSIF, L. (2004, 13 de agosto de). O renegado da América. *Folha de São Paulo* [S.Paulo], p. B4.

PARIENTÉ, R. (1985). Histoire du sport. In: *Encyclopaedia Universalis*. Paris: Encyclopaedia Universalis France, 108-121.

PARLEBAS, P. (2003) Une rupture culturelle: des jeux traditionnels au sport. *Revue Internationale de Psychosociologie* (número temático "Le sport à corps et à cris"), 9(20), 9-36.

PESSOTI, I. (1984). Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp.

ROBERT, Paul. (1986). *Le Petit Robert - Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert.

VASSORT, P. (2002, 28 de junho de). *Le cloaque mafieux du football mondial*. In: *Le Monde Diplomatique* [Paris].

VEBLÉN, T. (1987). A teoria da classe ociosa. In: Veblen. (Coleção "Os Economistas"). São Paulo: Ed Nova Cultural.

WINNICOTT, D. W. (1975). *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

José Newton García de Araújo

José Newton García
e-mail: jinga@uol.com.br

. *recebido em janeiro de 2005.*
. *aprovado em outubro de 2005.*

Psicologia do Trabalho ou do Capital? Eis a questão...

José Roberto Montes Heloani

Bacharel em Direito pela USP, Psicólogo pela PUC/SP, Mestre em Administração pela FGV-SP, Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP e Livre-Docente pela UNICAMP. Professor e pesquisador na FGV-SP, na UNICAMP e no curso de Mestrado em Psicologia da Universidade São Marcos. É Membro da Comissão de Direitos Humanos do CRP - SP e também co-fundador do site www.assediomoral.org

Resumo

Com o intuito de trazer algumas reflexões sobre a Psicologia do Trabalho, este artigo tem como objetivo esboçar algumas possíveis relações entre este ramo da Psicologia e as teorias organizacionais, abordando as conseqüências ainda imprevisíveis do embate capital/trabalho. O texto reúne, ainda, algumas preocupações com questões referentes à identidade do psicólogo do trabalho e nela enxerga um dos componentes da consciência política, o que poderá vir a propiciar a compreensão dos antagonismos políticos no campo social.

Palavras-chave

Psicologia do trabalho, psicologia organizacional, teorias organizacionais, atuação do psicólogo, pós- fordismo.

Psychology of work or psychology of capital? This is the question...

Abstract

Aiming to bring some reflections about the Psychology of Work, this article intends to sketch some possible relationships between this branch of Psychology and the organizational theories, dealing with the still unpredictable consequences of the opposition of capital/work. The text also treats some preoccupations about some questions concerning the psychologist identity; it perceives this aspect as one of the components of political conscience, what probably is going to propitiate the understanding of political antagonisms in the field of social research.

Key words

Psychology of work, organizational psychology, organizational theories, practice of psychologists, post-fordism.

Na chamada “Pós-Modernidade”, a relação das pessoas com o seu trabalho tem se modificado substancialmente. As técnicas de administração da produção também têm registrado transformações significativas. Tais alterações foram desencadeadas pelo longo, lento e posteriormente radical reordenamento na relação capital versus trabalho. Poder-se-ia dizer que neste “jogo” o primeiro está ganhando de dez a zero em relação ao segundo. Assim, seria ingenuidade supor que a identidade profissional da maior parte dos indivíduos e a organização gerencial passariam incólumes a esse processo de reestruturação produtiva.

Inadequações no que concerne às atividades objetivas e às experiências subjetivas foram camufladas, ou melhor, ocultadas, pois as tradicionais abordagens no tratamento dos conflitos entre individualidade e produção não são mais eficientes. As possibilidades outorgadas pelo capital ao trabalho formal inexoravelmente tangenciam a capacidade de se deixar *cooptar em tempo integral* pela ideologia hegemônica que o modo de regulação social produz.

Usualmente, as organizações selecionam os trabalhadores mais agressivos e adaptados a concorrer entre si, ou seja, predispostos a aceitar – por necessidade ou narcisismo – a insegurança advinda da flexibilização do trabalho, verdadeira apoteose neoliberal. Parece-nos que não raro há uma relação complexa e singular entre as mudanças nos sistemas organizacionais e a vida psíquica.

Assim sendo, tentaremos refletir, dialeticamente, sobre as consequências epistemológicas e mesmo ontológicas destas inter-relações no que concerne à Psicologia Política e principalmente à Psicologia do Trabalho.

No início, procuraremos demonstrar as metamorfoses ocorridas no paradigma industrial dos países de capitalismo central; posteriormente, teceremos algumas considerações sobre as consequências desse processo para o mundo do trabalho e, finalmente, tentaremos refletir sobre o papel do psicólogo organizacional nesse cenário.

A Psicologia Organizacional, até recentemente chamada de Psicologia Industrial, está ligada de forma quase simbiótica ao modo de organização do trabalho nos países que adotaram o capitalismo como modo de produção. Não é sem querer que Taylor nos prescreveu, mediante seus escritos, uma forma de organização do trabalho caracterizada pelo amplo

fracionamento das tarefas e concomitante monitoramento dos movimentos dos trabalhadores. Esta forma de controle obsessiva e minimalista, na frenética busca da eficiência através do “*one best way*”, - sintagma que talvez melhor expresse o positivismo da época – será aperfeiçoada por Henry Ford, que desenvolverá uma nova proposta de gestão da produção, isto é, a linha de montagem. Este processo passou a ser denominado fordismo.

O fordismo reformula o projeto de administrar individualmente as particularidades de cada trabalhador no exercício dos tempos e movimentos. Para tal fim, preconizará limitar o deslocamento do trabalhador no interior da empresa. O trabalho será dividido de tal forma que o trabalhador possa ser abastecido de peças e de componentes de montagem por meio de esteiras, sem precisar movimentar-se. A administração dos tempos se dará de forma coletiva, pela adaptação do conjunto dos trabalhadores ao ritmo imposto pela esteira. O fordismo não se limitará apenas à questão disciplinar no interior da fábrica. Ele incorporará, tal como o taylorismo, um projeto social de “melhoria das condições de vida do trabalhador”. O projeto social fordista se revela um projeto político que visa assimilar o saber e a percepção política do trabalhador para a organização.

A desqualificação e o controle sobre os trabalhadores mediante um processo disciplinar rígido, legitimado por uma hierarquia draconiana, são comuns ao taylorismo e ao fordismo, demandando, obrigatoriamente, uma ideologia capaz de conseguir um certo **controle da subjetividade dos trabalhadores**. Este domínio será feito pelas teorias gerenciais – com a conivência da mídia – vide a subliteratura organizacional e, também, como não poderia deixar de ser, parte da Psicologia Organizacional.

No período de consolidação do fordismo – basicamente na década de 1940 -, as teorias administrativas mais significativas poderiam ser resumidas, embora de forma grosseira, em duas grandes vertentes, a saber: a Escola de Relações Humanas e a Escola Clássica ou Científica. Se a primeira se notabilizou por apontar a necessidade de se considerar o “fator humano” como algo substantivo no estudo e na análise das organizações em geral, a segunda advogava, de modo férreo, e, até certo ponto, inescrupuloso, a possibilidade e a necessidade de controle de todas as variáveis individuais e organizacionais.

Não obstante plasticamente antitéticas, ambas se complementavam

e, embora a primeira fizesse um discurso mais próximo à concepção rousseauiana de homem, a segunda, a Escola Científica, apresentava uma visão da natureza humana bem menos otimista. Ambas procuravam, a seu modo, administrar o conflito mediante a utilização de elementos conciliadores, no caso da primeira, ou repressores, na lógica apregoada pelo taylorismo.

Destarte, o fordismo sobrevive sob a tensão constante desses elementos ideológicos, ou, como diriam os adeptos da Escola Francesa de Regulação, sob este modo de regulação social, tendo como subsídio, e até mesmo como possibilidade de conciliação destas duas tendências, o marketing e a propaganda, que se transformam e se desenvolvem na contínua massificação do consumo, elemento fundamental para a consecução do círculo virtuoso do fordismo, que prefiro denominar *equação fordista*.

Na atualidade, a Psicologia do Trabalho enfrenta um importante desafio teórico. Por um lado, manifestam-se alguns teóricos, como Jürgen Habermas, que falam em substituição da esfera do trabalho pela esfera comunicacional. De fato, a teoria habermasiana secundariza o papel do trabalho na sociabilização do sujeito. Isso porque Habermas (1991) acredita que, por meio da linguagem, os indivíduos são capazes de compreender o mundo objetivo, o mundo coletivo e o mundo subjetivo. Dessa maneira, é na ação comunicativa que se permite, por meio da linguagem, que se formem idéias comuns sobre princípios éticos e morais que, uma vez aceitos por uma determinada coletividade, tornam possível seu convívio. Outro destes teóricos, Claus Offe (1989), sinalizando a perda da centralidade do trabalho, refere-se à crise do trabalho concreto como elemento edificador de mediação entre os homens e a natureza. Já Dominique Medá (1997) fala em “desencanto do trabalho”, um valor em via de desaparecimento. Sua proposta teórica é a de que a esfera do trabalho na sociedade contemporânea deve ser relativizada e minimizada, com redução da razão instrumental. O que se compensaria pela ampliação da participação política, no exercício de “uma nova cidadania” (Medá, 1997). E por fim, neste breve panorama que delineamos, aparece Fukuyama que, em sua teoria do início da década de 1990, afirma que a única solução viável para a humanidade em seu atual estágio de desenvolvimento seria o liberalismo político e econômico, que teria triunfado sobre todos os seus concorrentes no final do século XX (o fascismo teria sido categoricamente destruído na Segunda Guerra Mundial, enquanto o comunismo estaria em visível colapso). Daí sua teoria ser sucintamente expressa pelo título de sua obra principal (“The end of history and

the last man”, 1992).

Em meio a tantos posicionamentos, estudos sobre o assunto lotam as prateleiras das livrarias e bibliotecas, fazendo emergir um considerável esforço dos pesquisadores para compreender as mudanças que nos surpreendem.

Nesse cenário – incerto e de conseqüências ainda imprevisíveis - a Psicologia do Trabalho vem adquirindo um novo dinamismo, ao mesmo tempo em que se vê diante de novas e intrincadas questões teóricas.

Diante de tal complexidade, as teorias disponíveis “no mercado”, que nos permitiriam pensar com seriedade o trabalho, vêm se mostrando cada vez mais incapazes de dar conta dos problemas colocados pelas transformações que o têm atingido nas últimas décadas, apontando a necessidade de se relacionar as atuais dificuldades da Psicologia do Trabalho à crise mais geral dos modelos teóricos que têm embasado as teorias organizacionais e a ciência em geral.

Aliás, este texto é uma modesta tentativa de colaborar nessa discussão a partir da análise de alguns *mitos organizacionais* sobre os quais vem se apoiando o discurso psico-organizacional sobre as transformações por que vem passando o trabalho no novo contexto mundial de reestruturação produtiva.

Nosso ponto de partida é o de que a maior parte dos estudos que têm servido de base para a Psicologia Organizacional partem de uma postura que restringe a análise a seus aspectos materiais e tecnológicos, alicerçando-se em pressupostos teóricos hoje bastante discutíveis, na medida em que, ao privilegiar de forma obsessiva temas como produtividade, competitividade e lucratividade, mostram-se presos a uma postura utilitarista, calçada na análise de variáveis quantitativas que ignoram ou desprezam as implicações sociais mais amplas das transformações em curso.

Infelizmente, tal postura vem encobrendo uma realidade de aprofundamento das desigualdades sociais, recolocando de forma urgente a contenda sobre o determinismo econômico e tecnológico que, conquanto esteja relativamente esquecido nos tempos da globalização, já foi um tema bastante afeito à Psicologia do Trabalho.

Talvez seja esta a oportunidade de fazermos uma breve retrospectiva histórica sobre o assunto e refletirmos, sem medo, e com poucas concessões, sobre o que vem ocorrendo com a função e a identidade profissional do psicólogo e da própria Psicologia do Trabalho.

Como já vimos, até a crise do paradigma taylorista-fordista de produção, o modelo de Recursos Humanos e a própria concepção de administração esteve articulada com a visão da engenharia, mormente com a concepção da engenharia de produção, e com a lógica militar, aliás, tão bem expressa pela profusão na utilização de vocábulos oriundos da caserna, tais como: logística, tática, estratégia etc. Daí os termos psicotecnologia e psicométrica conotarem o modo de pensar da maior parte dos engenheiros e gerentes à época. O positivismo ingênuo, a noção mecanicista e o enfoque reducionista de organização são plenamente coerentes com estas terminologias. Portanto, até então, problemas relativos à liderança, seleção e fadiga – no sentido mais tradicional – eram os mais solicitados a serem resolvidos pelos *psicotécnicos*.

A abordagem da engenharia foi perdendo espaço e começou a ser questionada à medida que o modelo de desenvolvimento fordista entra em crise – perde sua eficácia – em fins da década de 1960 e começo da década de 1970. No nosso entendimento, tal questionamento não foi produto de uma visão mais humanística ou de um longo e bem cuidado processo de conscientização, mas, sim, foi consequência de uma necessidade premente de responder a uma nova estrutura econômica e a um novo modo de regulamentação social; em suma, a uma nova realidade que se apresentava e que exigia respostas rápidas por parte do capital.

A administração não foi *surpreendida* por movimentos participacionistas como alegam alguns teóricos. Ao contrário, a busca de formas de participação foi consequência de uma revisão necessária nos conceitos de administração, isto sim.

E por quê? Devido à necessidade de se criar um modelo mais atraente, mais sedutor, mais envolvente, onde as potencialidades do trabalhador pudessem ser mais aproveitadas objetivando a otimização das novas tecnologias mais complexas que não demandavam mais um homem boi, um homem idiotizado, taylorizado... Enfim, um modelo que, por estas razões, fosse capaz de controlar com mais eficácia não só o corpo, mas também a mente do trabalhador. Um modelo que considerasse a subjetividade e a

percepção política do “colaborador”... Aliás, algo que Taylor já havia tentado sem muito êxito fazer, como tenho procurado demonstrar em meus artigos e livros. Taylor não era um idiota. Pelo contrário, era sagaz e sabia “trabalhar” com as fraquezas humanas...

Daí a ascensão daquilo que podemos chamar de pós-fordismo...

A partir da década de 1970, encontramos uma significativa revisão na Psicologia do Trabalho e o embrião do modelo pós-fordista de produção, escoltado de forma competente pelo ideário neoliberal que inicia sua ascensão.

Mera coincidência? Duvido! Tal revisão objetivava não uma maior emancipação em relação aos interesses do capital (ingenuidade pensar assim...), mas um novo modo de atingir os fins precípuos das organizações, qual seja, a competitividade, a produtividade e como não poderia deixar de ser, o lucro...

O movimento de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)¹, que tem início nos países de capitalismo central, na década de 1950, consolida-se nos anos de 1970, e perdura até hoje, *o que pretende?* Quais são suas intenções? Por que se investe tanto?

Será uma atenção especial à fisiologia do trabalhador, ou talvez uma forma de *emancipação* do mesmo? Nada disso. Com a reestruturação produtiva foi necessário *reestruturar as pessoas*, ou melhor, *reestruturar a subjetividade delas*, cooptá-las, envolvê-las, docilizá-las e tudo isto em muito pouco tempo, pouco tempo mesmo.

Embora não exista uma definição consensual sobre a expressão “Qualidade de Vida no Trabalho – QVT”, pois o termo vem sendo utilizado com diferentes conteúdos e significados, sabemos que sua origem, segundo Eric Trist (1981), concerne a uma conferência internacional sediada em Arden House, no ano de 1972, e cujo tema principal versava sobre os “Sistemas Sócio-Técnicos”. Não obstante, já no final da década de 1950, quando o capital americano promove uma recessão para organizar o seu parque fabril, observa-se certa preocupação com esse assunto nos países de capitalismo central. Não teria, portanto, o “movimento” de QVT sua verdadeira origem nas conseqüências sociais da primeira retração econômica significativa após a Segunda Guerra Mundial nos EUA? É o que parece, ainda

que tais mazelas só possam ser conhecidas e sentidas em sua real magnitude na crise do modelo de desenvolvimento fordista nos anos 1960 e 1970¹.

Doenças até então inexistentes ou restritas a certos *nichos empresariais*, como a LER/DORT² se tornaram comuns a todos, e se me permitem a ironia, *democratizou-se o trabalho patogênico*... Por exemplo, explicando melhor: Tem-se desvalorizado a estrutura de cargos e tarefas, articulando a integração como produto da cooperação (achatamento da pirâmide). É do que mais se fala.

Isto em nível de discurso. Na prática, o que tem acontecido é a exigência de um trabalhador multifuncional, polivalente, que executa e toma decisões e também arca com as conseqüências de seus erros. Só não é polivalente no que concerne ao salário, geralmente hipovalente...

As doenças neste tipo de organização da produção, ao contrário do que se prognosticava, aumentaram e muito, mormente as de ordem mental, ou “dos nervos” como dizem os trabalhadores.

É a realidade atual! Assim sendo, as organizações têm cobrado de seus psicólogos um rápido ajustamento de suas metodologias e de suas estratégias de ação. Isto tem feito com que grande parte dos psicólogos organizacionais abracem novamente (sem nenhuma crítica, com pouquíssima reflexão) idéias, princípios e pressupostos vindos das teorias administrativas, tais como as chamadas “Teorias da Qualidade”, verdadeiro fetiche pós-moderno, pois nada mais são do que a reatualização de alguns princípios da década de 1930, bem untados com uma eficiente metodologia quantitativa desenvolvida na década de 1950, aproveitada nos anos 1970 e aperfeiçoada na década de 1980.

Com o esvaziamento da área de Recursos Humanos, devido às *reengenharias*³, *processos de downsizing* e congêneres, alguns psicólogos estão se transformando em consultores internos, assessoram treinamentos e seleção e passam, da posição de linha, para a de “staff”, o que, além de ser, no cômputo geral, menos custoso, possui a vantagem do não envolvimento direto com o “peão”.

O psicólogo agora é um mediador, um instrutor, um facilitador que frequentemente chega ao trabalho repleto de boas intenções, de ilusões até, e não raro se decepciona precocemente, frustra-se e muda de área. É

triste, pois às vezes, os melhores, os mais conscientes são os que desistem com maior rapidez.

Ainda se costuma afirmar que o papel de selecionador migrou para as equipes (que agora são multidisciplinares, democráticas etc.). Porém, isto é só meia verdade. Tanto é que o selecionador, ou melhor, a seleção, no seu sentido mais tradicional, está voltando e com força.

Arrisco um palpite, somente um palpite, pois quanto a esta questão específica, não tive tempo de estudá-la e pesquisá-la detalhadamente. As tais equipes “multidisciplinares”, “democráticas”, “não hierárquicas” etc. e tal, possuem interesses não necessariamente coincidentes com os interesses da organização como um todo. Daí a necessidade do ressurgimento do “velho selecionador”, “jurássico” para alguns, elemento que pelo seu isolamento é mais tangenciável, mais controlável pela média administração.

Mas não nos iludamos: não interessa como será feita a seleção – se por meio da psicometria, de provas situacionais ou até mesmo por meio da análise da história de vida do infeliz (sujeito): o psicólogo que não contribuir para a *competitividade* tende a ser substituído, está fora; de selecionador passa ao rol de candidatos a um novo emprego, ou para a fila de desempregados. Ou seja, ele também está no jogo e está subordinado às mesmas regras, ao mesmo processo disciplinar...

Como nas organizações pós-fordistas houve uma maquiagem no que concerne ao controle. O psicólogo *não regula o processo*, agora o controle é por resultados, o compromisso é com a qualidade e este profissional deve voltar a sua atenção para a *auto-regulação* do trabalhador... Esta sim é a sua função! Não há nada de mais democrático ou participativo nisto em relação à concepção taylorista/fordista/fayolista. O que existe é a substituição do controle externo do desempenho pelo controle interno dos próprios funcionários mediante um eficiente trabalho de comunicação onde o psicólogo, sem dúvida, poderá vir a ser protagonista, pois compete a este profissional, no momento atual, instruir as equipes neste sentido.

As mini-fábricas ou células de produção são um bom exemplo disto, pois alguns autores insinuam serem estas um verdadeiro “espaço ecumênico”, onde engenheiros, técnicos e operários comungam das mesmas crenças, gozam das mesmas prerrogativas e deveres e, logicamente, convivem harmoniosamente, sem conflitos. Isto é uma farsa total! A experi-

ência demonstra que quando o controle interno individual falha, a pressão do grupo “bem treinado” é extremamente eficaz, muito mais eficiente do que a do supervisor em seu estilo tradicional.

Nas empresas pós-fordistas, signatárias do neoliberalismo, a matéria-prima principal são as pessoas; a moeda mais importante é o signo e o símbolo, e a manipulação dos processos psicodinâmicos constitui a principal tecnologia. Estas são algumas das ferramentas da empresa pós-moderna (se me permitem o neologismo). Substituíram o chicote, o supervisor e os testes psicológicos pela ilusão da integração e da participação. É a tentativa da construção de uma *nova subjetividade* que encontra no projeto neoliberal a sementeira do individualismo e da barbárie.

Portanto, para concluir, gostaria de deixar bem clara a minha posição: O modelo de engenharia não foi abandonado pela Psicologia Organizacional porque se desejou humanizar tal função. O distanciamento da Psicologia em relação ao modelo da engenharia foi fruto da incapacidade dos princípios positivistas, que embasam a engenharia, de lidar com o fator humano. Isto sim levou a Psicologia a respaldar-se na prática e, também, teoricamente, no modelo de gestão – mais atual e que tem demonstrado ser mais eficiente naquilo que denomino *administração das subjetividades* (Heloani, 2003). Trocou-se a lógica da produção pela lógica do “management”, do “business” e, principalmente, do “marketing”...

Não podemos ser coniventes com mais esse mito: o da mídia e até mesmo o acadêmico... Ou seja, o mito do determinismo científico e tecnológico:

Globalização → Ciência Tecnologia Org. do Trabalho Indivíduo

Trocando em miúdos: a mundialização gera determinado esforço científico que, por sua vez, irá produzir uma tecnologia “adequada”, implicando, necessariamente, um tipo de organização do trabalho e da produção descompromissado com as necessidades humanas.

Nesta equação podem existir mediações, ou melhor, variáveis importantíssimas, dentre as quais realço aquelas concernentes à *ética* e à *política*. Se tais variáveis forem verdadeiramente consideradas, a equação acima

não terá um valor cabalístico e poderá vir a ser balanceada consoante as necessidades sociais.

Compete a nós, psicólogos do trabalho, ou melhor, *psicólogos comprometidos com o trabalho*, preocupados com a emancipação humana, voltarmos às nossas origens e fazermos o possível para reverter essa situação, mesmo que tal realidade seja crítica e que tenhamos poucos trunfos.

Haja vista que a separação entre mente e corpo consiste apenas em uma questão semântica, didática, e que o conceito de saúde vai muito além da ausência sintomática de doenças, é, em nosso entender, de capital importância que o psicólogo do trabalho não seja fiador de futuras ilusões para a grande massa de trabalhadores, que sofre com o trabalho ou com a sua falta.

Concordamos com Freud (1987:61) quando assinala que

“(...)um psicólogo que não se ilude sobre a dificuldade de descobrir a própria orientação neste mundo, efetua um esforço para avaliar o desenvolvimento do homem, à luz da pequena porção de conhecimentos que obteve através de um estudo dos processos mentais de indivíduos durante seu desenvolvimento de criança a adulto”.

O trabalho, como parte necessária à existência humana, não pode ser uma negatividade da vida, mas, pelo contrário, sua expressão, coisa que o capitalismo, em suas mais variadas versões, apresentadas no decorrer da história, não permitiu que ocorresse.

Tal como nos sugere o excelente artigo de Oswaldo Yamamoto (2000) devido às transformações no modo de produção capitalista e a seus efeitos no mundo do trabalho, assistimos a um estrangulamento do assim chamado “mercado de trabalho” para os psicólogos.

A grande maioria destes profissionais está passando para a condição de trabalhadores assalariados nas mais diferentes instituições e organizações, inclusive no setor público, embora uma porcentagem significativa declare que exerce sua atividade como autônoma.

O fato é que, segundo este autor, observa-se uma reiteração de atividades tradicionais em relação ao aparecimento de novas práticas (Lampedusa, citado por Yamamoto, 2000), o que confirma a idéia presente em “Il Gattopardo” de Giuseppe Tomasi di Lampedusa : freqüentemente a mudança de algo significa que não se quer mudar nada, ou seja, pode-se mudar algum aspecto de menor importância para se encobrir o conservadorismo que se impregna na macroestrutura do sistema.

Uma saída para que se pudesse superar esse “gattopardismo” seria a não-limitação à ocupação de novas frentes. O que se poderia empreender seria a transposição dos limites da ação profissional e da ética individual para uma ação com base no âmbito político e coletivo, o que é intrinsecamente incompatível em seus princípios e pressupostos com a ideologia neoliberal.

Faço um convite – talvez mesmo um apelo aos colegas: voltemos à verdadeira Psicologia que é genuinamente social no sentido de que deve ser compromissada primordialmente com o ser humano, com a sociedade e não com o capital. Será que não estaria na hora de buscarmos uma *certa utopia*, que significa aquilo que ainda não teve lugar... Mas que poderá vir a ser... Talvez esteja na hora de nós, psicólogos do trabalho, tomarmos o nosso lugar de defensores da saúde física e mental dos trabalhadores frente a uma estrutura social sufocante.

A proposta de uma vida cheia de sentido implica uma outra organização societária, em que o ato laboral seja uma ação saudável, ou melhor, um espaço de liberdade e criação, no qual a dignidade humana se torne efetivamente um valor a ser considerado.

Notas

¹ No nosso entender, um dos estudos mais abrangentes foi elaborado por Walton (1973, 1974) com suas oito categorias de Qualidade de Vida no Trabalho, ou melhor, seus principais pontos para se alcançar QVT: (1) Remuneração justa e adequada, (2) Condições de trabalho, (3) Desenvolvimento de capacidades, (4) Oportunidade de crescimento, (5) Integração social, (6) Constitucionalismo, (7) Equilíbrio entre vida e trabalho, (8) Relevância social do trabalho na vida.

² As LER/DORT são nomenclaturas utilizadas para designar várias doenças. As lesões por Esforços Repetitivos (LER) – terminologia utilizada anteriormente – ou os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) – nomenclatura mais atual – são designações dadas a um conjunto de lesões, que geralmente afetam os membros superiores, pescoço ou cintura e cuja origem está relacionada ao trabalho. Trata-se de afecções que podem acometer músculos, tendões, nervos e ligamentos de maneira isolada ou associada, com ou sem a degeneração de tecidos, podendo levar à invalidez permanente. Na maioria das vezes não são facilmente percebidas, o que dificulta o diagnóstico e o processo terapêutico. Como em toda doença, a prevenção e o diagnóstico precoce são fundamentais.

³ O termo “reengenharia” foi cunhado por Michael Hammer e apareceu pela primeira vez em 1990, em um artigo da “Harvard Business Review”. Hammer organiza um leque de quase todas as teorias voltadas para a reestruturação organizacional desde Peter Drucker, teórico da administração moderna. Geralmente a reengenharia pretende envolver uma redução de custos sem implicar redução de produção. Para a obtenção de suas metas, costuma recorrer a um forte processo de enxugamento na empresa, combinado à eliminação de procedimentos morosos e à diminuição de níveis hierárquicos (downsizing).

A “neurose” da reengenharia é a obsessão pela redução de custos em vez da busca de melhores receitas e resultados. Eliminam-se pessoas e, na fase seguinte, observa-se, muitas vezes, que foram demitidas as pessoas erradas. A moral dos “colaboradores” fica abatida e o nível de confiança na alta administração fica, não raramente, irreversivelmente perdido. Esqueceu-se de que alterar os processos (mudar o modo de trabalho) não quer dizer, necessariamente, demitir.

Publicações idôneas como a revista “The Economist” têm alertado a respeito dos males de tal modismo. Aliás, James Champy – parceiro de Michael Hammer – lançou um livro no qual reconhece que a estratégia não funcionou e que poucas empresas conseguiram os resultados pretendidos. O próprio Hammer, em várias palestras proferidas em seu país, ratificou o que o seu colega de trabalho afirmou.

Referências Bibliográficas

- FREUD, S. (1987). *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago.
- FUKUYAMA, F. (1992). *The end of history and the last man*. New York: The Free Press.
- HABERMAS, J. (1991). *The Theory of Communicative Action: reason and the rationalization of society*. London: Polity Press.
- HAMMER, M. (1990). Reengineering Work: don't automate, obliterate. *Harvard Business Review*, 26(4), 104-112.
- HAMMER, M.; CHAMPY, J. (1993). *Reengineering the Corporation: a manifesto for business revolution*. New York: Harper.
- HELOANI, R. (2003). *Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- MÉDA, D. (1997). *Società Senza Lavoro: per una nuova filosofia dell'occupazione*. Milano: Feltrinelli.
- OFFE, C. (1989). Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental? Revista *Trabalho & Sociedade*, 1 (1), 7-18.
- TRIST, E. (1981). *The Evolution of Socio-Technical Systems*. Toronto: Ontario Quality of Working Life Centre.
- WALTON, R. (1973). Quality of Working Life: What is it?. *Sloan Management Review*, 15 (1), 11-21.
- WALTON, R. (1974). Improving the quality of work life. *Harvard Business Review*, 10 (3), 12-23.
- YAMAMOTO, O. (2000). A psicologia em movimento: entre o "Gatopardismo" e o neoliberalismo. *Psicologia & Sociedade*, 12 (1-2), 221-233.

José Roberto Montes Heloani
e-mail: jheloani@fgvsp.br
Endereço: Praça Amadeu Amaral, 84 apto. 61 -
CEP 01327-010 - São Paulo-SP
Fone: (011) 3287-39-31

. *recebido em julho de 2005.*

. *aprovado em setembro de 2005.*

Normas para o envio de manuscritos e orientação editorial

1. Submissão de um manuscrito

Antes de enviar seu manuscrito para a *Revista Psicologia Política* siga os passos abaixo, detalhadamente, para garantir a boa apresentação do trabalho e agilizar o processo editorial. As normas estarão disponíveis sempre nos volumes da Revista, nas últimas páginas, e na internet no endereço www.fafich.ufmg.br/~psicopol, no ícone normas.

Revise, cuidadosamente, a obediência às normas vigentes no momento e a correção de Português. A revisão dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos próprios autores. Trabalhos que não possuem títulos em Português e Inglês, resumo, palavras-chave, *abstract e keywords* não serão iniciados em processo editorial pelo Comitê Editorial.

Todas as comunicações com a Revista Psicologia Política, via correio, devem ser encaminhadas para a Núcleo de Psicologia Política - Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Av. Antônio Carlos, 6.627 - FAFICH - sala 4020 - Pampulha Cep: 31.275-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil. O destinatário é **REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA**.

Todas as comunicações via correio eletrônico devem ser enviadas para revistapsipol@uol.com.br.

Não esqueça, ao enviar um manuscrito para a *Psicologia Política*, você deverá informar ao Comitê Editorial, o nome de todos os autores do manuscrito em questão, endereço completo com CEP de todos os interessados, endereço eletrônico, fone e fax, e ainda a filiação institucional de cada um dos autores.

A *Revista Psicologia Política* publica artigos originais e inéditos, ensaios originais, resenhas de temas e autores e relatório de pesquisa.

1.A. Submissão de um manuscrito via correio:

Os manuscritos deverão, necessariamente, obedecer às condições divulgadas pela *Psicologia Política*. **Não envie disquetes neste momento.** Envie sempre três (3) cópias do manuscrito para o Comitê Editorial, pois somente assim, nós podemos iniciar o processo editorial.

Digite seu manuscrito, utilizando o programa Word a partir do 6.0 (Windows), não utilize outro programa. Sempre utilize fonte Times New Roman, corpo 12, espaço duplo. Utilize o recurso de parágrafo. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas. Não esqueça de apresentar os títulos em Português e Inglês. O trabalho deve ser apresentado na seguinte ordem:

- a) folha de rosto identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), identificação do(s) autor(es), endereço(s) completo(s), filiação institucional, resumo com 5 palavras-chaves e *abstract* com 5 *key-words*;
- b) folha de rosto não identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), resumo com 5 palavras-chaves e *abstract* com 5 *key-words*;
- c) corpo do texto contendo o título logo na primeira linha em português ou inglês/francês/ espanhol, caso o texto todo seja escrito em língua estrangeira;
- d) primeira página depois do fim do trabalho, deve conter as referências bibliográficas;

Notas de rodapé devem ser utilizadas somente para questões explicativas e nunca bibliográficas, apresentando numeração seqüencial, imediatamente, após a frase à qual se referem.

1.B. Submissão de um manuscrito via correio eletrônico:

O manuscrito deverá ser encaminhado como arquivo anexado formato Word a partir do 6.0 (Windows) em mensagem eletrônica para o endereço da *Revista* (revistapsipol@uol.com.br). A mensagem eletrônica deve ter como título "Submissão de Manuscrito". No corpo da mensagem escreva uma carta ao Comitê Editorial apresentando a submissão de seu manuscrito. Todo o resto deve estar no arquivo anexado nesta mensagem (use o recurso "attachment").

O manuscrito no arquivo anexado deve seguir a mesma ordem indicada nas alíneas a, b, c, d descritas no item 1.A. Não utilize o recurso “quebra de página”, use as divisões de páginas do próprio programa. Atenção somente a primeira página, intitulada folha de rosto identificada, deve conter o(s) nome(s) do(s) autor (es) e qualquer outro elemento de identificação.

O manuscrito enviado nestas condições e avaliado pelo Comitê Editorial quanto a sua pertinência temática, terá seu processo editorial iniciado.

2. Referências no corpo do trabalho:

- Citação de autores no texto: devem ser apresentadas pelo sobrenome do(s) autor(es) seguido(s) do ano da publicação.
Exemplo: (Cantril, 1947)
- No caso de citações de trechos, estes devem estar no corpo do texto desde que não ultrapassem cinco linhas e em itálico. No caso de ultrapassar esse número de linhas, o mesmo deve ser posto separadamente no texto e entre aspas e com itálico.
Ao final das citações devem constar entre parênteses o nome do autor, o ano do trabalho e o número da página sem itálico.
Exemplo: (Prado, 2001:175)
- No caso de citações com dois autores, utilizar “&” quando citados entre parênteses e “e” quando citados no texto. No caso de citações com três ou mais autores, a primeira vez em que aparecem no texto devem ser citados todos os nomes; nas seguintes cita-se apenas o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”.
Exemplo: (Bobbio et al., 1992)
- No caso de citação de documentos cujo autor é uma entidade coletiva, usar o nome da entidade por extenso, seguido do ano de publicação.
Exemplo: (Associação Brasileira de Psicologia Social, 1996)
- No caso de citação textual, ou seja, na transcrição literal de um

texto, esta deve estar entre aspas, seguida do sobrenome do autor, data e página citada.

- Evite citações indiretas, mas quando for absolutamente necessário, indique com a expressão “citado por”.

Exemplo: (Moreira, 1991, citado por Gomes, 2000)

- Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser apresentados no corpo do trabalho, com 2,5cm nas margens esquerda e direita. Os títulos de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser numerados de 1 a n, utilizando letra maiúscula somente para iniciais e obedecendo a margem esquerda do texto principal.

3. Referências Bibliográficas:

As referências bibliográficas devem ser apresentadas sempre no fim do manuscrito. Solicitamos que o autor inicie as referências bibliográficas em página própria, imediatamente após o fim do corpo do texto em questão.

A disposição deve ser em ordem alfabética do último sobrenome do autor e, no caso de mais de uma obra do mesmo autor, as referências devem ser dispostas em ordem cronológica de publicação.

Não esqueça que somente devem constar nas referências bibliográficas, as bibliografias citadas no corpo do texto.

As referências devem ser alinhadas a partir da terceira letra do nome do autor.

Exemplos:

- **Livro**

JACKSON, J. M. (1988). *Social Psychology, Past and Present. An Integrative Orientation*. London: LEA.

- **Tradução**

STOMPKA, P. (1998). *A Sociologia da Mudança Social* (Pedro Jorgensen Jr., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho Originalmente publicado em 1993.)

- **Capítulo de Livro**

HONNETH, A. (2001). Democracia como Cooperação Reflexiva. John

Dewey e a Teoria Democrática Hoje. In: SOUZA, J. (Org.), *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. (pp. 63-92). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

• **Artigo de Revista Científica**

ESTANQUE, E. (2001). Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização. *Revista Psicologia Política*, 1 (2), 11-28.

• **Trabalho de evento publicado em resumos ou anais**

MERCADO, M. (2000). A Invenção da Mestiçagem: Uma interpretação dos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In: *Anais do VIII Encontro Regional da ABRAPSO/SP* (p.118). Piracicaba/São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba.

• **Tese ou Dissertação**

ANSARA, S. (2000). *Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

• **Artigo em Revista Científica virtual (Internet).**

LÖWY, M. (2003). Las formas modernas de la barbarie. *Metapolítica*, 28, artigo 1. Acessado em 6 de abril de 2003, de <http://www.cepcom.com.mx/meta/28/vimpresa/dossier/1doss.htm>

• **Artigo em Jornal**

FRANCO, C. (2003, 6 de Abril de). Os Bórgia e as orgias do desejo profano. *O Estado de S. Paulo*, [São Paulo], p. D5.

• **Artigo em Revista não científica**

OYAMA, T. (2001, 27 de junho de). Dias Alegres: Parque de Diversões Promove Dia Gay e ensina funcionários a tratar visitante homossexual. *Veja*, 34(25), 71.

• **Artigo em Jornal ou Revista não científico (Internet)**

Sem autor

EUA isolam Bagdá, invadem palácios de Saddam e matam civis em bombardeio (2003, 7 de abril de). *O Estado de S. Paulo.*, Acessado em 8 de abril

de 2003, de

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u54748.shtml>

Com autor

WESTPHAL, W. (2003, 7 de abril de). Rubinho promete ganhar um GP do Brasil *FolhaOn-line*, Acessado em 8 de abril de 2003, de

<http://www.estadao.com.br/esportes/noticias/2003/abr/07/218.htm>

4. Processo editorial:

Ao receber o manuscrito, o Comitê Editorial fará uma primeira apreciação e, caso seja aprovado, este será submetido à apreciação de dois pareceristas que sejam especialistas na temática ou área em questão. A *Revista Psicologia Política* encoraja o(s) autor(es) a indicar nomes de especialistas.

O Comitê Editorial entende que as solicitações de modificações em um manuscrito são comuns, rotineiras e importantes, pois permitem que o manuscrito passe por um diálogo entre pares de forma a torná-lo cada vez mais um “artigo a ser publicado”. Portanto, é importante que os autores entendam que tais solicitações não devem ser consideradas como críticas pessoais e sim como diálogos entre especialistas sobre uma temática ou área de pesquisa. Neste sentido, os autores receberão os indicativos dos pareceres, sendo obrigatório a apresentação de uma carta na segunda submissão do manuscrito, evidenciando quais mudanças foram feitas e quais não foram e, neste caso, apresentando as justificativas para tal. **A decisão de publicação ou não é sempre** dos Editores e do Comitê Editorial com a consultoria dos Conselheiros e Pareceristas ad. hoc.

Após os pareceres, os autores terão um prazo para modificações do manuscrito que poderá, dentro do prazo determinado na carta aos autores, ser re-enviado para a *Revista*. O manuscrito passará por uma segunda revisão do Comitê e caso aprovado será solicitado ao(s) autor(es) o envio de uma carta submetendo os direitos autorais de seu manuscrito para a *Revista Psicologia Política*.

Cada autor de um manuscrito publicado receberá um número da *Revista Psicologia Política* gratuitamente pelo correio.

Quando da recusa dos textos/manuscritos, o(s) autor(es) serão notificados com as justificativas dos pareceristas e/ou do Comitê Editorial e

poderão a partir dos elementos da recusa, modificar seus manuscritos e reenviá-los sempre que considerarem relevante. A *Revista Psicologia Política* incentiva os autores de textos não recomendados a enviarem seus textos modificados para nova apreciação de nossos Pareceristas.

A *Revista Psicologia Política* adquire e reserva para si os direitos autorais de todos os textos que nela forem publicados, podendo vendê-los ou submetê-los a permuta. A responsabilidade pelo conteúdo de cada texto é do autor do manuscrito

Caro leitor,

A Revista Psicologia Política contém em seus exemplares os seguintes manuscritos:

Revista nº1, vol.1, 2001

- . A fase oculta do racismo: uma análise psicossociológica - *Leônio Camino, Patrícia da Silva, Aline Machado e Cícero Pereira*
- . O anti-racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial - *Maria Palmira da Silva*
- . Teoria crítica da sociedade e estudos sobre preconceito - *José Leo Crochik*
- . Ideologia ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários - *Telma Regina de Paula Souza*
- . Violência institucional, identificação e direitos humanos - *Maria Aparecida Morgado*
- . Psicologia, direitos humanos e neo-liberalismo - *Cecília Coimbra*
- . Psicologia política e ação coletiva - *Marco Aurélio Máximo Prado*
- . The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s - *Salvador Sandoval*

Revista nº2, vol.1, 2001

- . Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização - *Elísio Estanque*
- . Memória coletiva: um estudo

- psicopolítico de uma luta operária em São Paulo - *Soraia Ansara*
- . A ação sindical sob a perspectiva da condição humana: uma prática anti-política - *Antonio José Rollas Brito*
- . Psicologia social Comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com psicologia política - *Maria de Fátima Quintal de Freitas*
- . Práticas psi e tortura no Brasil - *Cecília Maria Bouças Coimbra*
- . Discurso da dissidência - *Antonio C. R. Tupinambá*
- . Creativity in crisis - *Rowan Ireland*

Revista nº3, vol.1, 2002

- . Capitalismo, trabalho e tempo de prisão como pena - *Sandra Luzia de Souza Alencar*
- . Música popular, estilo estático e identidade coletiva - *Kátia Maheirie*
- . Algumas notas sobre medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes - *Adilson Dias Bastos*
- . The demand and supply of participation: social psychological correlates of participation in a social movement - *Bert Klandermans*
- . La política de la psicología: el caso argentino - *Angel Rodríguez Kauth*
- . Frankfurt em Nova York: controvérsias sobre o estabelecimento do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Columbia - *Iray Carone*
- . Psicologia política: principais contribuições norte-americanas no século XX (décadas 30-70) - *Romina Iebra Aizpurúa*

Revista nº 4, vol.2, 2002

- . Estado Del arte: psicologia política y coletiva mexicana - *Graciela A. Mota Botelho* (Universidad Nacional Autónoma Del México)
- . A beira do caminho: a jovem guarda prepara a mudança social - *Francisca Eleodora Santos Severino* (UCS)
- . Tempo como categoria analítica da subjetividade - *Ernesto Pacheco Richter* - Universidade Guarulhos, *Eliane Rivero Jover* (PUC-RS), *Deise Cardoso Nunes* (UFRS)
- . Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000) - *Lídio de Souza* (UFES), *Paulo Rogério Meira Menandro* (UFES)
- . A justificação da desigualdade em discursos sobre a posição social do negro - *Pedro de Oliveira* (UEPB)
- . Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis - *Marília Novais da Matta Machado* (UFSJ)
- . Relações de gênero em movimento - das relações cotidianas à participação política - *Betânia Diniz Gonçalves* (PUC-MG)

Revista nº5, vol.1, 2003

- . Bases psicossociais da (in)tolerância: reflexões políticas - *José Luis Alvaro Estramiana* (Universidad Complutense de Madrid), *Maria de Fátima Vieira Severino* (UFC)
- . Políticas compensatórias e contas no Brasil: onde realmente estão os problemas? - *Céli Regina*

Jardim Pinto (UFRS)

- . Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais - *Alessandro Soares da Silva* (PUC-SP)
- . Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes - *Marcos Ribeiro Mesquita* (UFSC)
- . Entra mãe e sai mulher? As possibilidades de redefinição do papel feminino com base em experiências públicas na escola - *Antônio Carlos Vaz* (UNICSUL)
- . O sujeito social entre o indivíduo e o ator em Alain Touraine - *Paulo Henrique de Queiroz Nogueira* (UFMG)
- . Reflexões sobre o conselho regional de estudantes de psicologia (COREP-SP) e o movimento estudantil (ME): uma análise a partir de 1960 - *Domenico Uhng Hur* (USP)

Revista nº6, vol.2, 2003

- . La construcción de ciudadanía como una respuesta posible a la agresión discursiva - *Maritza Montero* (Universidad Central de Venezuela)
- . Características e significados de rebeliões em prisões brasileiras: um estudo a partir de material jornalístico - *Gilead Marchezi Tavares* (UFES), *Paulo Rogério Meira Medrado* (UFES)
- . Participação política e psicologia social: a trajetória de lideranças de movimentos populares - *Bernadete Baltazar* (UFES)
- . Políticas de reconhecimento e ação afirmativa - *Maria Lúcia Miranda Afonso* (UFMG), *Cristiano Santos Rodrigues* (UFMG)

. Nas empresas todos têm as mesmas chances, contanto que sejam homens - *Eliana Ismael Costa* (UNJPE)
 . Sobre a consciência de classe e a teoria crítica: Rosa Luxemburgo - e o eclipse da revolução - *Ricardo Pagliuso Regatieri* (USP)
 . Estados parias: a lei da força nos assuntos internacionais - *Antonio Caúbi Ribeiro Tupinambá* (UFC)

Revista, nº7, vol.1, 2004

. Presidente eleita da Sociedade Internacional de Psicologia Política - *Maritza Montero* (Universidad Central de Venezuela)
 . O processo de formação do sujeito e o *self* na psicologia social de G. H. Mead - *Ruth Bernardes de Sant'Ana* (UFSJ)
 . Usos de si e densificação do trabalho - *Maria Inês Rosa* (UNICAMP)
 . Formações identiárias de jovens: algumas considerações sobre os *hip hoppers* piracicabanos - *Priscila Saemi Matsunaga* (UNICAMP)
 . La movilización de la cultura em la acción coletiva - *Rafael Cruz* (Universidad Complutense de Madrid)
 . Homenaje mundial a **Ignácio Martín Badaró (1942-1989)** XV años de ausencia , no de olvido - *Joel Vazquez* (Martín Badaró homenagem - Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa - México)

Revista, nº8, vol.4, 2004

. O mundo do trabalho na vida cotidiana: a experiência de mobilidade psicossocial em espaço de desqualificação - *Vanessa Andrade de Barros* (UFMG), *Maria Luisa Magalhães Nogueira* (UFMG)
 . A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise - *Eliane Domingues* (UEM - PR)
 . Participación publica y nuevos conflictos sociales desde la sociología riesgo - *Enrique Laraña* (Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales - Universidad Complutense de Madrid - Espanha)
 . La re-habilitation d'un paradigme perdu: la psychologie politique - *Alexandre Dorna* (Université de Caen - France)
 . Cidadania sexual na democracia portuguesa - *Ana Cristina Santos* (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Portugal)
 . Economía política Del **Armário**: políticas del silencio, políticas de la autenticidad - *Fernando Villaamil Pérez* (Universidad Complutense de Madrid)
 . Lê Gueuloir bi ou comment la biphobie vient aux gays - *Daniel Welzer-Lang* (Université de Toulouse-le Mirail - France)

Revista, nº9, vol.5, 2005

- Sobre as Noções de Sujeito e Cidadania: notas para algumas reflexões psicossociais - *Alexandre Bonetti Lima* (Universidade Estadual de Londrina - PR)

- Representación política y gobierno: mecanismos institucionales para un gobierno democrático - *Raúl Rocha Romero* (Facultad de Estudios Superiores Zaragoza - UNAM)

- Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência - *Neuza Maria de Fátima Guareschi* (Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), *Júlio César Diniz* (Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), *Luciele Nardi Comunello* (bolsista da FAPERGS e PIBIC/CNPq - Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e *Milena Nardini* (bolsista da FAPERGS e PIBIC/CNPq - Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

- Grupos *skinheads* e *hip-hoppers*: reflexões sobre violência coletiva: *Telma Regina de Paula Souza* (Universidade Metodista de Piracicaba)

- Feminismo de terceira geração - um debate para a psicologia política - *Karin Ellen von Smigay* (Universidade Federal de Minas Gerais)

- "Ter saúde é poder trabalhar": o caso de trabalhadores acidentados e aposentados por invalidez - *Izabel Cristina Ferreira Borsoi* (Universidade Federal do Ceará)